

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
NÍVEL MESTRADO**

RENATO BRASIL KOURROWSKI

**PROPOSIÇÃO DE UM MÉTODO DE ACELERAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS
ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR
DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**

São Leopoldo

2015

RENATO BRASIL KOURROWSKI

**PROPOSIÇÃO DE UM MÉTODO DE ACELERAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS
ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR
DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos – UNISINOS
Área de Concentração: Organizações e
Competitividade
Orientador: Prof. Dr. José Antônio Valle
Antunes Júnior

São Leopoldo

2015

K88p

Kourrowski, Renato Brasil

Proposição de um método de aceleração e identificação dos elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras: uma abordagem a partir da teoria do desenvolvimento endógeno / Renato Brasil Kourrowski. – 2015.

202 f. : il. : color. ; 30cm.

Dissertação (mestrado em Administração) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Administração, São Leopoldo, RS, 2015.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Júnior.

1. Desenvolvimento industrial. 2. Desenvolvimento local. 3. Cidade Média - Brasil. 4. Desenvolvimento endógeno. I. Título. II. Antunes Júnior, José Antônio Valle.

CDU 330.341.42

RENATO BRASIL KOURROWSKI

**PROPOSIÇÃO DE UM MÉTODO DE ACELERAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS
ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR
DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos – UNISINOS

Área de Concentração: Organizações e
Competitividade

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Valle
Antunes Júnior

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Henrique Horn - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Douglas Wegner - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. Rafael Teixeira - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Visto e permitida a impressão.

São Leopoldo, de de 2015.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Júnior

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar força na superação dos obstáculos vivenciados neste período de dois anos de estudo e viagens constantes. Agradeço especialmente à minha amada esposa Clarice, que sempre me incentivou e, pacientemente, suportou minhas mudanças de humor. Peço desculpas aos meus filhos Pedro e Luiza pelos momentos de ausência, mas o tempo que passamos juntos, em família, é que renovam as minhas energias e me impulsionam a continuar na busca do meu crescimento profissional. Vocês são a razão do meu viver.

Sou grato à minha mãe, já falecida, mas sempre presente nos meus pensamentos, pelos ensinamentos que moldaram o meu caráter e pelo esforço, mesmo diante de dificuldades financeiras, para que eu tivesse uma boa educação que me oportunizasse um futuro melhor.

Agradeço à minha irmã Sayonara que sempre me acolheu de braços abertos em sua casa, nessas tantas idas e vindas entre Porto Alegre e Pelotas, e aos demais membros da minha família (minha irmã Thaís, minhas sobrinhas Fernanda, Daniela e Andressa, minha cunhada Cristina, meus compadres José, Jaime, Junior e Jaison, minha afilhada Cecília e minhas queridas sobrinhas-neta Maria Laura, Helena e Ana Carolina) que, de diversas maneiras, me deram o apoio necessário nesta caminhada. Não poderia deixar de agradecer também à minha sogra Dona Ivone, sempre disposta a cuidar dos netinhos seja no seu apartamento ou no sítio da Dinda Loiva, a qual sou grato também. Vani e Meri, muito obrigado.

Minha sincera e eterna gratidão ao professor Junico, orientador deste trabalho, mas, acima de tudo, um amigo, parceiro nos momentos difíceis e conturbados da pesquisa. Sua inteligência e nível de exigência sempre me deram a sensação de que tudo é possível. Após esse período de convivência, levo ensinamentos para toda a vida.

Minha gratidão especial ao Sr. Marcos Alexandre Cittolin, profissional diretamente responsável pela construção da política industrial no município de Passo Fundo entre os anos de 2005 e 2012. Além de me abrir as portas para a aplicação da pesquisa na cidade, estava sempre disposto a compartilhar informações preciosas, essenciais no desenvolvimento desta dissertação.

No decorrer do mestrado, muitas pessoas foram importantes. Sou grato à colaboradora Ana Zilles e a todos os meus colegas da Unisinos, os quais espero encontrar num futuro próximo. Além do orientador deste trabalho, agradeço a todos os professores que fizeram parte desta caminhada na instituição, em especial os professores Rafael Teixeira, Celso Matos, Amarolinda Klein, Norberto Hoppen e Luiz Paulo Bignetti.

Em relação à pesquisa, agradeço a todos os entrevistados que, através de seus valorosos depoimentos, contribuíram de sobremaneira no alcance dos objetivos desta dissertação. Sou grato também ao auxílio e dicas fundamentais prestados pelos colegas Israel Lamb e Lissandra Tomaszewski.

Por fim, a jornada foi longa, mas valeu a pena. Espero que esta etapa, que agora finda, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todo o apoio e dedicação que, frequentemente, todas as pessoas mencionadas me ofereceram.

RESUMO

Possuindo como tema central o desenvolvimento local, esta pesquisa tem o objetivo de propor, com potencialidade de utilização no âmbito da esfera pública, um método de aceleração e a identificação dos elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras, a partir da teoria do desenvolvimento endógeno. O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, tendo como método de pesquisa o estudo de caso. Inicialmente, tendo como base o referencial teórico proposto, uma entrevista com ator chave e a utilização de dados secundários, foi realizado um estudo de um caso singular sobre o processo de desenvolvimento no município de Passo Fundo entre os anos de 2005 e 2012. A partir daí foi gerada uma primeira versão do referido método de aceleração (M0). Na sequência, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com atores sociais relevantes ligados ao tema da pesquisa (empresários, especialistas e membros do governo). Isto permitiu a identificação de 68 elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local, sendo a infraestrutura, em suas diferentes dimensões, o principal destaque considerado. Ao final, se propõe um refinamento do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras, visando o preenchimento de uma lacuna acadêmica e no campo prático da gestão, dada as especificidades propostas a um processo de desenvolvimento local endógeno que visa, simultaneamente, a atração de grandes empresas, o fortalecimento das firmas locais, a utilização das matérias-primas disponíveis (por exemplo, oriundas da agricultura) e o encadeamento entre estes vários atores tanto da ótica das respectivas indústrias, como das cadeias produtivas locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Cidades Médias Brasileiras. Desenvolvimento Endógeno.

ABSTRACT

Having as the central theme the local development, this research focuses on proposing, with potential within the public sphere, an acceleration method and identification of elements that contribute to local industrial development of the mid-sized Brazilian cities, from the theory of the endogenous development. The present study adopts a qualitative approach using the case study research method. Initially, based on the proposed theoretical framework, an interview with a key actor and the use of secondary data, we conducted a single case study of the development process in the city of Passo Fundo between the years 2005 and 2012. From this time on a first version of this acceleration method was generated (M0). Next, there were 20 semi-structured interviews with relevant actors related to the subject of research (entrepreneurs, experts and government officials). This permitted the identification of 68 elements that contribute to local industrial development and the infrastructure, in its different dimensions, being the main highlight considered. Finally, we propose a refinement of the acceleration method for the local industrial development of mid-sized Brazilian cities, aimed at filling an academic gap and practical management fields, given the specific proposals to an endogenous local development process aimed at simultaneously, the attraction of large enterprises, the strengthening of local companies, the use of raw materials available (for example, originating from agriculture) and the linkage between these various actors from both the perspective of the respective industries, and also from local production chains.

Key Words: Local Development. Mid-Sized Brazilian Cities. Endogenous Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema do processo de crescimento econômico.....	39
Figura 2	Níveis de marketing de localidades.....	46
Figura 3	Método de trabalho.....	55
Figura 4	Análise de conteúdo da pesquisa.....	69
Figura 5	Localização de Passo Fundo no RS.....	72
Figura 6	Município de Passo Fundo	72
Figura 7	Região de influência de Passo Fundo.....	74
Figura 8	Logística de Passo Fundo	75
Figura 9	Malha rodoviária de Passo Fundo	76
Figura 10	Marcos do processo de desenvolvimento em Passo Fundo.....	86
Figura 11	IDHM de Passo Fundo	98
Figura 12	Esquema geral do desenvolvimento na cidade de Passo Fundo.....	101
Figura 13	Primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M1).....	103
Figura 14	Método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M1).....	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo das principais teorias da economia regional.....	30
Quadro 2	Etapas da análise das publicações científicas.....	57
Quadro 3	Entrevistados da pesquisa.....	64
Quadro 4	Roteiro de entrevista semiestruturada	65
Quadro 5	Destino das questões do roteiro de entrevista semiestruturada	67
Quadro 6	Unidades de registro e definições.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	VAB municipal da microrregião de Passo Fundo no ano de 2012	81
Tabela 2	PIB municipal da microrregião de Passo Fundo (2005-2012)	82
Tabela 3	PIB do Rio Grande do Sul (2005-2012).....	83
Tabela 4	PIB municipal das cidades da microrregião de Passo Fundo com VAB agropecuária predominante (2005-2012)	83
Tabela 5	Grandes empresas - investimentos e empregos gerados	84
Tabela 6	Saldo de empregos no município de Passo Fundo (2005-2011)	89
Tabela 7	Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB <i>per capita</i> e população dos 10 maiores municípios segundo o PIB total do RS – 2010.....	91
Tabela 8	Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB <i>per capita</i> e população dos 10 maiores municípios segundo o PIB total do RS – 2011	92
Tabela 9	Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB <i>per capita</i> e população dos 10 maiores municípios segundo o PIB total do RS – 2012.....	93
Tabela 10	10 maiores municípios gaúchos em relação à variação do PIB (2005-2012)	94
Tabela 11	Balança comercial do município de Passo Fundo	95
Tabela 12	Evolução orçamentária de Passo Fundo.....	96
Tabela 13	Investimento da administração municipal de Passo Fundo.....	97
Tabela 14	Frequência das unidades de registro (<i>codes</i>).....	118
Tabela 15	Frequência de unidades de registro	122
Tabela 16	Frequência de unidades de registro do grupo dos empresários	122
Tabela 17	Frequência de unidades de registro do grupo dos especialistas	122
Tabela 18	Frequência de unidades de registro do grupo do governo.....	123
Tabela 19	Quantidade de coocorrências entre as unidades de registro.....	132
Tabela 20	Quantidade de coocorrências das unidades de registro de maior frequência....	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de artigos nacionais publicados (2000-2014)	23
Gráfico 2	Estrato (Qualis CAPES) dos artigos analisados	58
Gráfico 3	Abordagem de pesquisa dos artigos analisados	59
Gráfico 4	Método de pesquisa dos artigos analisados.....	59
Gráfico 5	Técnica de coleta dos dados dos artigos analisados.....	60
Gráfico 6	Quantidade de leitos de internação por mil habitantes (2011-2014).....	87
Gráfico 7	Número de passageiros do aeroporto de Passo Fundo (2009-2014)	88
Gráfico 8	Taxas nominais de crescimento segundo o PIB de 2012	94
Gráfico 9	IFDM de Passo Fundo.....	99
Gráfico 10	Saneamento básico em Passo Fundo (2005-2012).....	100

LISTA DE SIGLAS

ACISA	Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio de Passo Fundo
AGDI	Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
AIs	Áreas Industriais
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODEPAS	Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COREDEs	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
DIs	Distritos Industriais
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FIERGS	Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDOAPL	Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais
FUNDOPEM/RS	Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INTEGRAR/RS	Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Prévia
LO	Licença de Operação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OBAPL	Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PI	Política Industrial
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PRODIN	Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RS	Rio Grande do Sul

SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SDPI	Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
SMICs	Secretarias Municipais de Indústria e Comércio
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPF	Universidade de Passo Fundo
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa da Pesquisa	18
1.1.1 Justificativa da Pesquisa para as Cidades Brasileiras	18
1.1.2 Justificativa da Pesquisa para o Campo Acadêmico	22
1.2 Questão de Pesquisa	23
1.3 Objetivos da Pesquisa.....	25
1.3.1 Objetivo Geral	25
1.3.2 Objetivos Específicos	25
1.4 Delimitação do Trabalho	26
1.5 Estrutura do Trabalho	27
2 REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1 Aspectos Históricos da Economia Regional	29
2.2 Teoria do Desenvolvimento Endógeno	37
2.3 Desenvolvimento Local.....	38
2.4 As Cidades e o Desenvolvimento Endógeno.....	42
2.5 Desenvolvimento Endógeno sob a Ótica Industrial.....	43
2.6 Desenvolvimento Endógeno sob a Ótica do Marketing Público	45
2.7 Desenvolvimento Exógeno e suas Limitações.....	47
3 METODOLOGIA.....	49
3.1 Método da Pesquisa	49
3.2 Método de Trabalho	53
3.2.1 Passo 1 - Revisão da literatura.....	56
3.2.2 Passo 2 - Definição da Unidade de Análise.....	61
3.2.3 Passo 3 - Estudo Piloto: Primeira Versão do Método de Aceleração para o Desenvolvimento Industrial Local das Cidades Médias Brasileiras (M0)	61
3.2.4 Passo 4 – Proposta do Método de Aceleração para o Desenvolvimento Industrial Local das Cidades Médias Brasileiras (M1).....	62
4 O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO.....	71
4.1 Características Locais e Marcos do Processo de Desenvolvimento da Cidade.....	71
4.2 Análise Econômica da Cidade	90
4.3 Análise Social da Cidade.....	97

5 PRIMEIRA VERSÃO DO MÉTODO DE ACELERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS (M0)	102
5.1 Marketing da Cidade (1)	103
5.2 Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial Local (2)	105
5.3 Plano de Crescimento das Empresas Locais (3)	107
5.4 Plano de Marketing Industrial (4)	107
5.5 Plano de Vendas (5)	108
5.6 Negociação com a Firma (6)	109
5.7 Negociação com as Empresas Locais (7)	109
5.8 Retroalimentação (8)	110
6 ELEMENTOS CRÍTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO DE ACELERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS (M1): ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM ATORES SOCIAIS RELEVANTES	111
7 MÉTODO DE ACELERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS (M1)	137
7.1 Pressupostos do Método de Aceleração Proposto (M1)	137
7.2 Descrição do Método de Aceleração Proposto (M1)	140
7.2.1 Considerações Iniciais – Apresentação Geral do Método de Aceleração (M1)	141
7.2.2 Passo 1 - Marketing da Cidade	143
7.2.3 Passo 2 - Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial Local	144
7.2.4 Passo 3 - Plano de Crescimento das Empresas Locais	152
7.2.5 Passo 4 - Plano de Marketing Industrial	154
7.2.6 Passo 5 - Plano de Vendas	155
7.2.7 Passo 6 - Negociação com a Firma.....	155
7.2.8 Passo 7 - Negociação com as empresas locais	157
7.2.9 Passo 8 - Cadeias Produtivas	158
7.2.10 Passo 9 – Retroalimentação	159
8 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .162	
8.1 Conclusões	162
8.2 Limitações do Trabalho	164
8.3 Sugestões para Trabalhos Futuros	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

ANEXO A – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO (PARTE DE APRESENTAÇÃO).....	177
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	194
ANEXO C – LEI Nº 4360 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.....	195
ANEXO D – LEI COMPLEMENTAR Nº 170 DE 9 DE OUTUBRO DE 2006 (PARTE).196	

1 INTRODUÇÃO

Há um processo inequívoco de globalização da economia e da sociedade. Os sistemas produtivos e os mercados adquirem, paulatinamente, uma dimensão global. Neste contexto, o Estado tende a ceder parte de seu papel de protagonista e sua liderança às empresas inovadoras (geralmente grandes empresas multinacionais), ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de informação, os transportes e as comunicações fortalecem o funcionamento das organizações e a sua interação (BARQUERO, 2001).

No entanto, e contraditoriamente, as mudanças macroeconômicas internacionais e a constituição de mercados em escala internacional, as quais marcaram as relações econômicas nas últimas décadas, não se restringem à esfera global. Pelo contrário, os efeitos mais imediatos destas transformações podem ser sentidos nas economias locais e regionais, nas quais é possível observar o enfraquecimento do papel do Estado na condução de políticas econômicas e o estímulo aos processos de descentralização. Assim, ao se pensar em políticas de desenvolvimento econômico na atualidade, precisa-se, necessariamente, se pensar nas escalas locais e regionais, o que não significa uma redução do campo de estudo, e sim um aprofundamento analítico obrigatório que reconhece as particularidades e singularidades dessa escala (ULTRAMARI; DUARTE, 2011).

Cabe ressaltar que o enfraquecimento do poder público refere-se ao seu papel centralizador. O novo papel do Estado no desenvolvimento local/regional tem se balizado em um modo de intervenção pragmático, o qual não valoriza em absoluto o princípio neoliberal nem o princípio do dirigismo estatal. Quanto ao primeiro, não se aceita a crença cega de que o mercado e os preços são os únicos mecanismos de coordenação das ações dos agentes. Quanto ao segundo, não se aceita o dirigismo generalista que leva à burocracia pesada, à hierarquia rígida e ao desperdício financeiro. Segundo Sabel (1996), o Estado não deve funcionar como uma máquina, mas como um sistema aberto. Sendo assim, necessita estar mais atento às nuances de seu ambiente, mais interativo com seus parceiros, mais sensível à informação que ele recebe como retorno dos utilizadores dos bens e serviços (AMARAL FILHO, 2001).

No Brasil, a Constituição de 1988 assegurou maior autonomia de decisões aos Estados e municípios, tendo presente o ideário da descentralização, da democracia e da participação da população, vistos como condições de cidadania, como uma reação ao autoritarismo e, simultaneamente, mais atento à possibilidade de institucionalização de novas práticas políticas. As mudanças trazidas pela Constituição têm possibilitado que municipalidades

avancem no campo do desenvolvimento econômico local e na implementação de políticas sociais (VITTE, 2006).

O desenvolvimento, visualizado e concebido como um processo, tende a englobar as diversas dimensões da região enfocada e não apenas a econômica, mais comumente observada quando se fala sobre o assunto. As dimensões social, ambiental, cultural, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica são facetas de um mesmo complexo processo de desenvolvimento (SANTANA; GUEDES; VILLELA, 2011). Ademais, Lima (2011) afirma que a indústria é uma atividade moderna que caracteriza o avanço no processo de desenvolvimento econômico e as mudanças no perfil urbano.

Tendo em mente todas estas questões, o tema central desta pesquisa é justamente o desenvolvimento local, tendo como foco o processo, o setor industrial e as cidades médias brasileiras, a partir de uma abordagem baseada na teoria do desenvolvimento endógeno.

1.1 Justificativa da Pesquisa

A seguir, são apresentadas as argumentações que justificam, do ponto de vista das cidades brasileiras e do campo acadêmico, a presente pesquisa, cujos detalhes serão abordados mais adiante.

1.1.1 Justificativa da Pesquisa para as Cidades Brasileiras

Com o ajuste macroeconômico implantado com o Plano Real em 1994 e as mudanças no cenário internacional, houve o retorno dos debates acerca das disparidades regionais, do planejamento de longo prazo e da sustentabilidade ambiental e do crescimento econômico (KON, 2002).

Em 2003 o Brasil, através do Ministério da Integração, lançou a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada em 2007. A PNDR é a expressão da prioridade efetiva do tema e explicita dois objetivos primordiais, a saber: i) reverter à trajetória das desigualdades regionais; e ii) explorar os potenciais endógenos da diversa base regional brasileira (BRASIL, 2014a). Tendo como base os casos emblemáticos sempre presentes da Terceira Itália e do Vale do Silício, o discurso, denominado de ‘Nova Ortodoxia Regionalista’, teve nos conceitos de distritos industriais, *clusters*, arranjos produtivos locais e os mais recentes territórios de solidariedade, importantes difusores (AMIN; FERNÁNDEZ; VIGIL, 2008).

Embora se reconheça que essas visões tenham agregado novos e importantes elementos ao desenvolvimento regional, organizando a estrutura produtiva e conectando o local ao mercado global, os territórios onde a dinâmica econômica mostrou-se pouco vigorosa ficaram cada vez mais isolados. Além disso, mesmo as regiões que conseguiram estabelecer conexões com o sistema global, têm mostrado limitada capacidade de diversificar suas atividades econômicas.

Existe ainda a dificuldade de se estabelecer uma relação exitosa no que tange à governança de diversos atores. De acordo com Cassiolato e Lastres (2001), o conceito de governança está baseado em práticas democráticas de intervenção e participação de diferentes atores no processo decisório, incluindo empresas públicas, privadas, cidadãos e trabalhadores, consultores, centros de desenvolvimento tecnológico, institutos de pesquisa e desenvolvimento, entre outros (ALBERTIN, 2003). Muitas vezes estes atores possuem interesses distintos uns dos outros e a administração de conflitos gerados entre os mesmos nem sempre acompanha a velocidade necessária à promoção de vantagem competitiva nos tempos atuais.

Percebendo essas dificuldades, a atração de empresas pode e deve se constituir em fator gerador de recursos e competências necessários ao processo de desenvolvimento. Neste sentido, o setor industrial assume papel de destaque como impulsionador deste processo, sendo Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Coreia do Sul exemplos claros de tal afirmação.

A Política Industrial (PI) é, antes de tudo, uma frente da política de desenvolvimento econômico. As políticas ambientais, de infraestrutura, de tecnologia, entre outras, são políticas correlatas. Ou seja, definir a atuação com base na PI não significa ignorar a relevância dos demais setores (CUNHA, 2012; WADE, 2010).

Em geral, as economias com um continuum urbano industrial são mais dinâmicas e dominantes em relação às economias urbanas com um continuum exclusivamente rural (CAPELLO, 2008)

No entanto, o desenvolvimento industrial dinâmico e sustentável não é baseado somente em função de mercados e desempenho de empresas individuais, mas também de esforços coletivos que criam um ambiente propício para o desenvolvimento. Para entender a dinâmica do desenvolvimento industrial, não é suficiente analisar somente questões micro (relações intra-empresa, desempenho interno) e macroeconômicas (condições macroeconômicas estáveis e favoráveis ao desenvolvimento de competências que pressionam

as empresas a terem maior produtividade), sendo necessário considerar outros dois níveis, conhecidos por: nível meta e meso (MEYER-STAMER, 2001).

O nível meta (por exemplo, a sociedade civil) refere-se à capacidade de atores locais, regionais, nacionais e supranacionais de criarem condições favoráveis ao dinamismo industrial. Já o nível meso configura o espaço em torno das empresas, a infraestrutura e políticas necessárias à competitividade, como também ensino, pesquisa, normatização e desenvolvimento de novas formas de organização (ESSER et al., 1994).

Conforme Barquero (2001), os distritos industriais e os sistemas produtivos locais são eficientes formas de organização da produção, capazes de proporcionar economias de escala, economias de escopo e a redução dos custos de transação. Segundo o autor, a relevância para o desenvolvimento local não reside no tamanho das empresas, e sim no fato da organização da produção ser flexível e permitir responder estrategicamente às necessidades e demandas que a dinâmica econômica tem feito surgir na atual fase do ciclo econômico. Desta forma, é possível afirmar que as grandes empresas também podem desempenhar um papel dinâmico nos processos de desenvolvimento, desde que operem como organizações flexíveis e adotem estratégias coerentes com o local aonde se situam.

Sendo assim, a convergência estratégica das empresas e dos territórios pode e deve constituir-se em fator de fortalecimento dos processos de desenvolvimento local. As empresas relevantes ao desenvolvimento são, neste caso, aquelas ‘enraizadas’ ao território, sejam elas tendo sido atraídas ou já pertencentes ao local.

As trocas e as relações que se instalam levam à formação de economias externas às empresas, mas internas ao sistema produtivo local, ao mesmo tempo em que se estabelece uma comunidade de interesses envolvendo a própria população. Na verdade, o que ocorre é a convergência de dois processos complementares. Por um lado, a grande empresa externa atua como catalisadora do processo de desenvolvimento. Atraída pela disponibilidade de recursos e ativos locais, que se formaram em decorrência da acumulação de conhecimentos e habilidades, ela aporta sua capacidade de inovação e exerce um efeito dinamizador no território, fomentando a capacidade de organização e a dinâmica de aprendizagem. Por sua vez, a estratégia de desenvolvimento local ativa o potencial de desenvolvimento endógeno existente na cidade ou região (BARQUERO, 2001). Mas, afinal, o que é desenvolvimento endógeno?

O desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico, implicando numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção

do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (BARQUERO, 2001).

Para Furtado (2003) o processo de desenvolvimento econômico, além de melhorar a produtividade e a renda ao longo do tempo, estimula o progresso das estruturas sociais. Diante deste quadro geral, o Brasil, país de dimensões continentais e imensas desigualdades regionais, em termos de desenvolvimento, tende a exigir a descentralização de sua estrutura administrativa, já que as iniciativas locais são mais realistas economicamente e mais próximas à realidade da população envolvida neste cenário. Todavia, segundo Andion (2009), a descentralização no Brasil tem sido comandada de cima para baixo e a divisão territorial tem ocorrido, historicamente, de forma imposta pelo Estado, sem incentivos e nem dinâmicas de colaboração que possam fazer avançar o processo a partir da base.

Neste sentido, coloca-se a importância de repensar esse modelo e implantar novos métodos que permitam equacionar de forma eficaz a descentralização dos processos de desenvolvimento, mantendo a capacidade de regulação do Estado.

Sendo assim, inicialmente através de conversas informais com especialistas no tema desta pesquisa e observando os processos de desenvolvimento de alguns municípios brasileiros, Passo Fundo se destacou como um caso a ser estudado em profundidade. Muito se deve pelo fato de ser uma cidade média localizada no Rio Grande do Sul, dado os recursos financeiros disponíveis para este trabalho, bem como pela facilidade de acesso aos dados, tendo em vista o contato positivo com o ex-secretário de desenvolvimento econômico do local. Mas fundamentalmente, além disso, há sinais que o processo de desenvolvimento, cujo foco é a indústria, que está sendo realizado em Passo Fundo vem ao encontro do posicionamento do autor deste trabalho (manifestado principalmente em função do referencial teórico já coletado à época) em relação a uma política pública de desenvolvimento local sustentável a médio e longo prazo. O aludido município gaúcho tem apresentado resultados positivos aparentemente constantes, especialmente a partir de 2005, quando o governo local, após a posse do prefeito Airton Dipp, deu início a um novo processo de desenvolvimento. Um exemplo é o Produto Interno Bruto (PIB) municipal que, conforme dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), foi a 2ª maior taxa nominal de crescimento em 2011, ocupando a 9ª colocação no Estado do Rio Grande do Sul e que segundo resultados atualizados recentemente, inclusive no decorrer deste trabalho, em 2012 obteve a maior taxa nominal de crescimento, passando para o 6º lugar. Essencial não deixar de ressaltar os avanços em indicadores sociais, o que reforça a existência de sinais de um processo de desenvolvimento

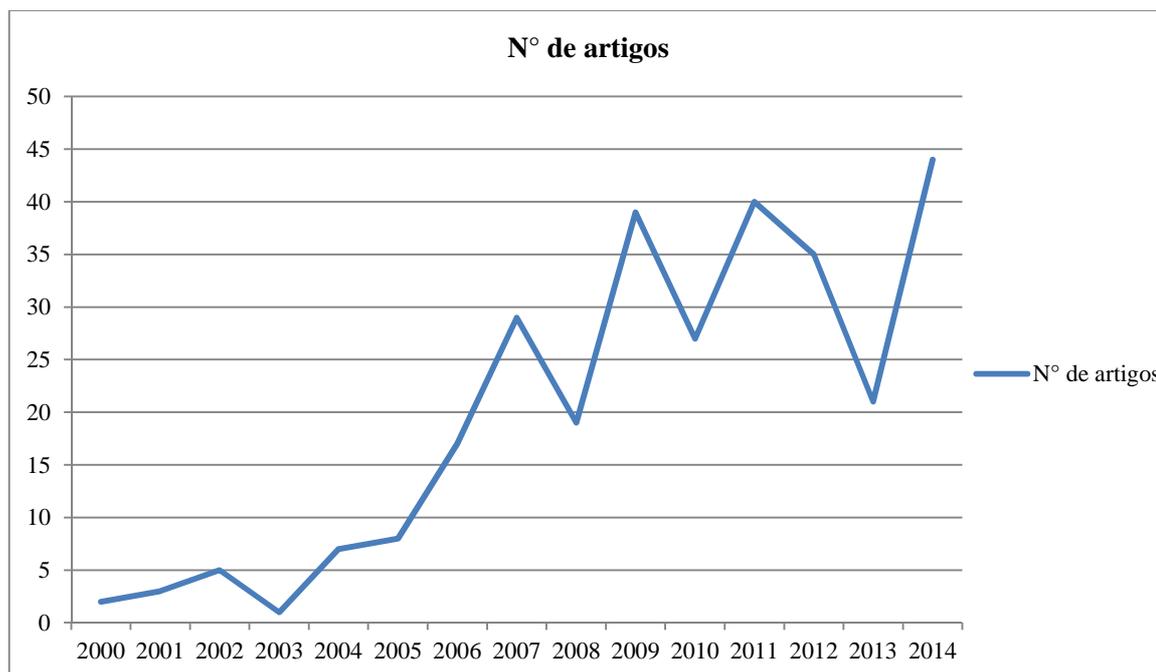
cujas características estão alinhadas com o desenvolvimento endógeno da região. Estes dados e muitos outros serão apresentados no capítulo 4, referente ao município de Passo Fundo.

Desta forma, inspirado na referida cidade, propõe-se no decorrer deste trabalho a identificação dos elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local de uma cidade média genérica brasileira e, no final, a proposição de um método de aceleração para a efetividade do processo de desenvolvimento.

1.1.2 Justificativa da Pesquisa para o Campo Acadêmico

No que se refere à importância acadêmica deste trabalho, convém salientar que na primeira década do século XX houve uma excepcional aceleração do crescimento do tema desenvolvimento regional/local/territorial na área acadêmica, já que entre 2001 e 2012 o país que contava com 7 cursos específicos na sub-área de planejamento urbano e regional, passou a contar com 42 cursos, sendo 5 deles no Rio Grande do Sul (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES, 2013). Ademais, através de uma análise quantitativa das publicações existentes, cujo detalhamento encontra-se na seção de revisão da literatura, verificou-se a evolução do número de artigos nacionais publicados ao longo dos anos, conforme ilustra o Gráfico 1. De forma geral, constata-se um crescimento, cujo auge foi o ano de 2014 (44 publicações), o que tende a explicitar a importância do presente estudo no aprofundamento do tema desenvolvimento local no país.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos nacionais publicados (2000-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das bases de dados EBSCO, CAPES, SCIELO e SCOPUS.

Entretanto, apesar dessa evolução, o Brasil ainda possui pouco destaque no quadro internacional de publicações quando o assunto é desenvolvimento local. Xavier et al. (2012) analisaram a produção científica mundial entre 2001 e 2011, realizando a coleta dos dados através de uma busca simultânea dos termos ‘*regional development*’ (desenvolvimento regional), ‘*territorial development*’ (desenvolvimento territorial) e ‘*local development*’ (desenvolvimento local) na base de periódicos internacionais *ISI Web of Science*, e constataram que o Brasil figurava, no final do ano pesquisado, na 13ª colocação.

Além disso, após a realização da análise quantitativa de publicações nacionais, observou-se a lacuna existente de estudos brasileiros relacionados ao tema que não tenham como objeto central arranjos produtivos locais e agricultura familiar.

Frente a todas essas constatações, nota-se que o campo de estudos nacionais sobre o referido assunto, mesmo com o crescente interesse acadêmico, encontra-se ainda insuficientemente explorado por pesquisadores das mais diversas áreas, dado o caráter multidisciplinar do assunto desenvolvimento local.

1.2 Questão de Pesquisa

A teoria do desenvolvimento endógeno, fundamento da presente pesquisa, defende que não existe um único caminho para o desenvolvimento. O processo de desenvolvimento local

pode ser articulado em torno de qualquer tipo de atividade, desde que suas unidades produtivas sejam competitivas (BARQUERO, 2001).

Pois esta pesquisa justamente se propõe a indicar um dos caminhos para o desenvolvimento. Sendo assim, a questão de pesquisa deste trabalho é: **Como promover o desenvolvimento industrial local no contexto das cidades médias brasileiras?**

Importante salientar alguns aspectos relacionados à questão de pesquisa, sendo que tais conceitos serão aprofundados no referencial teórico deste trabalho.

- desenvolvimento: não é sinônimo de crescimento, tendo uma abrangência multidisciplinar;
- industrial: se refere ao fato das indústrias serem o foco do desenvolvimento local proposto por esta pesquisa;
- local: significa ser situado ante o global, podendo referir-se a uma dada localidade (cidade, bairro, rua), região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, um subespaço ou um subconjunto espacial, e envolvendo algum modo de delimitação ou recorte territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais (ALBAGLI, 1999);
- cidades: Paiva (2013, p. 70, grifo do autor) destaca que:

vale lembrar que quando o ‘**território-foco**’ é um município, raramente ele é o ‘**território-relevante**’, entendido aqui como o território cuja dinâmica determinará as potencialidades e os desafios do foco. Via de regra, quando o território-foco é um município, o território-relevante é uma região mais ampla.
- médias: Sposito (2004) afirma que a definição de cidades de porte médio dá-se pelas características que lhe são intrínsecas, tais como, seu tamanho demográfico. Andrade e Serra (2008) inclusive trazem uma proposta para o caso brasileiro de que as ‘cidades de porte médio’ são aquelas com porte populacional entre 50 mil e 500 mil habitantes. Entretanto, não se pode reconhecer que uma cidade de porte-médio seja uma cidade média, definindo esta como sendo aquela que desempenha papéis de intermediação na rede urbana, sem compreender ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços), como suas relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento de seus papéis na estruturação urbana da rede) (SPOSITO, 2004). Conforme Souza (2003, p. 30-31):

Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo.

Sendo assim, de acordo com Sposito (2004), o conceito de ‘cidades médias’ seria adequado apenas àquelas cidades de porte médio que desempenham papéis intermediários e/ou regionais no âmbito da rede urbana. Desta maneira, o número de cidades de porte médio é superior ao de cidades médias;

- brasileiras: a identificação dos elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local, bem como o método de aceleração se propõem a serem aplicados no Brasil. Tal fato se justifica, levando em consideração, por exemplo, o aspecto jurídico (fator pertencente ao método proposto), tendo em vista a diferença de legislação de cada país.

Para responder a referida questão propõe-se um método de aceleração com a identificação dos elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras. Este método, inspirado no processo de desenvolvimento local adotado em Passo Fundo, será esmiuçado no decorrer da pesquisa. A justificativa para a seleção do referido município se dá, entre outros fatores apresentados nas demais seções deste trabalho, na medida em que se trata de uma cidade média que apresenta sinais que indicam, num certo período de tempo, a aplicação de uma política pública de desenvolvimento aonde muitas características vão ao encontro de um efetivo desenvolvimento endógeno. Diversos indicadores econômicos e sociais levam a crer que o município superou em muitas das vezes economias locais costumeiramente mais pujantes.

1.3 Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa são apresentados a seguir.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa consiste em propor, com potencialidade de utilização no âmbito da esfera pública, um método de aceleração e a identificação dos elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) Construir um quadro teórico que identifique os elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local e que reconheça o método de aceleração como um processo

sustentável capaz de atrair investimentos, fortalecer as empresas já existentes no local, a utilização das matérias-primas disponíveis (por exemplo, oriundas da agricultura) e o encadeamento entre estes vários atores supracitados (empresas atraídas, empresas existentes e agricultores) tanto da ótica das respectivas indústrias, como das cadeias produtivas locais.

b) Analisar o caso do processo de desenvolvimento local do município de Passo Fundo no período de 2005 a 2012.

c) Partindo do referencial teórico da pesquisa e da apreciação detalhada do caso do município de Passo Fundo, apresentar um método inicial de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0).

d) Analisar, através de pesquisa empírica, a percepção de atores sociais relevantes que têm relação com o tema desenvolvimento local.

e) Tendo como base a análise de conteúdo das entrevistas realizadas com atores sociais associados ao tema desenvolvimento local, identificar os elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras e propor um refinamento do método de aceleração preliminar proposto (M1).

1.4 Delimitação do Trabalho

Conforme será apresentado no decorrer desta pesquisa, é vasta a literatura sobre desenvolvimento, existindo diversas teorias sobre a matéria. Importante destacar então que a pesquisa trata essencialmente do tema desenvolvimento local, mas dada a multidisciplinaridade e complexidade do assunto, bem como a especificidade da questão de pesquisa, que consiste em como promover o desenvolvimento industrial local no Brasil, convém algumas ressalvas.

Primeiramente, a teoria do desenvolvimento endógeno será utilizada como base para a dissertação. Segundo, a abordagem do assunto será principalmente econômica, sendo que serão tratadas de forma menos aprofundada as dimensões social, política e ambiental, o que não exclui o reconhecimento da interdependência dessas perspectivas. Terceiro, o foco de análise da pesquisa se dará na instância municipal, apesar da indissociável relação com outras cidades, com o Estado, com o país e com o mundo. Quarto, a análise tanto do desenvolvimento local no município de Passo Fundo, como do método de aceleração proposto

será do ponto de vista do processo. E quinto, tendo em vista os fatores que compõem o método de aceleração do desenvolvimento industrial local proposto aos municípios brasileiros, o desenvolvimento será analisado, dentre os vários tipos de marketing, do ponto de vista do marketing público e dentre as diversas políticas (social, saúde, segurança, etc.), sob a ótica industrial. O aspecto jurídico também será investigado, mas se limitará às legislações, de preferência inovadoras, que tenham relação direta com o desenvolvimento industrial local do município. Adicionalmente, vale salientar que os conceitos relacionados ao desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, marketing público e política industrial são exibidos no referencial teórico do presente trabalho.

1.5 Estrutura do Trabalho

A estrutura do trabalho está composta de oito capítulos. O primeiro, que ora finda, contém a introdução, as justificativas da pesquisa para as cidades brasileiras e para o campo acadêmico, a questão de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, as delimitações e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta a presente dissertação, estando dividido em sete seções que tratam dos aspectos históricos da economia regional, da teoria do desenvolvimento endógeno, do desenvolvimento local, do desenvolvimento endógeno sob a ótica industrial, do marketing público e das cidades e, finalmente, das limitações do desenvolvimento exógeno.

Já o terceiro capítulo trata da metodologia utilizada neste trabalho, contendo, portanto, o método de pesquisa e o método de trabalho que trata dos passos lógicos adotados para a realização da dissertação.

O quarto capítulo apresenta o estudo de caso realizado no município de Passo Fundo, abordando as características locais, os marcos do processo de desenvolvimento e a análise econômica e social da cidade.

O quinto capítulo traz a primeira versão do Método de Aceleração para o Desenvolvimento Industrial Local das Cidades Médias Brasileiras (M0), bem como as etapas que o constituem.

O sexto capítulo trata dos elementos críticos para a construção do Método de Aceleração para o Desenvolvimento Industrial Local das Cidades Médias Brasileiras (M1) e da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com atores sociais relevantes.

O sétimo capítulo apresenta o Método de Aceleração para o Desenvolvimento Industrial Local das Cidades Médias Brasileiras (M1) com a análise de cada passo que o compõe.

Por fim, o oitavo capítulo traz as conclusões e limitações desta pesquisa, bem como sugestões para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na sequência apresenta-se o referencial teórico que sustenta este trabalho.

2.1 Aspectos Históricos da Economia Regional

De acordo com Cruz et al. (2011), ao menos até meados do século XX, dois grandes blocos teóricos sobre o tema Economia Regional podiam ser identificados:

- a) o conjunto de teorias clássicas da localização, cujas publicações evoluíram de forma mais ou menos contínua: Von Thünen, Weber, Christaller, Lösch e Isard;
- b) o conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana e keynesiana que floresceram a partir da década de 1950, não esquecendo de Schumpeter, e cujas principais referências enfatizaram de alguma forma o desenvolvimento de espaços subnacionais: Perroux, Myrdal, Hirschman e North.

No período que se estende do início da década de 1960 até a década de 1980, o interesse por temas associados à economia regional parece ter arrefecido ou ficado limitado a um grupo restrito de pesquisadores. É somente na década de 1980 que começam a ser observados esforços para abordar os conceitos de aglomeração e custos de transportes por meio de modelos matemáticos – no âmbito da chamada nova geografia econômica – e para incorporar aspectos menos tangíveis – como instituições e capital social – às discussões sobre desenvolvimento regional. A partir desse momento, a produção teórica em economia regional assume um caráter mais interdisciplinar. Os textos passam a incluir uma quantidade cada vez maior de referências, dificultando o estabelecimento de um fluxo contínuo na evolução do pensamento (CRUZ et al., 2011).

Entretanto, antes de se abordar sinteticamente as teorias contidas nos dois referidos blocos teóricos, é fundamental examinar a contribuição ao tema da pesquisa dos autores precursores da economia regional, como: William Petty, Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill.

Convém salientar que as teorias destes autores não serão aprofundadas, dada a intencionalidade de análise histórica da economia regional que levou ao surgimento da teoria do desenvolvimento endógeno, esta sim referência da presente pesquisa. A seguir é apresentado um quadro-resumo com as principais teorias ligadas à economia regional - Quadro 1.

Quadro 1 - Resumo das principais teorias da economia regional

Precusores: William Petty, Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill.				
Bloco Teórico	Autor	País de Origem	Ano de Publicação do Trabalho de Referência	Teoria
Teorias Clássicas da Localização	Von Thünen	Alemanha	1826	O Estado Isolado
	Weber	Alemanha	1909	Localização das Indústrias
	Christaller	Alemanha	1933	Os Lugares Centrais
	Lösch	Alemanha	1940	A Ordem Espacial da Economia
	Isard	Estados Unidos	1956	Localização e Economia Espacial
Influenciadores das Teorias de Desenvolvimento Regional com Ênfase nos Fatores de Aglomeração	Marshall	Reino Unido	1890	Princípios de Economia; Distritos Industriais
	Schumpeter	República Tcheca	1911	Desenvolvimento Econômico com Foco na Inovação
	Keynes	Reino Unido	1936	Geral; Estado Intervencionista
Teorias de Desenvolvimento Regional com Ênfase nos Fatores de Aglomeração	Perroux	França	1955	Polos de Crescimento
	Myrdal	Suécia	1957	Causação Circular e Cumulativa
	Hirschman	Alemanha	1958	Efeitos para Frente e para Trás
	North	Estados Unidos	1959	Base Exportadora

Fonte: Elaborado pelo autor - Adaptado de Cruz et al. (2011).

O inglês William Petty (1623-1687) enfatizou o papel da divisão do trabalho na geração da riqueza um século antes de Adam Smith. O autor via com bons olhos o desenvolvimento das grandes cidades e o crescimento demográfico, uma vez que expande os mercados e facilita a divisão do trabalho (AYDALOT, 1985). Petty também afirmava que os rendimentos são decrescentes, não em função da fertilidade do solo, como iria suportar mais tarde David Ricardo, mas em razão da situação locacional das terras em relação aos mercados (SOUZA, 2009).

Adam Smith (1723-1790) em seu livro ‘A Riqueza das Nações’, publicado em 1776, comenta que a riqueza de uma nação constitui-se a partir do trabalho produtivo, com aumento

dos investimentos em capitais produtivos, a especialização da mão de obra e a divisão do trabalho (VIEIRA; SANTOS, 2012). Ou seja, conforme Souza (2009), o autor levou em conta, explicitamente, o fator espaço em sua obra capital. Para Paiva (2013), Smith não é apenas o pai da Economia, mas, igualmente bem, o pai da Economia Regional.

David Ricardo (1772-1823), assim como Adam Smith, considerava o desenvolvimento econômico diretamente ligado ao processo de crescimento, com ênfase na produção, resultado da organização produtiva (SOUZA, 1993). Ricardo refere-se ao elemento espaço indiretamente ao analisar a renda da terra. As rendas surgem nas melhores terras que, por sua vez, tendem a ser ocupadas em primeiro lugar. Se as terras fossem abundantes e uniformes em qualidade, seu uso nada custaria, a não ser que possuíssem particulares vantagens locacionais, ou proximidade dos mercados (RICARDO, 1982). Ao discorrer sobre a teoria das vantagens comparativas do comércio exterior, toda a ênfase de sua análise recai sobre o custo do fator trabalho. Cada país importa o produto que produziria internamente com o maior custo de trabalho, exportando aquele de menor custo, independentemente da distância a ser percorrida e dos custos de transferência dos produtos (SOUZA, 2009).

Para Paiva (2013), tendo em vista a teorização da dinâmica econômica, a conclusão mais importante, no que se refere a David Ricardo, é a de que as nações periféricas (subdesenvolvidas) contam com mais instrumentos para enfrentar a satelitização perversa por parte dos territórios mais desenvolvidos do que as regiões periféricas de um país desenvolvido. Enquanto as nações podem explorar instrumentos como a taxa de câmbio, as barreiras alfandegárias e as circunscrições legais ao ingresso de capitais e imigrantes, as regiões não têm qualquer controle sobre variáveis equivalentes, sendo induzidas à estagnação e, no limite, à depressão demográfica e ao abandono quando apresentam desvantagens absolutas generalizadas. A distinção ricardiana entre vantagens absolutas – definidoras da divisão inter-regional do trabalho – e vantagens relativas – definidoras da divisão internacional do trabalho – é o alicerce primeiro da Economia Regional.

Para os economistas clássicos, a mão de obra constitui o fator de produção mais importante, junto com o capital. John Stuart Mill (1806-1873) reconheceu, em 1848, que o custo total de produção fica acrescido dos custos de transporte, que variam com a distância aos mercados (SOUZA, 2009). Ainda, segundo Paiva (2013), aparentemente, Ricardo não extraiu todas as conclusões pertinentes de sua própria teoria porque, em seu tempo, o processo de desenvolvimento capitalista ainda não havia gerado as profundas desigualdades regionais que passaram a se manifestar a partir da segunda metade do século XIX. Serão os autores deste período – em especial, Marx e Marshall – que irão teorizar as vantagens associadas às

escalas internas (grandes plantas) e externas (aglomeração). De forma bastante simplificada, poderia se resumir a contribuição destes dois autores na tese de que as firmas e regiões pioneiras na produção de determinados bens desenvolvem expertise e conquistam vantagens competitivas perenes sobre as firmas e regiões novas que operam em pequena escala.

A economia de Marshall pode ser entendida como uma continuação do trabalho de John Stuart Mill, Adam Smith, e David Ricardo, mas antes de se abordar Alfred Marshall, levando em consideração as principais teorias em economia regional, convém tratar do conjunto de teorias clássicas da localização, com ênfase nos seguintes autores: Von Thünen, Weber, Christaller, Lösch e Isard. Von Thünen (1783-1850) integrou o território na análise da renda fundiária ricardiana. Pioneiro do custo de oportunidade, ao analisar a localização agrícola, ele formulou, bem antes dos clássicos, o princípio da produtividade marginal, ao enfatizar que o rendimento do capital fica determinado pela produtividade da última quantidade de capital empregada (SOUZA, 2009). Sua resposta gerou um dos mais originais, elegantes e poderosos instrumentos de análise da economia regional.

A lógica do modelo é a mesma da teoria da renda da terra ricardiana, mas a chave não é a fertilidade do solo, e sim a distância em relação ao centro (CRUZ et al., 2011). O trabalho de Von Thünen inspirou, mais tarde, modelos de localização intraurbana, que estabelecem que o consumidor de terreno urbano, tanto para fins residenciais como comerciais ou industriais, escolherá maior acessibilidade na área central, onde pagará um preço maior pela terra, englobando a renda de situação máxima, ou mais espaço na periferia, com menor preço, aluguel e renda.

O economista Alfred Weber (1868-1958), irmão do cientista social Max Weber, em sua teoria, argumenta que a decisão quanto à localização de atividades industriais decorreria da ponderação de três fatores: o custo de transporte, o custo da mão de obra e um fator local decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração (FERREIRA, 1989).

Após a publicação de Weber, alguns autores como Christaller e Lösch, escreveram artigos e livros enfocando a questão locacional. Walter Christaller (1893-1969), no início da década de 1930, destacou a relação entre ‘a raridade de um bem ou serviço’ e ‘a população necessária para a sua produção’, formulando, assim, a sua Teoria dos Lugares Centrais: uma hierarquia de aglomerados populacionais, de muito pequenos e em maior número a centros maiores e em menor número, até chegar ao centro principal ou pólo (ULTRAMARI; DUARTE, 2011). Ou seja, segundo o autor, a função de um centro urbano é servir de lugar central, fornecedor de bens e serviços para sua área de influência. Ficam implícitas na análise

de Christaller as noções de acessibilidade dos consumidores aos diferentes mercados e de alcance máximo de um bem ou serviço (SOUZA, 2009).

Compartilhando os objetivos de Christaller, o principal avanço de August Lösch (1906-1945) foi elaborar um modelo com microfundamentos que resultam em um sistema urbano semelhante, mas não idêntico ao de Walter Christaller. O modelo de Lösch pressupõe um monopolista atuando em um mercado com consumidores bem distribuídos pelo espaço e um produto vendido que possui alguma elasticidade-preço (CRUZ et al., 2011). Lösch descreve como uma empresa típica produz um bem industrial, a um determinado custo médio, atingindo o consumidor mais distante, até o ponto em que o custo de transporte e o custo de produção sejam iguais ao preço do produto (SOUZA, 2009). *Ceteris paribus*, com base no trabalho de Lösch, as áreas de mercado serão tão maiores quanto menores forem a densidade da demanda, a elasticidade-preço e os custos de transporte. A título de comparação, na teoria de Christaller há uma maior diversidade de valores de proporcionalidade entre o número de centros de hierarquia distintas do que na obra de Lösch (CRUZ et al., 2011).

É curioso notar que, até a publicação de *Location and Space Economy* em 1956 pelo norte-americano Walter Isard (1912-2010), toda a produção no âmbito das teorias da localização havia sido publicada em alemão, e as traduções em inglês não existiam (CRUZ et al., 2011). Conforme Souza (2009), na visão de Isard, os fatores que levam as pessoas e as atividades econômicas a se concentrarem em determinados lugares ou a se dispersarem com o tempo são variados, englobando disponibilidade de recursos naturais, mudanças no meio ambiente e fatos econômicos provocados por flutuações de demanda e inovações tecnológicas. A sociedade estaria em um processo contínuo de ajustamento, procurando chegar a uma condição de ótimo global. Conforme Cruz et al. (2011), Isard, percebendo a necessidade de incorporação de novas disciplinas à análise, termina propondo uma linha de pensamento que se convencionou chamar de Ciência Regional.

A partir da década de 1950 começaram a ser elaboradas teorias de desenvolvimento regional que enfatizavam algum tipo de mecanismo dinâmico de autorreforço resultante de externalidades associadas à aglomeração industrial. De acordo com Amaral Filho (2001), teorias com estas características passariam a rivalizar com as teorias clássicas da localização que, ao privilegiarem as decisões locacionais do ponto de vista da firma, tendiam a desprezar esses efeitos.

Neste ponto, cabe resgatar o economista Alfred Marshall (1842-1924), que abordou de forma pioneira a temática da ‘concentração de indústrias especializadas em certas localidades’, mostrando que a aglomeração de indústrias poderia ajudar as empresas,

particularmente as pequenas, a obter vantagens competitivas. Dando destaque ao elemento espaço na análise econômica, cunhou o termo economias externas para designar os benefícios que se originam da concentração da atividade econômica em alguns centros. Marshall diferenciou economias internas (decorrem do aumento das quantidades produzidas, da melhoria da eficiência produtiva, da melhor organização da produção no nível da empresa) de economias externas (dependem do desenvolvimento geral da indústria, da concentração de empresas interdependentes em uma dada localização; surgem fora da empresa e independem de sua ação, podendo ser a proximidade de um porto ou rio navegável, terras férteis, etc.) (SOUZA, 2009). Sendo assim, as indústrias se concentram em torno de vantagens físicas (clima, solo, minas, portos), acesso à mão de obra e aos mercados. A concentração das empresas facilita a difusão do conhecimento técnico e a concentração da mão de obra atrai atividades interligadas.

No início do século XX, então, observou-se a fase inicial da análise do desenvolvimento econômico, com ênfase no lado da oferta (Schumpeter)¹, o advento da macroeconomia de curto prazo (Keynes)², com foco na demanda, e a transformação da economia do desenvolvimento para uma visão de longo prazo e com a preocupação com o subdesenvolvimento. A economia regional do desenvolvimento surge, então, como abordagem alternativa à economia locacional.

Perroux (1903-1987), essencialmente baseado nas proposições de Schumpeter, propõe-se a explorar as relações que se estabeleceriam entre indústrias que ele denominou motrizes e argumenta que o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas “manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1977, p. 146). Conforme Souza (2009), o conceito de indústria motriz é mais amplo que o de indústria-chave, já que possui índices de encadeamento para frente e para trás do processo produtivo

¹ Para Schumpeter (1883-1950), a análise do desenvolvimento e da dinâmica de longo prazo nas economias capitalistas pressupunha a centralidade da tecnologia e dos procedimentos inovativos, o que faz o sistema endogenamente instável e sujeito a crises (CRUZ et al., 2011).

² A escola Keynesiana ou Keynesianismo, teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) consiste em uma organização político-econômica, oposta às concepções liberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia. O novo-desenvolvimentismo surge da visão de Keynes, adaptada aos tempos atuais por economistas keynesianos contemporâneos como Paul Davidson e Joseph Stiglitz, que veem o Estado como sendo um complemento do mercado, e da visão cepalina neo-estruturalista que considera que a tardia industrialização latino-americana não foi capaz de resolver os problemas de desigualdades sociais na América Latina, e propõe uma estratégia de transformação produtiva com equidade social, que leve a um crescimento econômico sustentável, com uma melhor distribuição de renda (SICSÚ; PAULA; RENAUT, 2005).

acima da média da economia, envolvendo certo número de setores. Sendo assim, toda indústria motriz é uma indústria-chave, mas nem sempre esta será motriz.

Ainda dentro das teorias de desenvolvimento regional que enfatizam os fatores de aglomeração, tem-se a causação circular e acumulativa de Gunnar Myrdal (1898-1987). De acordo com o autor, haveria mecanismos que, uma vez iniciados, seriam mutuamente reforçados pelas forças de mercado e conduziriam as regiões por caminhos divergentes (CRUZ et al., 2011).

Segundo Feitosa (2007), a base da constatação de Myrdal é que algumas regiões geram condições favoráveis de acesso a determinados fatores de produção, apresentando vantagens competitivas sobre outras, devido à concentração. Esse contexto consistia na existência de economias internas e externas em determinadas regiões paralelamente à adoção de inovações tecnológicas, tornando, assim, o processo de desenvolvimento autossuficiente.

Para Paiva (2013), Myrdal propõe que a consolidação de um núcleo de empreendimentos voltados à produção de um determinado bem estimulará a instalação de empresas voltadas ao fornecimento de insumos e de serviços industriais de transporte, energia e comunicação.

Convém salientar ainda que o autor denomina ‘efeitos de retroação’ (*backwash effects*) os resultados perversos que o desenvolvimento de uma região gera sobre as demais. Em sentido oposto, registra os ‘efeitos difusão’ (*spread effects*), centrífugos, que levariam ao transbordamento do impulso de desenvolvimento para as regiões atrasadas. Essas forças contrabalançariam, em parte, os efeitos de retroação, mas não seriam, por si só, capazes de garantir um desenvolvimento regional mais equilibrado (CRUZ et al., 2011).

Opostamente a Myrdal, que vê na desigualdade um problema, Hirschman (1915-2012) a considera uma necessidade ou quase um requisito do processo de desenvolvimento. Ao invés de uma trajetória de crescimento contínua, sem saltos ou contratempos, ele destaca a importância dos desequilíbrios. Porém, assim como Myrdal, Hirschman também identifica efeitos positivos e negativos do desenvolvimento de uma região sobre as demais. Havendo complementaridade entre as áreas, a dinâmica poderia reduzir o desemprego disfarçado da região pobre por meio do aumento de suas exportações. Já o efeito perverso da polarização se daria principalmente pela migração seletiva em direção à região dinâmica. Hirschman discute a questão regional usando os conceitos de efeitos para frente (decorrentes da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores que se posicionassem a jusante) e para trás (externalidades decorrentes da implantação de indústrias que, ao aumentarem a demanda de insumos no setor a montante, viabilizariam suas escalas mínimas de produção na região

determinada) (CRUZ et al., 2011). Krugman (1998) assinala que ambos os conceitos (especialmente o de efeitos para trás) tratam da questão das economias de escala necessárias à viabilização de empreendimentos em regiões determinadas.

Segundo Figueiredo (2006), na teoria de Hirschman, o setor público intervém quando há problemas de oferta no curso desigual do progresso dos setores, principalmente em áreas onde o capital privado não atua, como no caso de infraestrutura, por exemplo. O Estado deve planejar todo o processo, incentivando o desenvolvimento dos setores-chave da economia, aqueles que apresentam os maiores efeitos de encadeamento.

Já o norte-americano Douglass North, nascido em 1920, propõe que o ponto de partida necessário do desenvolvimento endógeno de territórios periféricos e/ou subdesenvolvidos é a produção e exportação de matérias-primas (PAIVA, 2014). North desenvolveu o conceito de base de exportação para designar coletivamente os produtos exportáveis de uma região, quer primários, secundários ou terciários. O desenvolvimento de um artigo de exportação refletia uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, incluindo custos de transferência e, à medida que as regiões cresciam em torno desta base eram geradas economias externas, que, por sua vez, estimulavam a competitividade dos artigos de exportação. A base de exportação desempenhava assim papel fundamental na conformação da economia de uma região e em seus níveis de renda absoluta e per capita e, conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolveriam, bem como sobre a dinâmica da indústria subsidiária, a distribuição da população, o padrão de urbanização, as características da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas e o crescimento dos centros nodais, de tal forma que seu crescimento estava intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações (LIMA; SIMÕES, 2009).

North também se refere ao setor secundário, salientando que haveria dificuldades no desenvolvimento de indústrias inadequadas para a região, ou seja, as chamadas indústrias sem raízes (LIMA; SIMÕES, 2009).

Entretanto, as políticas de polos urbanos de desenvolvimento não produziram os resultados esperados de convergência. Pelo contrário, em vários casos, se agravou as diferenças entre regiões (BENKO, 1999).

2.2 Teoria do Desenvolvimento Endógeno

Diante de todo esse aspecto histórico da economia regional, as teorias de desenvolvimento endógeno surgiram no final dos anos 70 como consequência da desilusão, proveniente de observações empíricas, com as tradicionais teorias exógenas (de bases neoclássica ou keynesiana).

A abordagem endógena, contrariamente à exógena, considera que a exploração racional e sustentável dos recursos locais é de crucial importância (DINIZ; GERRY, 2002). Em certo sentido, o argumento da teoria do desenvolvimento endógeno combate as bases do pensamento neoclássico, que acredita ser a simples atração de recursos externos e as competitividades espúrias suficientes para o desenvolvimento regional.

Segundo Barquero (2001) nos processos de crescimento e transformação estrutural, a origem dos recursos não é determinante. Na verdade, o normal é uma combinação de fatores locais e externos. O que define efetivamente os processos de desenvolvimento endógeno é a capacidade da comunidade local de controlar as mudanças ocorridas em uma localidade ou região. Quando tal é o caso, o território não se mostra um receptor passivo das ações das grandes empresas, estando em condições de influenciar a dinâmica econômica local.

Convém salientar que a teoria do desenvolvimento endógeno é apenas um modelo de análise. É uma interpretação orientada para a ação, na qual os atores locais determinam o crescimento da economia local através de suas decisões de investimento e de suas iniciativas (BARQUERO, 2001). Martinelli e Joyal (2004) afirmam que o desenvolvimento endógeno resgata a política no âmbito local, restabelecendo o conceito de governança, em que é possível para as comunidades e para as empresas reconhecerem suas capacidades, bem como as de suas pequenas e médias empresas em geral, que produzem preferencialmente para mercados locais sem deixar de interagir com as economias regionais. Pode-se pensar no desenvolvimento endógeno como uma forma eficaz de mobilizar recursos locais para recriar um entorno institucional, político e cultural, que fomente atividades produtivas e de geração de empregos em nível local, aproveitando as vantagens competitivas da integração dos mercados e dos circuitos regionais. Cassiolatto e Lastres (2003) sugerem que, com a formação de aglomeração de empresas, aumenta a chance de sobrevivência e de crescimento das mesmas, principalmente, das micro, pequenas e médias empresas.

Dentre os diferentes tipos de aglomerações existentes, destacam-se os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Aponta-se como traço distintivo do enfoque em APLs o fato de este tomar como unidade de análise um conjunto de agentes que vai além do foco em

organizações individuais (empresas), setores ou cadeias produtivas, estabelecendo uma relação estreita entre o território e as atividades econômicas. Esta unidade de análise ampla cobre o espaço no qual ocorre o aprendizado, são criadas as capacitações produtivas e inovadoras e fluem os conhecimentos tácitos os quais configuram importantes fatores de diferenciação competitiva (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

A teoria do desenvolvimento endógeno considera que existe uma forte imbricação entre economia e sociedade, aonde a empresa atua como uma interface relevante. Barquero (2001) destaca que as formas de organização das empresas e do território têm um papel determinante nos processos de desenvolvimento, defendendo a ideia de que é possível uma dinâmica econômica local sem o conflito dialético da decisão governamental entre fortalecer as empresas locais ou atrair grandes empresas para a região, Barquero (2001, p.51) afirma:

Há dois fatos que costumam provocar uma certa confusão ao falar-se de desenvolvimento endógeno, a saber: o papel desempenhado pelas pequenas e médias empresas na organização da produção dos sistemas locais de empresas e a relevância dos recursos locais nos processos produtivos. As teorias territoriais do desenvolvimento enfatizam a superioridade estratégica das pequenas firmas. Não obstante, o determinante para o crescimento econômico não reside no tamanho das unidades produtivas e sim na formação de sistemas de empresas – de redes de empresas – que permitam obter economias de escala e de escopo e reduzir os custos de transação. Estes são traços que caracterizam também as grandes unidades produtivas, conforme demonstra Chandler (1990).

Frente a todas estas dimensões abordadas, tem-se a ideia de que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, sejam elas materiais ou imateriais, alterando o foco do planejamento regional e direcionando-o para a localidade.

2.3 Desenvolvimento Local

Conforme Ávila (2000, p. 54), o termo desenvolvimento provém do verbo desenvolver formado pela junção de três outros vocábulos: *des* (prefixo latino dis –, expressando “[...] coisa (ou ação) contrária àquela que é expressa pelo termo primitivo [...]” + *en* (significando em grego “[...] posição interior movimento para dentro [...]” + *volver* (virar, voltar, dirigir). Juntando *en* + *volver* forma-se o termo primitivo envolver com sentido de virar, voltar, dirigir para dentro, “[...] enrolar, embrulhar, cingir. Ora, se adicionar *des* a *envolver*, da mesma forma que *des+cobrir* significa etimologicamente *tirar-o-que-cobre*, a idéia que o resultante termo desenvolver nos enseja, em se tratando de pessoas, é a do rompimento das amarras que as prendem *-enrolam, embrulham, cingem* em seus status *quo*, aqueles histórica e

tradicionalmente já entranhados em suas maneiras de agir, a fim de que se orientem para novas maneiras de evolução com equilíbrio e progresso, implicando “[...] transformação global” [...].

O entendimento do termo desenvolvimento envolve ter um olhar multidimensional. Isto é necessário, pois este termo tem uma abrangência plural, que evoca múltiplos aspectos da realidade, tais como: sociais, econômicos, ambientais, físicos, psíquicos, dentre outros.

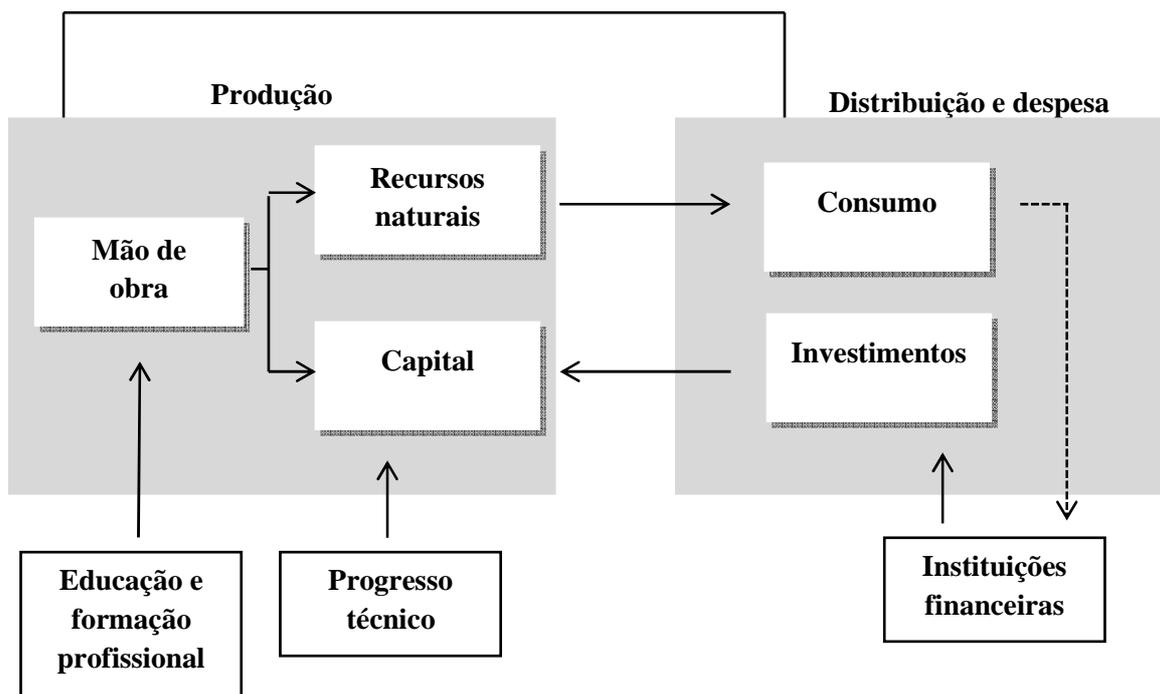
Segundo Kotler et al. (1994) os termos crescimento e desenvolvimento muitas vezes são utilizados como sinônimos. De forma geral, o autor coloca que o crescimento econômico refere-se ao aumento da produção. Já o termo desenvolvimento econômico sugere não só mais produção, mas também diversidade de produtos, ou seja, novas indústrias, maior utilização produtiva de recursos e mais inovações.

De acordo com Furtado (1977, p. 91-92):

O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica necessariamente, modificações nas funções de produção. [...] Podemos, portanto, admitir que o crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado.

Buscando a associação do processo de crescimento econômico com o desenvolvimento endógeno, cuja retenção do excedente econômico e a atração de excedentes de outras regiões são essenciais, apresenta-se a Figura 1.

Figura 1 - Esquema do processo de crescimento econômico



Fonte: Fonseca (2006).

Conforme Fonseca (2006, p.21):

A figura [...] ilustra ainda um importante círculo vicioso que limita o processo de crescimento nos países mais pobres. O aumento da renda *per capita* e da produtividade depende da ampliação do estoque de capital. Este, por sua vez, resulta do investimento, que depende do excedente de produção em relação ao consumo. Nas sociedades mais pobres, contudo, esse excedente é necessariamente reduzido. A conclusão é a de que o crescimento econômico nos países em processo de desenvolvimento está condicionado à disponibilidade de financiamento em condições favoráveis (com juros e dividendos não muito elevados) proveniente do exterior.

O crescimento econômico, para Sachs (2004), é uma condição necessária, porém não suficiente em si mesma para o desenvolvimento. Crescimento não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, não reduz a pobreza e não melhora o bem-estar social e a qualidade de vida das pessoas (SACHS, 2004).

Para Oliveira (2002), o desenvolvimento deve ser entendido como um processo amplo de mudanças de natureza econômica, política e social, objetivando satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, etc. Em suma, a dimensão humana do desenvolvimento está fundamentada na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico como meio de reduzir as privações e as aflições humanas (TORRAS, 1995).

Contudo, entende-se que o conceito de desenvolvimento nunca será, nem poderá ser definido de maneira a agradar a todos, haja vista que se trata de um construto social com forte conteúdo ideológico e político, cujos valores e crenças são relativos a um determinado tempo e lugar. Como já foi colocado anteriormente, o desenvolvimento é um termo multidimensional e, também, interdisciplinar (SANTOS et al., 2012).

Em relação à questão do desenvolvimento ser local, regional ou territorial, alguns conceitos podem ser abordados. A ideia de região, por exemplo, leva, implicitamente, em conta a questão do conteúdo econômico de seus elementos constitutivos: nível de renda (pobreza e riqueza), estrutura produtiva (base agrícola e base industrial), estrutura urbana (meio urbano e meio rural), modos de transporte e dotação de recursos naturais. Para muitos autores, como Philippe Aydalot, a região não passa de um conceito abstrato, pois a subdivisão de um país em unidades menores é muitas vezes arbitrária. Suas fronteiras nem sempre têm conteúdo econômico, mas obedecem seguidamente a critérios político-administrativos, culturais, naturais e geográficos (SOUZA, 2009).

De acordo com Zapata, Amorim e Arns (2008), território é um espaço socialmente organizado. Território significa espaço e fluxos, ou seja, lugares e pessoas interagindo.

Território significa uma identidade histórica e cultural. São fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, políticos, humanos. São atores inteligentes organizados que podem fazer pactos, planos, projetos coletivos. Barquero (2001) define o território como um agente do desenvolvimento local, sempre ocupado em manter e defender a integridade e os interesses territoriais nos processos de desenvolvimento e mudança estrutural.

Situado ante o global, local pode referir-se a uma dada localidade (cidade, bairro, rua), região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, um subespaço ou um subconjunto espacial, e envolvendo algum modo de delimitação ou recorte territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais (ALBAGLI, 1999). Entretanto, os conceitos de local e de território são difíceis de distinguir. Em alguma medida os conceitos se confundem e aos olhos do leitor se transformam um em outro, a despeito da presença, em cada um deles, de conteúdos históricos que parecem radicalmente distingui-los (HISSA, 2009). O geógrafo Milton Santos, tratando do ‘hibridismo conceitual’ relata o seguinte sobre as distinções entre os conceitos de espaço, território e lugar:

Na verdade eu renunciei à busca desta distinção [...] Houve um tempo em que a gente discutia muito isso [...] Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores (SANTOS, 2006 *apud* HISSA, 2009, p. 57).

No caso da presente pesquisa adota-se o termo desenvolvimento local. A seguir, são apresentadas algumas afirmações que ratificam e esclarecem tal escolha.

Buarque (1999) enfatiza algumas características do desenvolvimento local: processo endógeno; dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida; mobilização das energias da sociedade e exploração das capacidades e potencialidades locais; integração econômica com o contexto regional, nacional e mundial. No caso do desenvolvimento local, o mecanismo dinamizador seria representado pela resposta dos atores locais aos desafios colocados pelo aumento da competitividade, o que desencadearia os processos de desenvolvimento endógeno. As iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular o surgimento e a expansão das empresas locais e favorecer o desenvolvimento dos recursos específicos que determinam a capacidade de atração de empresas externas.

Conforme Barquero (2001, p.57):

[...] desenvolvimento econômico local é o processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da

população de uma cidade ou região. Quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno. Este conceito está baseado na idéia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento.

O termo local deve ter uma escala territorial adequada à mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento (BUARQUE, 1999). Como se verá na próxima seção, ao se analisar um município, obrigatoriamente deve ser levado em consideração todo o seu entorno, isto é, a sua área de influência em termos regionais.

2.4 As Cidades e o Desenvolvimento Endógeno

A competitividade e a luta pelos mercados convertem cidades em ‘sócias’ das grandes empresas e dos grupos empresariais locais. Vê-se então a importância da cidade como núcleo motor do desenvolvimento. Segundo Paiva (2013), a cidade é o centro da reflexão, da pesquisa, da política, dos serviços, da cultura, do lazer, do comércio, das trocas, da integração, da produção industrial, dos transportes, da tecnologia, de tudo, enfim.

Barquero (2001) afirma que, em qualquer circunstância, a cidade é o espaço por excelência do desenvolvimento endógeno: gera externalidades que contribuem para o aparecimento de rendimentos crescentes; conta com um sistema produtivo diversificado, que favorece a dinâmica econômica. Trata-se de um espaço de redes, no qual as relações entre atores contribuem para a difusão do conhecimento, estimulando os processos de inovação e de aprendizagem das empresas (QUIGLEY, 1998; GLAESER, 1998).

Porém, neste momento, é de suma importância a constatação realizada por Paiva (2013, p. 70, grifo do autor):

Imaginemos que um determinado município solicite um diagnóstico sobre suas perspectivas de desenvolvimento e um meio capaz de maximizar o aproveitamento de suas potencialidades. Este é o ‘**território-foco**’ da análise. Mas quando o ‘território-foco’ é um município, raramente ele é o ‘**território-relevante**’, entendido aqui como o território cuja dinâmica determinará as potencialidades e os desafios do foco. Via de regra, quando o território-foco é um município, o território-relevante é uma região mais ampla.

Para Paiva (2013), o grande desafio do planejamento do desenvolvimento local é a identificação do território relevante à análise.

Neste sentido, o papel da governança de delimitar a gestão é fundamental (ROTH et al., 2012). Conceitos associados à governança, tais como parceria, participação, aprendizagem coletiva e regulação são essenciais nas ações de desenvolvimento local. Criar estruturas de governança implica na definição de uma dinâmica de incentivo à participação e engajamento dos atores sociais no processo decisório estratégico (GUIMARÃES; MARTIN, 2001). Aliás, o compromisso com a governança na busca de resultados econômicos é a base da política industrial do Rio Grande do Sul (MARTINS, 2012).

2.5 Desenvolvimento Endógeno sob a Ótica Industrial

A indústria ainda constitui a principal alavanca para o desenvolvimento utilizada por países que nas últimas três décadas (o período da chamada ‘globalização’) simbolizaram o impulso econômico para superação do subdesenvolvimento (PASSOS et al., 2011). O setor industrial ocupa uma posição importante na estrutura produtiva de qualquer região, uma vez que ele é indutor de mudanças à jusante e à montante na cadeia de produção. A sua expansão gera efeitos propulsores que atingem outras localidades, não só pelo aumento da oferta, mas também pela maior procura de matérias-primas, trabalhadores, tecnologias e conhecimento técnico (MARION FILHO; REICHERT, 2013).

O conceito de desenvolvimento endógeno está frequentemente vinculado aos processos de industrialização endógena. Isto porque a dinâmica econômica das cidades e regiões cujo crescimento e mudança estrutural se organizam em torno da expansão das atividades industriais e que, para tanto, fazem uso do potencial de desenvolvimento existente no território (D’ARCY; GIUSSANI, 1996; BIANCHI, 1998).

Conforme Suzigan e Furtado (2006), grande parte da controvérsia em torno da definição e do escopo da política industrial tem a ver com diferentes visões sobre seus fundamentos teóricos. Autores vinculados ao liberalismo econômico pressupõem que a economia se encontra numa trajetória de equilíbrio. Nessa visão, a política industrial seria meramente reativa e restrita, especificamente direcionada a remediar as imperfeições de mercado, e de natureza horizontal, isto é, não seletiva em termos de setores ou atividades.

Contrários a esta visão, encontram-se os autores neoschumpeterianos e da economia evolucionária. Estes autores descartam o pressuposto do equilíbrio e propõem que haja uma co-evolução de tecnologias, de estruturas de empresas e de indústrias, e de instituições em sentido amplo, incluindo instituições de apoio à indústria, infraestruturas, normas e regulamentações, tendo a inovação como força motora central. Neste enfoque a política

industrial é ativa e abrangente, direcionada a setores ou atividades industriais indutoras de mudança tecnológica e, também, ao ambiente econômico e institucional como um todo, que condiciona a evolução das estruturas de empresas e indústrias e da organização institucional, inclusive a formação de um sistema nacional de inovação. Isto determina a competitividade sistêmica da indústria e impulsiona o desenvolvimento econômico (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Diante deste cenário, Suzigan e Furtado (2006) afirmam que esta segunda abordagem mostra-se mais adequada à formulação e implantação de uma política industrial como estratégia de desenvolvimento, e seu amplo escopo implica a necessidade de compatibilizá-la com a política macroeconômica. Cimoli et al. (2009) afirmam que as políticas industriais são ingredientes intrínsecos fundamentais de todo processo de desenvolvimento.

O Brasil, ao longo de sua história, tem adotado políticas explícitas de incentivo à indústria e, portanto, de política industrial. Tais políticas integravam os planos estratégicos de desenvolvimento. Os planos de maior êxito e, portanto, mais conhecidos, são os Planos de Metas, da segunda metade da década de 50 e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), principalmente o II PND, na década de 70. Todos eles tiveram como ponto central o setor industrial e foram decisivos para o desenvolvimento e integração da indústria brasileira.

Nos dois mandatos do governo Lula (2003-2010), duas ações de PI mereceram evidência. A primeira ação foi a criação, em 2004, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que consistiu em estratégias generalistas, cujo eixo central era a tentativa de aumentar a eficiência produtiva e a capacidade de inovação das empresas. Porém, em resposta às críticas em relação à falta de clareza e de objetivos relativos a outros setores da economia, inclusive aqueles nos quais o Brasil possuía vantagens comparativas, houve um segundo movimento por parte do governo federal, que foi a criação em 2008 da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), dessa vez corrigindo a falta de objetividade e estabelecendo pragmaticamente objetivos, desafios, políticas e metas que deveriam ser alcançadas até o final do ano de 2010 (ALMEIDA, 2011).

Mais recentemente, em 2011, o governo federal instituiu o Plano Brasil Maior, que engloba a política industrial, tecnológica e de comércio exterior até o final do ano de 2014. O Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho (BRASIL, 2014b). Levando em consideração as políticas adotadas pelo referido plano, na dimensão setorial, suas diretrizes são: fortalecimento das cadeias produtivas; ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios; desenvolvimento das cadeias de suprimento em energias;

diversificação das exportações (mercados e produtos) e internacionalização corporativa; consolidação de competências na economia do conhecimento natural (BRASIL, 2014c). Já na dimensão sistêmica, de natureza horizontal e transversal, destina-se a orientar ações que visam, sobretudo: reduzir custos, acelerar o aumento da produtividade e promover bases mínimas de isonomia para as empresas brasileiras em relação a seus concorrentes internacionais; e consolidar o sistema nacional de inovação por meio da ampliação das competências científicas e tecnológicas e sua inserção nas empresas (BRASIL, 2014d).

Já a política industrial do Estado do Rio Grande do Sul, elaborada no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), definiu cinco eixos de atuação para o período compreendido entre 2012 e 2014. São eles: política setorial; política da economia da cooperação; política da firma; instrumentos transversais; e infraestrutura para o desenvolvimento.

No que se refere a presente pesquisa, no âmbito municipal, as políticas de desenvolvimento nacionais e estaduais, sob a ótica industrial, podem fornecer suporte para o método de aceleração do desenvolvimento industrial local proposto, quando esta conexão local/estadual e local/federal puder ser realizada em casos concretos.

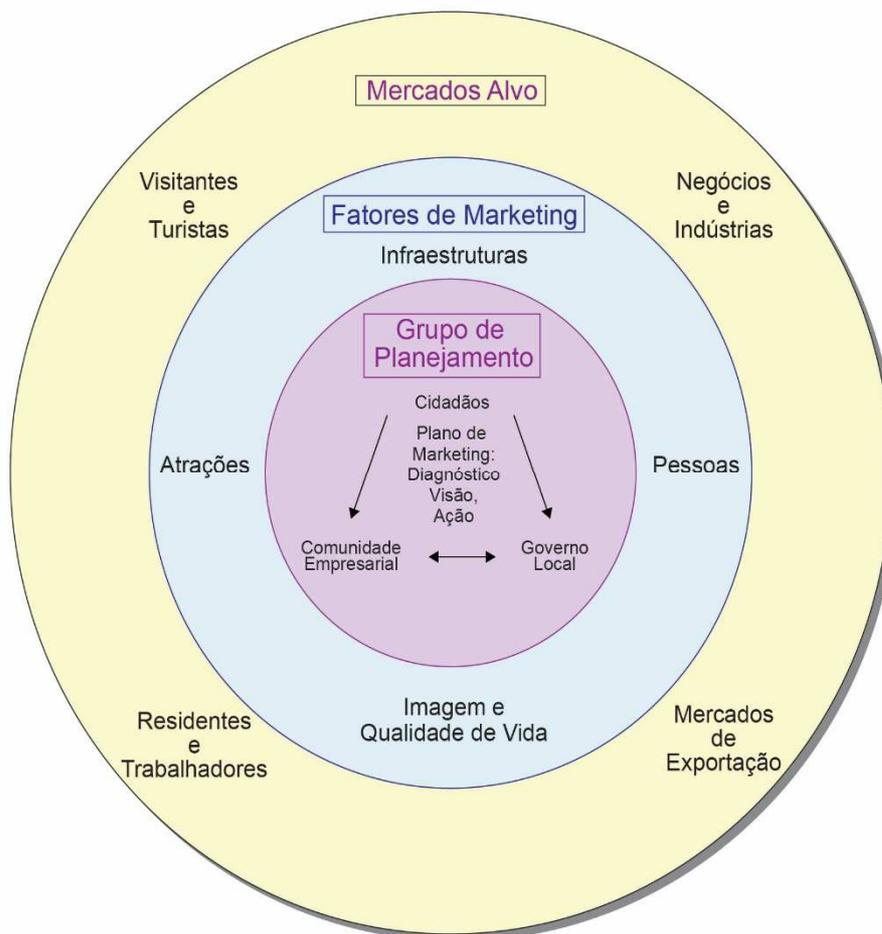
2.6 Desenvolvimento Endógeno sob a Ótica do Marketing Público

Barquero (2001) afirma que um ponto fundamental a ser observado é que cada cidade se caracteriza por dispor de um conjunto de recursos, um potencial de desenvolvimento e um sistema de relações, em função dos quais é possível pensar as ações destinadas a melhorar a competitividade das empresas locais. Segundo Cotorruelo Menta (1997), isto pode ser conseguido através da mobilização de seu potencial endógeno, pela atração de recursos e de investimentos externos e pela consolidação da identidade e imagem locais. Os planos estratégicos incluem, normalmente, ações de marketing urbano destinadas a definir, formar e desenvolver a identidade e a imagem da cidade. O adequado posicionamento da cidade é, portanto, um objetivo-chave na estratégia de desenvolvimento industrial endógeno local (BARQUERO, 2001).

Baseado em Kotler et al. (1994), cabe ressaltar que, apesar das poderosas forças externas e internas que amparam as localidades, elas têm dentro de seus recursos coletivos e individuais (pessoas) a capacidade de melhorar sua posição competitiva. Suas reações à nova ordem econômica devem fazer frente à globalização da economia e ao ritmo acelerado de mudanças tecnológicas. Uma perspectiva de planejamento estratégico de marketing dá às

localidades os instrumentos e as oportunidades de marketing para estarem à altura desse desafio. Desta forma, o autor, através da Figura 2, apresenta os elementos principais do marketing estratégico de um local.

Figura 2 – Níveis de marketing de localidades



Fonte: Kotler et al. (1994).

Ainda segundo Kotler et al (1994), o potencial de um local não depende tanto de sua localização geográfica, seu clima e seus recursos naturais, quanto da vontade habilidade, energia, dos valores e da organização humana. Para um local ser bem-sucedido, deve ser capaz de executar as seguintes tarefas fundamentais:

- interpretar o que está acontecendo no ambiente, num sentido bem amplo;
- entender as necessidades, os desejos e as opções de comportamento de certos 'eleitores' internos e externos específicos;
- elaborar uma visão realista do que o local pode vir a ser;
- criar um plano executável para complementar essa visão;
- criar um consenso interno e uma organização eficiente;

f) avaliar, a cada estágio, o progresso obtido com o plano de ação.

Assim, de maneira geral, o objetivo do marketing público é contribuir para o desenvolvimento local, sendo baseado em ações que reforçam a riqueza endógena mais do que a captura de riquezas exógenas (DRAMÉ, 2008).

2.7 Desenvolvimento Exógeno e suas Limitações

Após diversas argumentações a respeito da importância da endogeneização do desenvolvimento, é imperioso abordar o desenvolvimento exógeno e suas diferenças com relação ao desenvolvimento endógeno.

Paiva (2013) considera a política de enfrentamento de desigualdades baseada na mobilização de recursos externos à região como 'exogeneista'. Nestes casos, a ausência de *expertise* produtiva local impõe a importação de conhecimentos e de pelo menos uma parte de trabalhadores de fora da região. O principal determinante da ineficácia destas políticas é que, quando os recursos financeiros, a propriedade dos novos equipamentos, a tecnologia e a gestão vêm e/ou permanecem fora da região, a maior parte das rendas oriundas da atividade também serão canalizadas para fora e a condição de subordinação e dependência do território periférico não é alterada.

Ou seja, neste modelo (de fora para dentro), ao contrário do endógeno (de dentro para fora), firmas de outras localidades que se instalam em determinados municípios desprezam a cultura empresarial local, não aproveitando recursos humanos e materiais da região em que irão se situar. Desta forma, as políticas de desenvolvimento exógeno nem sempre atingem seu objetivo de gerar processos de desenvolvimento econômico autossustentado, na medida em que o impulso inicial sofre 'vazamentos', reduzindo, assim, a capacidade difusora dos investimentos externos. Tudo isso leva a um desenvolvimento mal-sucedido nas áreas atrasadas, nem tanto porque está sendo fomentado um modelo de crescimento alheio a seu entorno e muito mais porque não é aproveitado o potencial local de crescimento, ocorrendo a exportação dos recursos para as áreas mais desenvolvidas (BARQUERO, 2001).

Segundo Almeida (2004), o processo de crescimento econômico local não pode ser essencialmente originado de forças e mecanismos exógenos à região que depende das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento local é considerado, sobretudo, como a internalização do crescimento, ou seja, endógena à região. Com efeito, o crescimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento, mas este último é

um fenômeno qualitativamente distinto que implica, na região, uma internalização do excedente gerado pelo próprio crescimento. Adicionalmente, o desenvolvimento implica níveis crescentes de inclusão social e, ainda, o desenvolvimento inclui uma posição com relação à preservação ambiental.

Defendendo o argumento de que a alternativa do desenvolvimento exógeno é uma via limitada, de possibilidades muito reduzidas em virtude das tendências inerentes ao processo de globalização, autores como Barquero afirmam, de forma fatalista, ser o desenvolvimento local endógeno a única opção possível (BRAGA, 2002). Por evidente, a posição expressa por Barquero (2001) está associada, não a uma visão imediatista, mas a uma perspectiva estratégica de desenvolvimento de longo prazo associada com um leque de distintas dimensões de sustentabilidade (social, econômica, ambiental, etc.).

Enfim, o referencial teórico apresentado neste capítulo evidenciou diversos elementos que serviram de base à proposição de um método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras. No capítulo seguinte descreve-se a metodologia de pesquisa empregada para a realização da dissertação.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os métodos de pesquisa e o método de trabalho que foram utilizados para a realização da presente pesquisa.

3.1 Método da Pesquisa

Quanto ao método científico, Marconi e Lakatos (2012) consideram que se trata do grupo de atividades que são executadas com a finalidade de desenvolver conhecimento científico. Gil (2006) afirma que a escolha de um método depende de muitos fatores, tais como: o nível de abrangência do estudo, a natureza do objeto que se pretende investigar, os recursos materiais à disposição e a instância filosófica do pesquisador.

Segundo Creswell (2007), quanto ao tipo de pesquisa, ela pode ser desenvolvida a partir de abordagens quantitativas, qualitativas ou mista. De uma forma geral, com relação às características de cada tipo de pesquisa, Creswell (2007) relata as seguintes distinções:

- a) quantitativo: Predeterminado; com perguntas baseadas em instrumento; dados de desempenho, de atitude, observacionais e de censo; análise estatística;
- b) qualitativo: Métodos emergentes; questões abertas; dados de entrevista, de observação, de documentos e audiovisuais; análise de texto e de imagem;
- c) misto: Métodos predeterminados e emergentes; questões abertas e fechadas; formas múltiplas de dados contemplando todas as possibilidades; análise estatística e textual.

A abordagem de pesquisa adotada para o presente trabalho foi qualitativa. Creswell (2007, p. 38) define a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Marconi e Lakatos (2012) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento, dando ênfase aos significados e aos processos.

Como método de pesquisa, inicialmente, o Estudo de Caso. Segundo Yin (2001), uma preocupação muito comum em relação a este método de pesquisa é que ele fornece pouca base para se fazer uma generalização científica. Uma resposta muito breve é que os Estudos de Caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e

não a populações ou universos. O Estudo de Caso examina um fenômeno em seu meio natural, a partir de múltiplas fontes de evidências (indivíduos, grupos, organizações) empregando vários métodos de coleta e análise de dados (entrevistas, questionários, documentos, etc.).

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001).

Adicionalmente, conforme Marconi e Lakatos (2012), toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos empregados. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados dados secundários e primários, adotando-se, respectivamente, as técnicas de coleta documental e entrevista.

Para Mattar (2005) dados secundários são aqueles dados que já foram coletados, ordenados, tabulados e, às vezes, até analisados, podendo ter como fontes: publicações (jornais, revistas, etc.), a empresa pesquisada, órgãos do governo (IBGE, IPEA, etc.), instituições não governamentais (universidades, centros de pesquisa, etc.) e até mesmo empresas especializadas em serviços padronizados de informações.

Conforme Gil (2006) como fonte de dados primários a técnica de entrevista permite que o investigador se apresente frente ao investigado e lhe formule perguntas, com o objetivo de obtenção de elementos que interessam à investigação. Marconi e Lakatos (2012) afirmam que dentre as vantagens desta técnica de coleta de dados, pode se citar a maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente e/ou especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido; a oportunidade para obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes; a possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias, etc. Segundo Bauer e Gaskell (2010), o intento principal do uso da entrevista consiste em explorar as diferentes opiniões e representações sobre o tema em questão, ou seja, apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista.

As entrevistas, segundo Hair et al. (2003), podem ser:

- a) estruturadas: utilizam roteiro com sequência de perguntas predeterminadas e sempre feitas da mesma forma, para cada respondente;
- b) semiestruturadas: seguem uma lista de tópicos a serem investigados, mas podem incluir outras perguntas, conforme o andamento da conversa;

- c) não-estruturadas: não utilizam roteiro prévio, sendo usadas quando o foco do problema não é claro, ou o tema é inexplorado;
- d) em profundidade: seção de discussão aprofundada e não-estruturada, que dura várias horas, focando em geral um único indivíduo;
- e) grupo de foco: entrevista em grupo não-estruturada e que exige preparo prévio específico.

Para Manzini (1991), a entrevista semiestruturada foca em um assunto sobre o qual se confecciona um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, fazendo emergir informações de forma mais livre e respostas não condicionadas a uma padronização de alternativas. Manzini (2003, p. 18) salienta que:

[...] é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante. Além disso, a arrumação do roteiro em temas pode ser importante para manter a atenção do entrevistador num campo semântico.

Em relação ao número de entrevistas convém trazer à tona Bauer e Gaskell (2010, p. 71) que afirmam:

Um ponto-chave que se deve ter em mente é que mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade ou levam a uma compreensão mais detalhada. Primeiro há um número limitado de interpelações, ou versões, da realidade. Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem de mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais. As primeiras entrevistas são cheias de surpresas. As diferenças entre as narrativas são chocantes e, às vezes, ficamos imaginando se há ali algumas semelhanças. Contudo, temas comuns começam a aparecer e, progressivamente, sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. A certa altura, o pesquisador se dá conta que não aparecerão novas surpresas ou percepções. Neste ponto de saturação do sentido, o pesquisador pode deixar seu tópico guia para conferir sua compreensão, e se a avaliação do fenômeno é corroborada, é um sinal de que é tempo de parar. Em segundo lugar, há a questão do tamanho do *corpus* a ser analisado.

No tratamento das entrevistas optou-se por utilizar a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 44), a análise de conteúdo pode ser entendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Esse tipo de análise tem como objetivo inferir conclusões acerca do conteúdo das mensagens proferidas por alguém. A inferência pode responder a: i) o que causou a mensagem, isto é, o que conduziu a pessoa a proferir esse tipo de mensagem; ii) quais são as consequências dessa mensagem, ou seja, quais são os efeitos que estas mensagens terão (BARDIN, 2011).

Bardin (2011) rejeita esta ideia de rigidez e de completude, deixando claro que a sua proposta da análise de conteúdo acaba oscilando entre dois pólos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade, da cientificidade, e a riqueza da subjetividade. Nesse sentido, a técnica tem como propósito ultrapassar o senso comum do subjetivismo e alcançar o rigor científico necessário, mas não a rigidez inválida, que não condiz mais com tempos atuais.

Desta forma, a análise de conteúdo, buscando diminuir a subjetividade comum às pesquisas qualitativas, procura elaborar indicadores, tanto quantitativos quanto qualitativos, que possam apoiar o pesquisador no entendimento e compreensão das mensagens que estão sendo comunicadas (CAPELLE et al., 2003). A partir desse entendimento e baseado na dedução, o pesquisador poderá inferir resultados acerca do que está estudando (CAPELLE et al., 2003).

Ademais, segundo Bardin (2011), a organização da referida análise de conteúdo deve obedecer a seguinte sequência cronológica:

- pré-análise: envolve a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a leitura ‘flutuante’ que consiste em estabelecer contato com os documentos a serem analisados e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. É importante destacar que estas atividades da pré-análise, embora sejam fortemente ligadas, não precisam, necessariamente, ocorrerem nesta ordem;
- exploração do material: se as diferentes operações de pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Assim sendo, a organização da codificação abrange o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação e agregação (escolha das categorias). Em relação ao recorte, é necessário identificar as unidades de registro e as de contexto. A de registro é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial, enquanto que a unidade de contexto serve de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às unidades de registro) são ótimas para que se possa

compreender a significação exata da unidade de registro, podendo, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema. Já quanto aos tipos de enumerações (modo de contagem das unidades de registro), têm-se: frequência (presença ou ausência), frequência ponderada, intensidade, direção, ordem e coocorrência, sendo esta última a presença simultânea de duas ou mais unidades de registro numa unidade de contexto e cuja medida (análise de contingência) dá conta da distribuição dos elementos e da sua associação. A análise das coocorrências ou análise de contingências reveste-se cada vez de mais importância e vem completar a análise frequencial simples. E, finalmente, em relação à escolha das categorias, a categorização tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos, sendo, então, uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. O critério de categorização pode ser: semântico (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem);

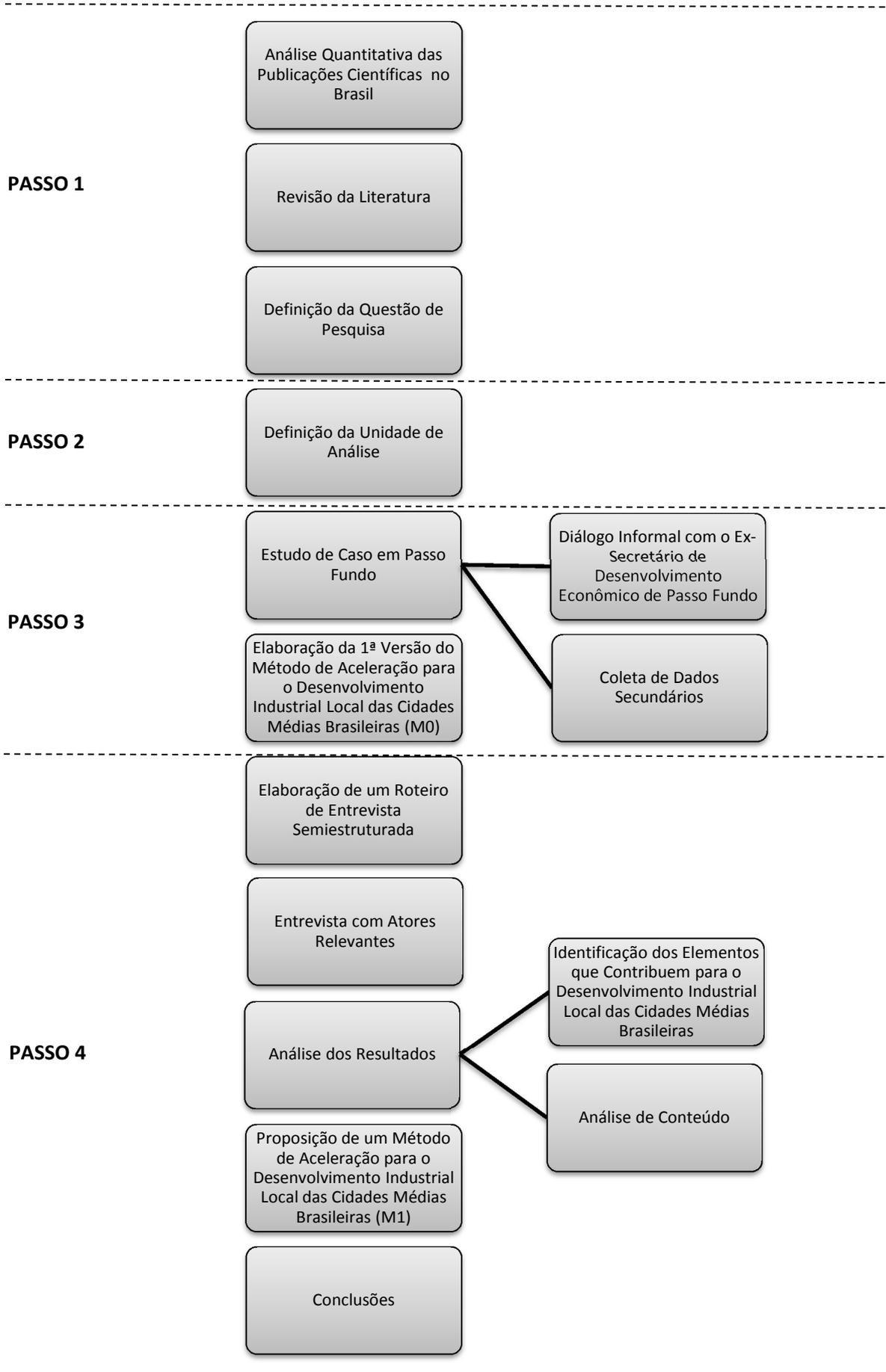
- tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos ('falantes') e válidos. O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. Vale destacar que a inferência se serve do código como um indicador capaz de revelar realidades subjacentes, mas a passagem sistematizada pelo estudo formal do código não é sempre indispensável, já que a análise de conteúdo também pode realizar-se a partir das significações que a mensagem fornece.

3.2 Método de Trabalho

Na sequência, partindo das ideias gerais colocadas no âmbito do método da pesquisa, está apresentado o método de trabalho, ou seja, os passos lógicos adotados para o desenvolvimento do presente estudo.

O método de trabalho adotado nesta pesquisa pode ser compreendido através da Figura 3.

Figura 3 - Método de trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2.1 Passo 1 - Revisão da Literatura

Conforme Gil (2006), no que se refere ao delineamento da pesquisa, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Neste sentido, no intuito de se situar no campo acadêmico em relação à metodologia a ser utilizada na pesquisa, preliminarmente realizou-se no primeiro semestre de 2014 uma análise quantitativa das publicações científicas no Brasil sobre desenvolvimento local, regional e/ou territorial no período de 2000 a 2013. Cabe salientar que, tendo em vista a atualização da revisão da literatura utilizada na pesquisa, no início do ano de 2015 complementou-se essa análise com a inclusão dos artigos referentes ao ano de 2014. A adoção desse intervalo de tempo se deu na medida em que na América Latina as iniciativas associadas com o desenvolvimento local, como resposta das cidades e regiões aos desafios da competitividade, tendeu a intensificar-se no final da década de 1990 (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Sendo assim, almejando abranger a maior quantidade de periódicos científicos que tivessem como foco o assunto em questão, se utilizou as bases EBSCO, CAPES, SCIELO e SCOPUS, com as seguintes palavras-chave: ‘desenvolvimento local’, ‘desenvolvimento regional’ e ‘desenvolvimento territorial’, totalizando 517 artigos (o Quadro 2 mostra mais detalhadamente os filtros utilizados para a pesquisa). Deste total, após critérios de exclusão também especificados no referido quadro, foram analisados 297 periódicos científicos de estrato A1 até B3, conforme classificação da Qualis-CAPES nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Economia, tendo em vista o caráter interdisciplinar da matéria.

Quadro 2 – Etapas da análise das publicações científicas

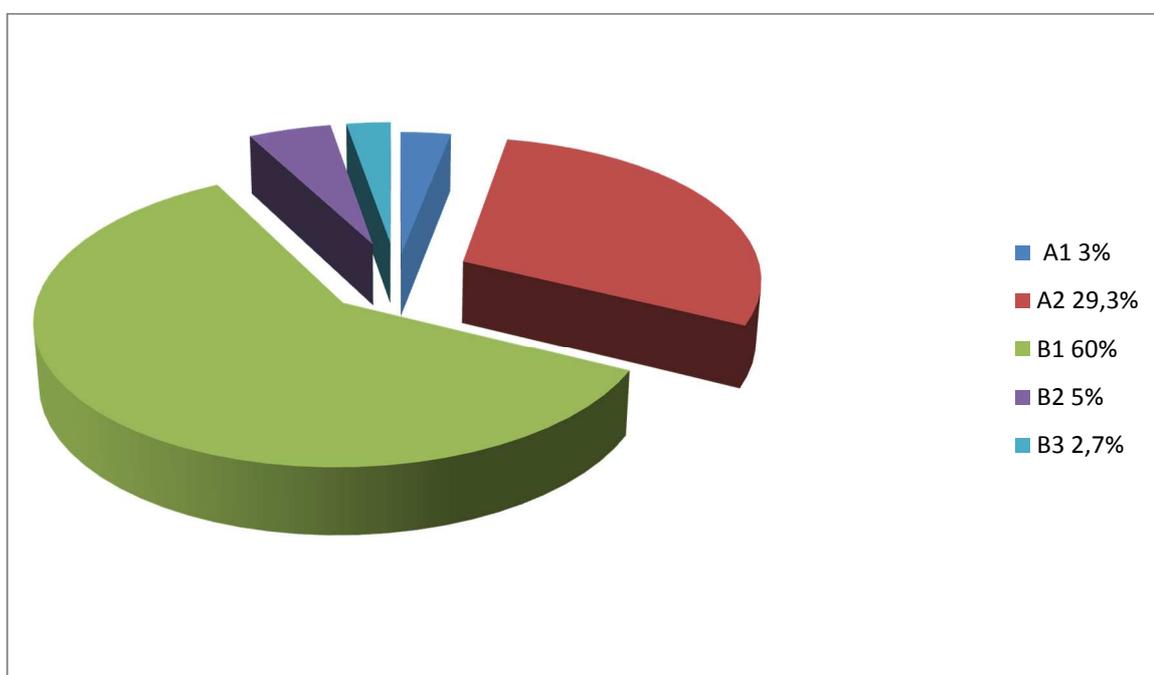
Base de dados	Filtro	Quantidade de artigos (após filtro)	Critérios para fazer parte da amostra	Quantidade de artigos (após critérios para fazer parte da amostra)
EBSCO	<ul style="list-style-type: none"> - Palavras-Chave: “desenvolvimento local” OR “desenvolvimento regional” OR “desenvolvimento territorial” - Campo: Resumo - Data de Publicação: de 01/01/2000 a 31/12/2013 - Idioma: Português - Analisado por Especialistas 	222	<ul style="list-style-type: none"> - Estrato A1 até B3 (Qualis CAPES). - Não estar em duplicidade. - Pertencer às áreas de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Economia (Qualis CAPES). - Abordar o tema desenvolvimento local, regional e/ou territorial como foco de estudo. 	155
CAPES	<ul style="list-style-type: none"> - Palavras-Chave: Tópico “desenvolvimento local” Tópico “desenvolvimento regional” Tópico “desenvolvimento territorial” - Tipo de material: Artigos - Data de Publicação: de 01/01/2000 a 31/12/2013 - Idioma: Português - Periódico Revisado por Pares 	47	<ul style="list-style-type: none"> - Estrato A1 até B3 (Qualis CAPES). - Não estar em duplicidade. - Pertencer às áreas de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Economia (Qualis CAPES). - Abordar o tema desenvolvimento local, regional e/ou territorial como foco de estudo. 	10
SCIELO	<ul style="list-style-type: none"> - Palavras-Chave: “desenvolvimento local” OR “desenvolvimento regional” OR “desenvolvimento territorial” - Campo: Assunto - Data de Publicação: de 01/01/2000 a 31/12/2013 - Idioma: Português 	143	<ul style="list-style-type: none"> - Estrato A1 até B3 (Qualis CAPES). - Não estar em duplicidade. - Pertencer às áreas de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Economia (Qualis CAPES). - Abordar o tema desenvolvimento local, regional e/ou territorial como foco de estudo. 	75
SCOPUS	<ul style="list-style-type: none"> - Palavras-Chave: “desenvolvimento local” OR “desenvolvimento regional” OR “desenvolvimento territorial” - Campo: Título do Artigo, Resumo e Palavras-Chave. - Data de Publicação: de 01/01/2000 a 31/12/2013 - Idioma: Português 	105	<ul style="list-style-type: none"> - Estrato A1 até B3 (Qualis CAPES). - Não estar em duplicidade. - Pertencer às áreas de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Economia (Qualis CAPES). - Abordar o tema desenvolvimento local, regional e/ou territorial como foco de estudo. 	57

TOTAL		517		297
--------------	--	-----	--	-----

Fonte: Elaborado pelo autor.

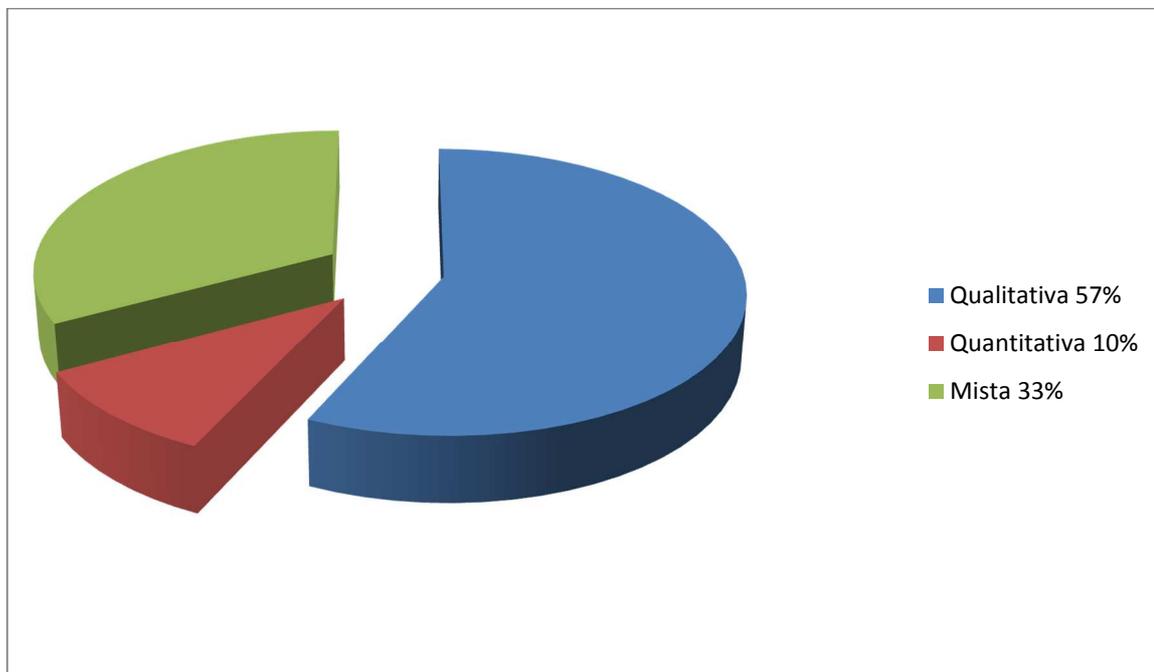
Verificou-se que da amostra de 297 artigos, na sua maioria classificados no estrato B1 (60%), predominou a pesquisa qualitativa (57%), o método do estudo de caso (74,4%) e a coleta documental (50,3%) como técnica de coleta de dados. Tais resultados se justificam pelo tamanho da população a ser pesquisada e pela complexidade no levantamento de informações pertinentes ao assunto em questão, conforme mostram os Gráficos 2, 3, 4 e 5.

Gráfico 2 – Estrato (Qualis CAPES) dos artigos analisados



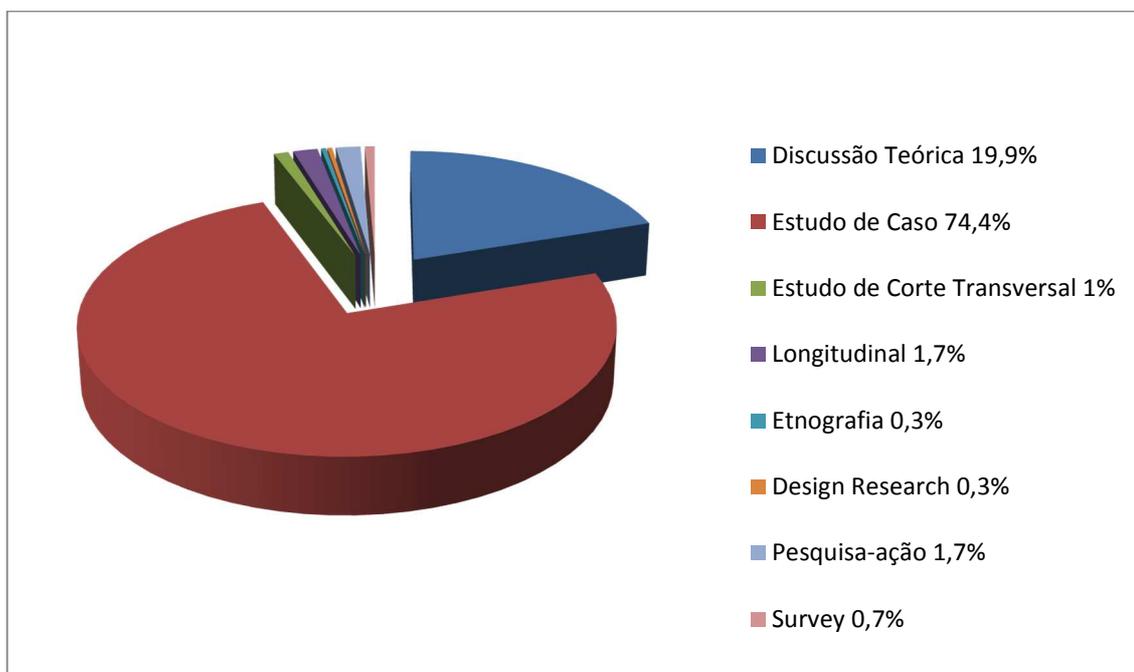
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 3 – Abordagem de pesquisa dos artigos analisados



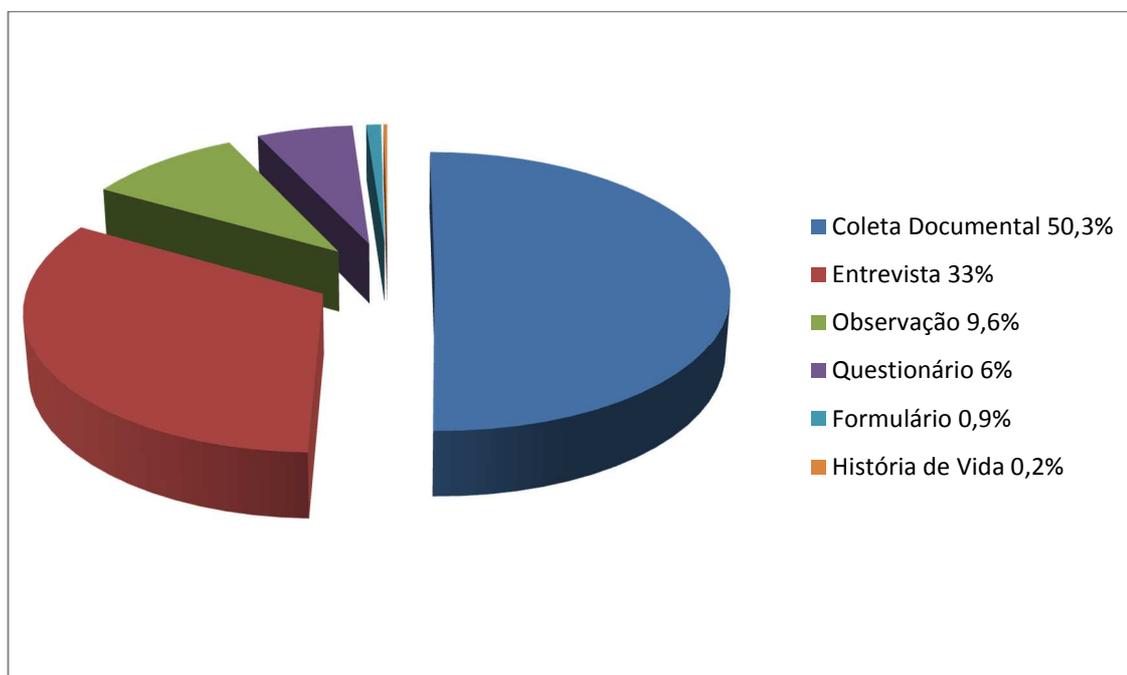
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 – Método de pesquisa dos artigos analisados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Técnica de coleta dos dados dos artigos analisados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Já em relação ao tema de pesquisa, prevaleceram estudos de caso a respeito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), agricultura familiar, economia urbana e desenvolvimento sustentável ligado ao meio ambiente.

Em seguida fez-se uma revisão da literatura que trata do tema desenvolvimento local, regional e/ou territorial. Artigos nacionais e inclusive internacionais foram pesquisados, além de livros relevantes ao assunto da pesquisa. Conforme Creswell (2007), a revisão de literatura em um estudo de pesquisa tem vários objetivos. Ela compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão proximamente relacionados ao estudo que está sendo relatado, associa um estudo ao diálogo corrente mais amplo na literatura sobre um tópico, preenchendo lacunas e ampliando estudos anteriores, além também de fornecer uma estrutura para estabelecer a importância do estudo e um indicador para comparar os resultados de um estudo com outros resultados.

Desta forma, diante da análise quantitativa dos artigos nacionais e da posterior revisão de literatura, que permitiu o aprofundamento do tema desenvolvimento local, definiu-se a questão de pesquisa.

3.2.2 Passo 2 - Definição da Unidade de Análise

Segundo Yin (2001), a definição de unidade de análise vai depender do enfoque que o pesquisador dá ao estudo e do modo como a(s) questão(ões) de pesquisa são definidas. Ou seja, a unidade de análise pode ser um indivíduo, uma decisão, um programa, pode ser sobre a implantação de um processo e sobre uma mudança organizacional.

Portanto, a unidade de análise desta pesquisa é a cidade média brasileira. Conforme já foi relatado anteriormente, segundo Sposito (2004), o conceito de cidades médias no Brasil se refere àquelas cidades de porte médio³ que desempenham papéis intermediários e/ou regionais no âmbito da rede urbana. Ademais, conforme Sposito (2009, p. 19):

[...] há cidades médias que ampliam seus papéis porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos e existem cidades médias que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que esta última noção de cidade média é que vem ao encontro do objetivo desta pesquisa.

3.2.3 Passo 3 - Estudo Piloto: Primeira Versão do Método de Aceleração para o Desenvolvimento Industrial Local das Cidades Médias Brasileiras (M0)

Visando gerar uma primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras foi estudado um caso singular relevante que foi desenvolvido no município de Passo Fundo, especialmente a partir de 2005. Neste município foram observados resultados significativos no que tange às várias facetas do desenvolvimento local (dimensões econômico, social e ambiental) a partir da formulação de uma Política Industrial Municipal de cunho local. No ano de 2005 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, substituindo a antiga Secretaria da Indústria e Comércio, que tinha como função principal emitir alvarás de localização, fiscalizar a atividade das empresas, evitando desvio de finalidade, bem como coibir as atividades ilegais e informais. A nova

³ De acordo com Andrade e Serra (2008) cidades de porte médio são aquelas com porte populacional entre 50 mil e 500 mil habitantes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado por algumas instituições de estudos estatísticos, como por exemplo, o IBGE.

secretaria, com foco no desenvolvimento local, teve como objetivo, a partir da geração de políticas públicas de desenvolvimento, diagnosticar, através da intervenção pública, distorções e desequilíbrios no seu desenvolvimento (CITTOLIN, 2013). O período analisado neste passo, que serve de base para a sugestão da primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local para cidades médias brasileiras (M0), coincide com o tempo de administração de dois mandatos de governo do prefeito Airton Dipp, compreendendo o ciclo que vai desde o início em 2005 e se estendendo até o ano de 2012, pelo fato da maioria dos indicadores oriundos de fontes confiáveis e relacionados ao desenvolvimento local não estarem disponíveis em anos mais recentes.

A coleta dos dados utilizados na pesquisa se deu, primeiramente, através de conversas informais junto ao ex-secretário de desenvolvimento econômico da cidade de Passo Fundo. Em seguida, por seu intermédio, se teve acesso às informações e dados relevantes junto à Prefeitura Municipal sobre o processo de desenvolvimento local, sendo realizadas coletas documentais na referida cidade, tais como anuários, apresentações em *power point* (Anexo A), relatórios e legislações. Houve também consulta às dissertações de Cittolin (2013) e Tomaszewski (2014), tendo em vista as mesmas abordarem temas relacionados ao desenvolvimento local da cidade de Passo Fundo. Ainda, no intuito de coletar indicadores relacionados ao processo de desenvolvimento industrial local do município, foram utilizados dados secundários extraídos de fontes relevantes, tais como IBGE, FEE, MDIC, PNUD, etc.

Por fim, é importante frisar que o processo de desenvolvimento que foi realizado no município de Passo Fundo serviu de referência juntamente com a teoria relacionada ao tema de pesquisa para a proposição preliminar do método de aceleração (M0).

3.2.4 Passo 4 – Proposta do Método de Aceleração para o Desenvolvimento Industrial Local das Cidades Médias Brasileiras (M1)

Tendo como base o Método M0, definido na etapa anterior, foram realizadas atividades de cunho empírico para gerar o Método M1.

Para a realização desta parte da pesquisa foram realizadas 20 entrevistas individuais semiestruturadas (especialmente pelo aspecto da flexibilidade) com profissionais reconhecidamente relevantes no que se refere ao tema da pesquisa e/ou envolvidos no processo de desenvolvimento local, tais como: empresários, dirigentes do poder público, professores e pesquisadores do tema.

Cabe destacar que a quantidade de entrevistas foi definida a partir do momento que o autor do trabalho percebeu a constante repetição de temas e elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local. O tempo necessário para a realização da pesquisa, agravado pela dificuldade no agendamento das entrevistas, também colaborou para essa definição.

Já a seleção dos entrevistados se deu levando em consideração os objetivos do trabalho e os diferentes papéis desempenhados pelos atores envolvidos no processo de desenvolvimento local e por profissionais profundos conhecedores do tema de pesquisa (o que acarreta uma diversidade e pluralidade de opiniões). Neste sentido, foi selecionado um conjunto amplo de atores envolvendo: i) membros do governo estadual e municipal; ii) empresários de diferentes ramos de atividade; iii) especialistas do assunto desenvolvimento na área acadêmica; iv) profissionais que atuam e/ou atuaram empiricamente no tema em posições ligadas ao desenvolvimento industrial em diferentes cidades do Estado do Rio Grande do Sul: Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Guaíba e Pelotas.

O Quadro 3 mostra os perfis dos entrevistados e seus respectivos cargos. Oportuno salientar que a numeração dos 20 entrevistados, presente neste quadro, servirá como referência na identificação de trechos das transcrições presentes nos capítulos 6 e 7.

Quadro 3 – Entrevistados da pesquisa

Perfil	Entrevistado	Cargo/Empresa
Empresários	1	Diretor Geral da Oniz Distribuidora Ltda – Passo Fundo
	2	Sócio-Proprietário da Telhas Sul – Passo Fundo
	3	Diretor Geral da Colbeck Uniformes Profissionais – Passo Fundo
	4	Diretor Presidente da Polar Inteligência em Meio Ambiente
	5	Diretor Geral da Silva Imóveis e Ex-Presidente da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio de Passo Fundo
Especialistas	6	Professora de Economia da FURG
	7	Diretor de Planejamento do BRDE e Professor Doutor da UFRGS
	8	Consultor Especialista em Desenvolvimento Local e Regional
	9	Especialista em Desenvolvimento Urbano e Presidente da <i>Global Urban Development</i>
	10	Professor Adjunto da UFRGS e Consultor Sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
	11	Professora Doutora Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNISC
	12	Professor de Economia e Coordenador do Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria da UCPel
	13	Consultor Especialista em Projetos de Desenvolvimento e Negócios e Ex-Assessor Técnico da SDPI
	14	Professor Doutor da UPF
Governo	15	Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico de Guaíba e Assessor do Gabinete da Prefeitura de Guaíba
	16	Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pelotas
	17	Diretor Presidente da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
	18	Diretor de Infraestrutura e Energias da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
	19	Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico de Passo Fundo e Gestor do Parque Científico e Tecnológico da UPF
	20	Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico de Santa Cruz do Sul e Ex-Coordenador da Diretoria de Planejamento e Captação de Recursos da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Fonte: Elaborado pelo autor.

O contato inicial, para o agendamento da entrevista foi feito através de e-mail ou telefone. As entrevistas individuais foram realizadas num período de cinco meses nos municípios de Passo Fundo, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Guaíba e Santa Cruz do Sul, dada a localização dos atores selecionados para a pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas mediante o consentimento do entrevistado (Anexo B), sendo que somente 3 delas foram realizadas através do software *skype*. Em seguida, as entrevistas foram transcritas e codificadas para posterior análise dos resultados.

O Quadro 4 apresenta o roteiro de entrevista semiestruturada utilizada na pesquisa, com questões gerais sobre desenvolvimento local e questões voltadas ao objetivo da pesquisa de propor um método de aceleração e identificar os elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local em cidades médias brasileiras. Adicionalmente, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas na elaboração das referidas questões.

Quadro 4 – Roteiro de entrevista semiestruturada

(continua)

QUESTÕES	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
<u>QUESTÕES INICIAIS – PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL</u>	
1 – O que você entende por Desenvolvimento Regional?	Barquero (2001)
2 – Quais são os fatores determinantes no processo de desenvolvimento industrial local de um município?	Barquero (2001)
3 – Como se deu o processo de desenvolvimento industrial local no município? Quais foram os incidentes críticos (acontecimento imprevisível que modifica o desenrolar esperado e normal de uma ação e provoca uma interrupção sentida geralmente como inconveniente. Eles tendem a marcar transformações localizadas no tempo e na vida de uma instituição ou em um fenômeno social. Geralmente, os incidentes críticos não são planejados, antecipados ou controlados) deste processo?	Dias et al. (2007)
4 – Quais atores participam do processo de desenvolvimento industrial local no município? Quais são as dificuldades enfrentadas na mobilização da comunidade local para o efetivo envolvimento neste processo?	Barquero (2001)
<u>MARKETING DA CIDADE</u>	
5 – Quais as estratégias de marketing adotadas pelo município, levando em consideração a imagem, as atrações e a infraestrutura da cidade e as pessoas residentes no local?	Kotler et al. (1994)
6 – Analisando a infraestrutura atual e futura do município, quais foram as ações relacionadas à logística, energia, comunicação, meio ambiente e tecnologia, visando a atração de investimentos?	Kotler et al. (1994)

(continua)

7 – Quais são os fatores que levaram a empresa a selecionar este local?	Kotler et al. (1994)
8 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela empresa ao se instalar no município?	Kotler et al. (1994)
<u>PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL</u>	
9 – Qual o papel da política industrial no processo de desenvolvimento local do município?	Suzigan e Furtado (2006); Chang (2002); Krugman (1989)
10 – Do ponto de vista do processo de desenvolvimento industrial local, de que forma o município identificou os setores potenciais da região?	Paiva (2004)
11 – Existem pessoas qualificadas no município para atender a demanda necessária ao processo de desenvolvimento industrial local? Quais medidas foram tomadas em relação a qualificação dos recursos humanos locais?	Barquero (2001); Kotler et al. (1994)
12 – Quais ações setoriais (foco na implantação de programas e projetos voltados para o fortalecimento de setores industriais selecionados) e transversais (destinadas à economia como um todo, de modo a aumentar a eficiência das unidades produtoras) foram estabelecidas pelo município?	Rio Grande do Sul (2012)
13 – Visando o desenvolvimento industrial local, qual o papel dos arranjos produtivos locais e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) no Rio Grande do Sul?	Ávila et al. (2013)
14 – Qual a relação existente entre as pequenas e médias empresas locais, as grandes empresas e os setores considerados estratégicos para o desenvolvimento industrial do município?	Barquero (2001); Paiva (2004)
15 – É possível a convergência entre as estratégias territoriais dos grupos empresariais e as estratégias econômicas das cidades e regiões?	Barquero (2001)
16 – Sob a ótica do processo de desenvolvimento industrial local, na sua opinião, há conflito entre a especialização e a diversificação?	Paiva (2004)
17 – Qual o papel das atividades exportadoras no processo de desenvolvimento industrial local do município?	Kotler et al. (1994); Paiva (2004)
18 – Existe coordenação entre o plano estratégico de desenvolvimento industrial local e as políticas estaduais e nacionais de desenvolvimento?	Barquero (2001); Kotler et al. (1994)
19 – Qual a sua visão em relação aos incentivos fiscais no processo de desenvolvimento industrial local no município?	Kotler et al. (1994); Paiva (2013); Souza (2009)
<u>PLANO DE MARKETING INDUSTRIAL, PLANO DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS LOCAIS e NEGOCIAÇÃO COM AS EMPRESAS LOCAIS</u>	

(conclusão)

20 – Programas de financiamento e benefícios fiscais ligados ao desenvolvimento local são de conhecimento dos atores envolvidos no processo? De que forma estes instrumentos são divulgados? Estes recursos podem ser considerados de fácil acesso?	Kotler et al. (1994)
<u>PLANO DE CRESCIMENTO DAS EMPRESAS LOCAIS</u>	
21 – Existe governança, interação e objetivos comuns entre as empresas locais?	Balestrin e Verschoore (2008)
22 – Existem mecanismos de política industrial local (por exemplo, distritos industriais, polos tecnológicos, aspectos fiscais, etc.) para o reinvestimento nas empresas locais? Quais são eles e por que são utilizados?	Souza (2009)
<u>PLANO DE VENDAS</u>	
23 – De que forma são abordadas as empresas que se deseja atrair para o município?	Kotler et al. (1994)
<u>NEGOCIAÇÃO COM A FIRMA</u>	
24 – Após a abordagem inicial, como ocorre o processo de negociação com as empresas que se deseja atrair para o município?	Kotler et al. (1994)
<u>RETROALIMENTAÇÃO</u>	
25 – Onde são investidos os recursos financeiros municipais oriundos do desenvolvimento industrial local?	Barquero (2001); Kotler et al. (1994)
<u>QUESTÕES FINAIS – PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL</u>	
26 – Quais são os indicadores utilizados para medir o processo de desenvolvimento industrial local, do ponto de vista econômico, social e ambiental?	Siedenberg et al. (2011)
27 – No processo atual de desenvolvimento industrial local, existe por parte dos atores envolvidos a difusão das inovações e do conhecimento, bem como a flexibilidade institucional e da organização produtiva?	Barquero (2001)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe destacar que algumas questões tiveram que ser suprimidas, tendo em vista o perfil do entrevistado não se enquadrar na questão formulada. O Quadro 5 mostra o destino das questões do roteiro de entrevista semiestruturada.

Quadro 5 – Destino das questões do roteiro de entrevista semiestruturada

Perfil do Entrevistado	Questões do Roteiro de Entrevista Semiestruturada
Empresário	1, 4, 7 a 9, 11, 13 a 22 e 27.
Especialista	1, 2, 4, 5, 7, 9, 10, 13 a 19 e 23 a 26.
Governo	1 a 6 e 9 a 27.

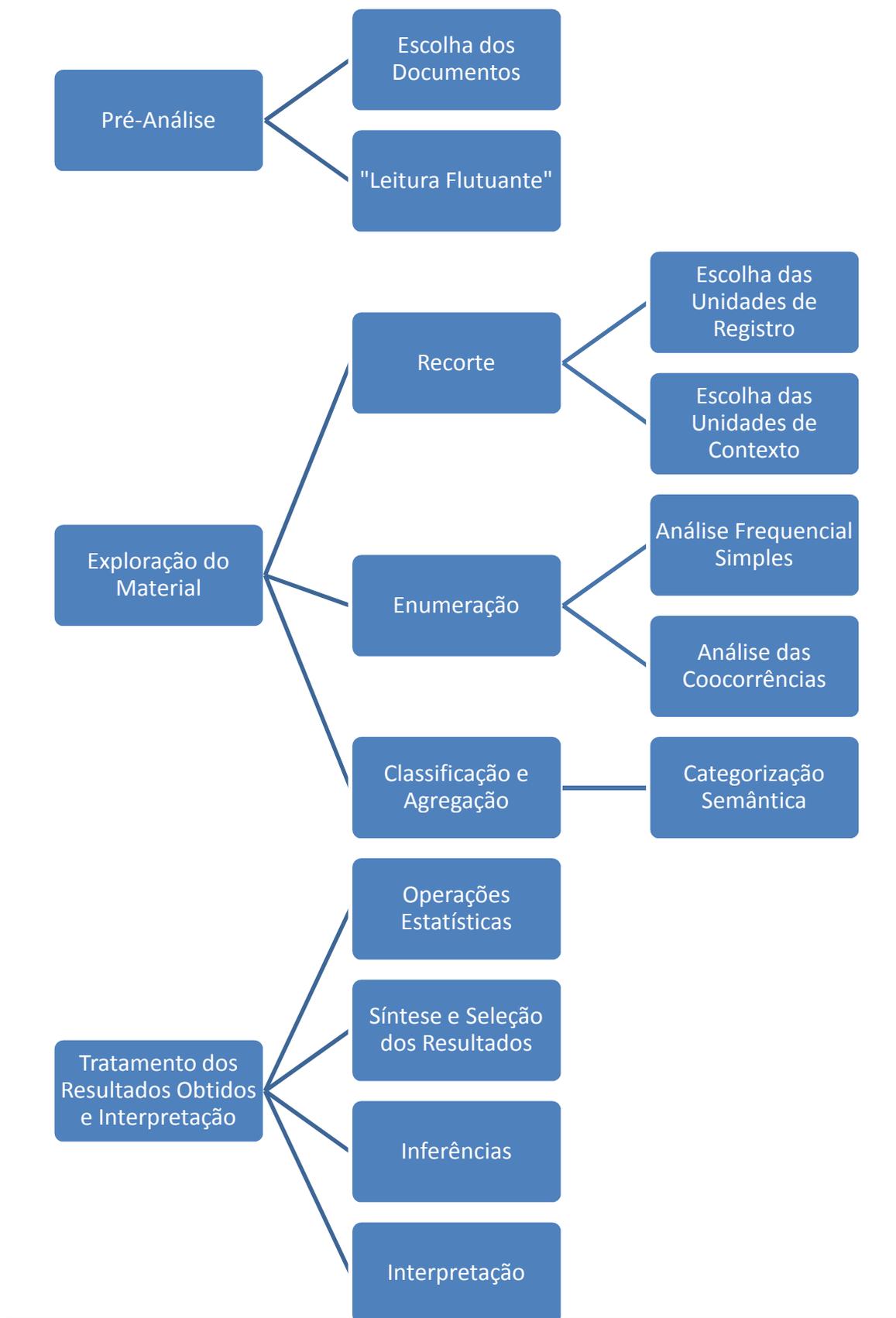
Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar que após a transcrição das 20 entrevistas semiestruturadas (documentos escolhidos para serem submetidos à análise) foi realizada uma leitura ‘flutuante’. Daí então, na sequência, baseando-se essencialmente nos objetivos da pesquisa, deu-se início ao processo de codificação.

Desta forma, tendo em mente a proposição de um método de aceleração, bem como a intenção de identificar os elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local em cidades médias do Brasil a partir da análise dos resultados da presente pesquisa, fez-se a escolha das unidades de registro, tendo como recorte a nível semântico o tema, definido por Berelson (1971, *apud* Bardin, 2011, p. 134) como “uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares”. O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para analisar as respostas a questões abertas, entrevistas individuais ou de grupo, etc., já que serve para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências (BARDIN, 2011). Cabe salientar que as unidades de registro foram escolhidas, tendo por base o referencial teórico e a frequência de aparição nas respostas dos entrevistados. Já a unidade de contexto escolhida foi o parágrafo definido como “a divisão de um texto escrito, indicada pela mudança de linha, cuja função é mostrar que as frases ali contidas mantêm maior relação entre si do que com o restante do texto” (HOUAISS, 2008). Quanto ao modo de contagem das unidades de registro, utilizou-se a frequência e a coocorrência. O critério de categorização foi o semântico (categoria temática), tendo como base o método de aceleração do desenvolvimento industrial local. Enfim, toda a codificação, bem como o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação foi realizado através do *software Atlas.ti*, que possui um banco de dados poderoso para a análise qualitativa de grande massa de dados textuais, gráficos, áudio e vídeo, oferecendo uma variedade de ferramentas para realizar as tarefas associadas a qualquer abordagem sistemática para dados não estruturados (ATLAS.TI, 2013).

De forma resumida, as etapas descritas na análise dos dados encontram-se na Figura 4.

Figura 4 – Análise de conteúdo da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de Bardin (2011).

No próximo capítulo é apresentado o estudo de caso realizado no município de Passo Fundo.

4 O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

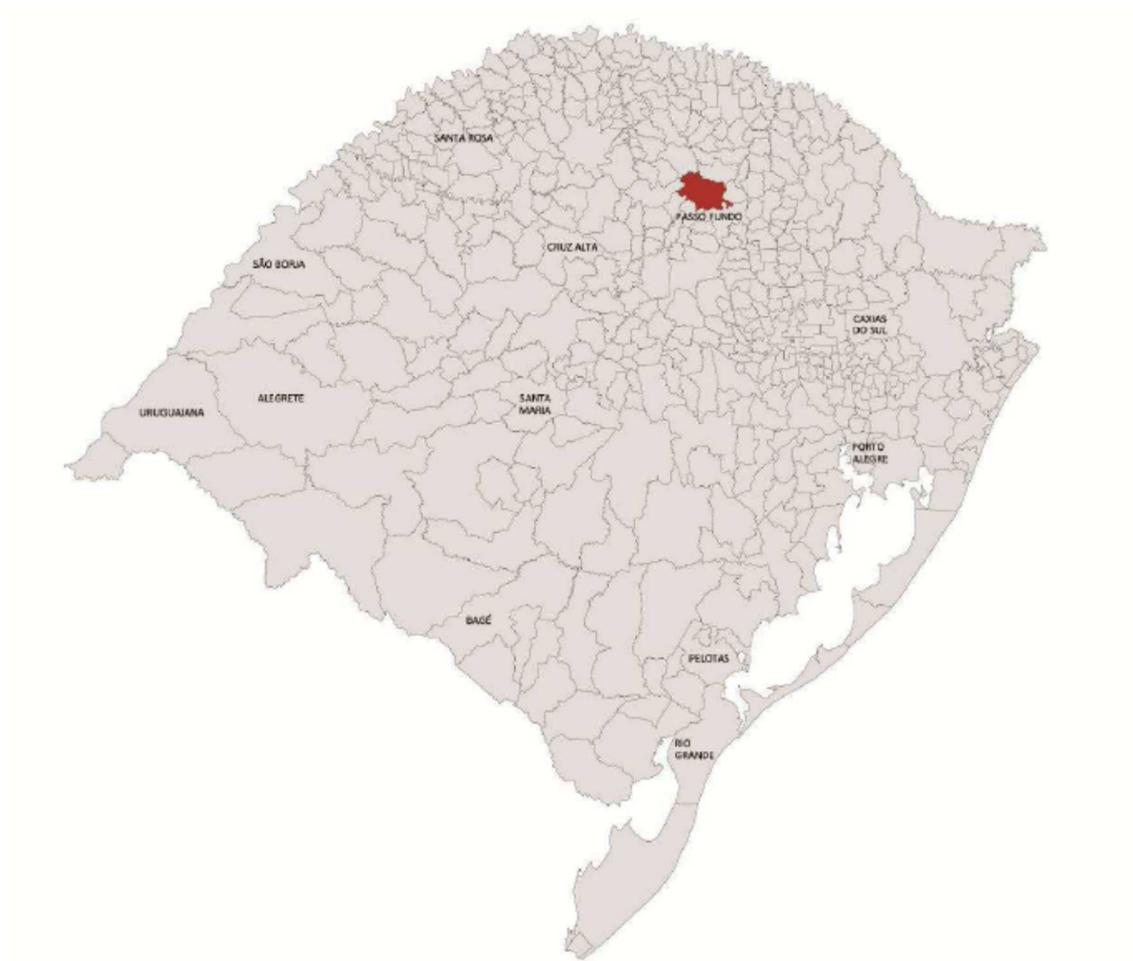
Neste capítulo é apresentado o estudo de caso realizado no município de Passo Fundo. Primeiramente são abordadas as suas características locais e os marcos do processo de desenvolvimento da cidade. Posteriormente, foi realizada uma análise econômica e social do município.

4.1 Características Locais e Marcos do Processo de Desenvolvimento da Cidade

Localizada no centro-norte do Estado do Rio Grande do Sul, na região conhecida como Planalto Médio, Passo Fundo possui uma área de 783,421 km² e uma população de 184.826 habitantes (IBGE, 2014). Trata-se de uma cidade média considerada um pólo de desenvolvimento sócio-econômico, com localização privilegiada dentro do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (FERRETTO, 2012). Segundo Souza (2009), pólo de desenvolvimento pressupõe, além da expansão quantitativa do produto e do emprego, mudanças estruturais na região em que está implantado, com o encadeamento de atividades e de áreas interligadas ao pólo principal. Quando o crescimento do pólo extrapola as ligações interindustriais, ao envolver atividades não ligadas tecnologicamente, como por exemplo o setor de serviços, ele se transforma em pólo de desenvolvimento.

Soares e Ueda (2007, p. 380) classificam Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas como as principais cidades médias gaúchas que “articulam ‘a ordem próxima e a ordem distante’ [...] no território e funcionam como centros de referência para os núcleos situados no entorno mais ou menos imediato (a hinterlândia)”. As Figuras 5 e 6 mostram a localização de Passo Fundo.

Figura 5 – Localização de Passo Fundo no RS



Fonte: Ferretto (2012).

Figura 6 – Município de Passo Fundo



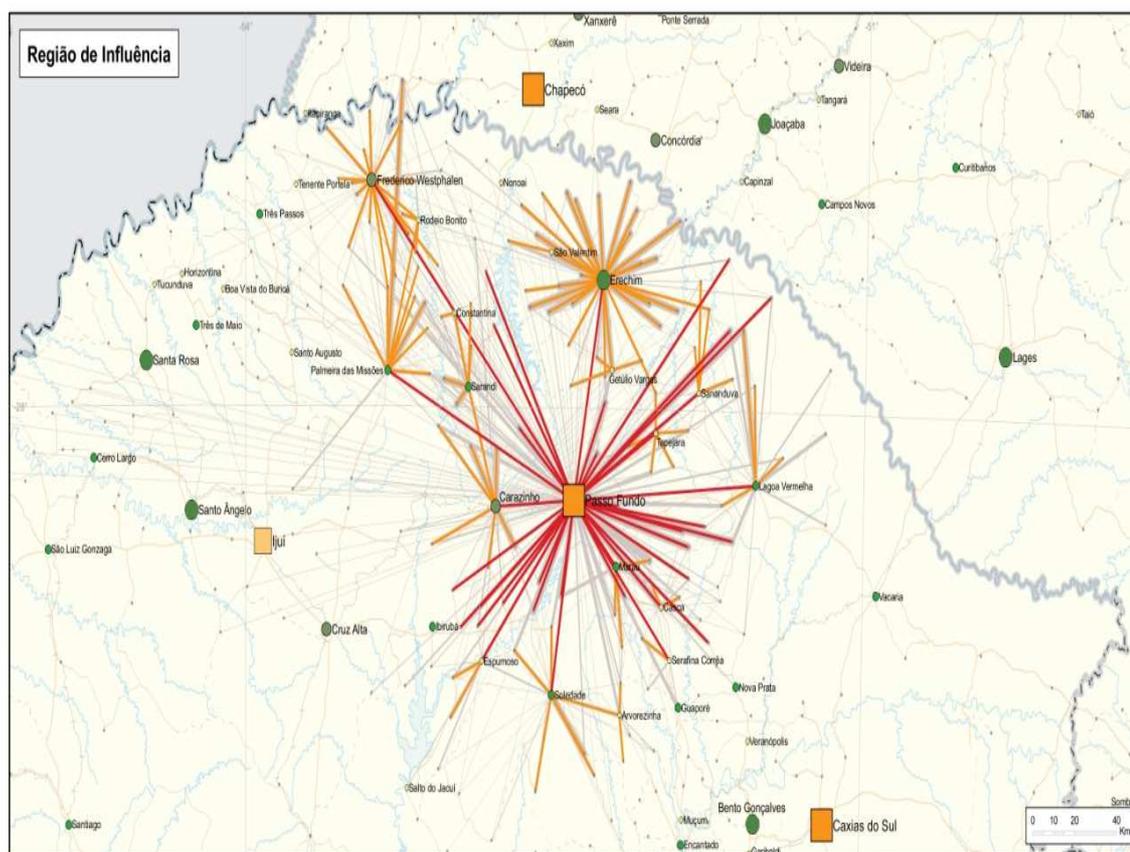
Fonte: IBGE (2014).

Além disso, a cidade de Passo Fundo, segundo dados e informações levantados pela pesquisa Regiões de Influência de Cidades (REGIC)⁴, é considerada uma Capital Regional B, já que se relaciona com o estrato superior da rede urbana; com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles. Tem área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2008). A Figura 7 mostra a região de influência do município de Passo Fundo.

⁴ A metodologia adotada no REGIC estabeleceu inicialmente uma classificação dos centros urbanos e, em seguida, delimitou suas áreas de influência. Privilegiando a função de gestão do território, considerando que esse centro é caracterizado como aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço, que passa a ficar sob o controle da cidade por meio das empresas nela sediadas. Nesse sentido, a definição dos centros da rede urbana se utiliza de informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. Ainda, complementam a identificação dos centros de gestão do território outras informações, como a oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas; de deslocamentos para internações hospitalares; das áreas de cobertura das emissoras de televisão; da oferta de ensino superior; da diversidade de atividades comerciais e de serviços; da oferta de serviços bancários; e da presença de domínios de internet. Uma vez estabelecidos os principais nós da rede, para os quais está disponível grande número de informações secundárias, seguiu-se à etapa de definição das regiões de influência dos centros, com base nas redes de interação que conectam as cidades. As informações de fluxos – materiais e imateriais – entre cidades, disponíveis a partir de fontes secundárias, não têm a abrangência necessária. Assim, para os municípios que não foram identificados como centros de gestão, o IBGE realizou um levantamento específico, que consistiu de um questionário preenchido pela rede de agências do IBGE (IBGE, 2008, p. 129 apud CITTOLIN, 2013).

Figura 7 – Região de influência de Passo Fundo

Mapa 45 - Passo Fundo (RS) - Capital regional B (2B)



Características	Região de influência de Passo Fundo (A)	Participação da região de influência de Passo Fundo no Brasil ((A)x100/Valor Brasil)	Núcleo da rede (Passo Fundo) (B)	Participação de Passo Fundo em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total (2007)	1 079 810	0,59	183 300	16,98
Área (km²)	33 056,22	0,39	780,36	2,36
Densidade demográfica (hab./km²)	32,63	150,99	234,89	719,95
Número de municípios	1 321	2,37	1	0,08
Intensidade de relacionamento (1)	1 443	-	475	32,92
PIB 2005 total (1 000 R\$)	11 717 831	0,55	2 402 738,73	20,50
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	4 865 907	0,53	1 377 260,00	28,30
Valor adicionado indústria	2 610 173	0,48	430 331,29	16,49
Valor adicionado agropecuária	1 458 799	1,39	24 534,47	1,68
Valor adicionado administração pública	1 594 470	0,58	254 429,26	15,96
Impostos	1 188 483	0,39	316 183,45	26,60
PIB per capita (R\$)	10 852	92,99	13 108,23	120,79
Centros identificados	Centro Subregional A: Erechim (RS); Centros Subregionais B: Carazinho e Frederico Westphalen (RS); Centros de Zona A: Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Salicete (RS); Centros de Zona B: Arvorezinha, Casca, Constantina, Espumoso, Getúlio Vargas, Rodão Bonito, Saranduvá, São Valentim, Serafina Corrêa e Tapejira (RS).			

(1) A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007; Área territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtml>. Acesso em: mar. 2008; PIB dos municípios. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios.php?caminho=../pub/PIB_Municipios>. Acesso em mar. 2008.

Fonte: IBGE (2008).

Passo Fundo possui diversas rodovias e ferrovia, que permitem conexões diretas às principais cidades da região sul do país. Além disso, possui um aeroporto, que futuramente pode ampliar suas instalações podendo sediar um terminal aeroportuário. Com estas conexões, atualmente o município já se beneficia por 66% do volume das cargas do Estado ter como destino ou caminho as rodovias da cidade (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2013). As Figuras 8 e 9 apresentam a centralidade logística do município de Passo Fundo.

Figura 8 – Logística de Passo Fundo



Fonte: Anuário de Passo Fundo (2012).

Figura 9 – Malha rodoviária de Passo Fundo



Fonte: Anuário de Passo Fundo (2012).

Antes de 2005, ano inicial do período de análise desta pesquisa, o município de Passo Fundo já era considerado pólo regional na área de saúde. Além disso, possui uma instituição de nível superior de qualidade, como a Universidade de Passo Fundo (UPF). Entretanto, conforme afirmação do ex-secretário de desenvolvimento econômico de Passo Fundo no Anuário de Passo Fundo (2011), a economia local estava estagnada.

Sendo assim, é criada em 2005, por decreto, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), cujo foco, conforme relatado no capítulo anterior, residia no desenvolvimento local. Este decreto foi transformado na Lei Complementar nº 165 de 25 de setembro de 2006⁵. Diante deste quadro, desencadeou-se o processo de desenvolvimento local

⁵ Art.19.As Secretarias de Desenvolvimento e Infraestrutura são:

I - Secretaria de Desenvolvimento Econômico: com as atribuições de inclusão, fomento promoção industrial, comercial e de serviços, como também de todas as atividades que acarretem o desenvolvimento econômico sustentável; mediar parcerias com instituições públicas e privadas em prol do desenvolvimento econômico municipal; controle da Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo - CODEPAS S.A., além das competências pertinentes aos seguintes órgãos públicos:

- a) Coordenadoria de Infraestrutura e Projetos Especiais;
- b) Coordenadoria de Administração e Planejamento;
- c) Coordenadoria Empresarial, com os seguintes núcleos:
 - c.1. Núcleo de Fomento;
 - c.2. Núcleo de Promoção.

em Passo Fundo cujo objetivo consistia em atrair grandes empresas e, simultaneamente, fortalecer as firmas locais. A referida secretaria, com o respaldo estratégico do Prefeito do município, assumiu o protagonismo local no que tange ao desenvolvimento industrial, sendo visitas à Brasília e participações em reuniões de entidades como FIERGS, ACISA, etc. ações sistemáticas realizadas pelo governo local. Surge, então, um elemento-chave neste contexto que é a iniciativa local, ou seja, a atitude estratégica da cidade em determinar as ações necessárias ao desenvolvimento; ações estas planejadas e conectadas aos programas nacionais e estaduais de desenvolvimento já existentes.

Paiva (2004) enfatiza que, na busca do desenvolvimento sustentável nos planos econômico, social e ecológico, identificar o potencial de desenvolvimento de uma região, estabelecendo seus setores estratégicos, é o grande obstáculo a ser enfrentado. Passo Fundo, então, embasado nas características de abrangência regional do município, bem como nas suas potencialidades e vocações, definiu como eixos estratégicos para o desenvolvimento local três setores: agronegócios, metalmeccânico e conhecimento e tecnologia.

Desta forma, a partir do posicionamento estratégico do governo municipal e da perspectiva estratégica da iniciativa local na busca de se avançar no processo de desenvolvimento industrial, foi necessária a mobilização da comunidade local, com o envolvimento das instituições de ensino e das associações de classe. Conforme relato obtido através de conversas informais com o ex-secretário de desenvolvimento econômico de Passo Fundo, a resistência foi intensa, mas o rompimento de paradigmas era fundamental naquele momento.

Então, em 2006, a administração municipal adapta a sua legislação de incentivos econômicos e fiscais, substituindo a antiga seção de uso de áreas para doação, o que permite adaptação às novas exigências das instituições de crédito para que as áreas pudessem ser dadas em garantia para a tomada dos financiamentos. Além disso, a nova legislação permite ao governo local prestar serviço de aterro ou terraplanagem de terreno, entre outras providências relacionadas à infraestrutura, conforme lei nº 4360 de 15 de dezembro de 2006 (Anexo C) (CITTOLIN, 2013). Com este panorama e levando em consideração todos os aspectos abordados anteriormente, grandes empresas foram atraídas para a cidade. Cabe destacar que as firmas locais também se beneficiaram da referida legislação.

O início das operações da usina de biodiesel BSBios pode ser considerado um marco no desenvolvimento da cidade. Antes mesmo de a empresa começar a operar, o Prefeito da cidade Airton Dipp já apostava na ampliação da arrecadação e no crescimento do PIB

industrial da cidade, conforme o Anuário de Passo Fundo (2009). Erasmo Battistella, diretor presidente da BSBios, relata o motivo da escolha por Passo Fundo:

[...] apostei em Passo Fundo devido a alguns diferenciais, como, a posição logística do município que está no centro de uma grande região produtora de oleaginosas, ao lado da ferrovia e possui o aeroporto do Norte do Estado. O município conta com uma infraestrutura capaz de receber e abrigar os profissionais, que uma empresa como a nossa tem necessidade. Também estou aqui porque recebi apoio das autoridades para a instalação deste importante projeto e, porque acreditamos, os investidores e eu, muito na região. Posso dizer que hoje estamos muito satisfeitos por estar em Passo Fundo. A nossa visão é de que o município está crescendo a passos largos, cada vez mais a cidade se consolida como a capital da região Norte. Na minha visão particular, vejo Passo Fundo como uma cidade maior ainda nos próximos anos. O que precisamos agora com esse crescimento econômico, com essa euforia industrial que está ocorrendo no município é fazer investimentos em infraestrutura para dar uma qualidade de vida melhor aos cidadãos passo-fundenses (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2013, p. 26)

Além da BSBios, atualmente a maior indústria de biocombustíveis do Brasil, com capacidade de 160 milhões de litros de biodiesel, foram atraídas empresas como a Manitowoc, líder mundial em equipamentos de elevação como guias e guindastes, a Italac, uma das principais firmas do setor lácteo do Brasil e a Ambev, uma das maiores empresas da América Latina e que hoje faz parte do Inbev, maior grupo cervejeiro do mundo. As quatro empresas juntas geraram em torno de 4 bilhões de reais anuais em faturamento entre os anos de 2013 e 2014 (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2014).

Adicionalmente, tendo em vista a questão ambiental ser pauta de inúmeros debates a nível mundial e um dos temas principais estar ligado a fontes de energia renováveis, cabe ressaltar a importância da inserção da empresa gaúcha BSBios no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O PNPB é um programa interministerial do Governo Federal, criado em 2004, que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda (BRASIL, 2015). O trabalho de Zonin (2008) já apontava a opção estratégica da BSBios em constituir, além da fonte principal de matéria-prima que é a soja, programas que incentivam o cultivo das culturas da canola e do girassol, envolvendo espaços de redes de cooperação. A Lei nº 11.116 de 18 de maio de 2005 que dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, reduziu a tributação para o produtor de biodiesel que adquirir matéria-prima da agricultura familiar e de pequenos produtores.

Neste sentido, além da produção de soja existente na região de Passo Fundo, segundo dados da Emater/RS, 70% da cevada utilizada pela Ambev é proveniente da região de Passo Fundo, o que envolve cerca de 2 mil produtores diretos e indiretos (via cooperativas ou cerealistas) na região sul do país. Quanto à bacia leiteira, conforme Finamore e Montoya (2008), antes mesmo da instalação da Italc, o maior percentual em termos de produção de leite (11,19%) pertencia ao COREDE Produção, no qual o município de Passo Fundo é o principal integrante. Importante ressaltar que a agregação de valor do leite ocorria, essencialmente, fora da região do referido COREDE.

Sendo assim, apesar da agropecuária representar apenas 1,56% da estrutura do valor adicionado bruto (VAB) de Passo Fundo no ano de 2012, conforme mostra a Tabela 9 da seção 4.2 deste capítulo, a região é fortemente vinculada à agricultura, e os demais setores da economia dependem, em grande medida, dessa atividade, sendo um forte exemplo dessa interdependência o desenvolvimento da indústria metal-mecânica. Ou seja, este setor, basicamente ligado ao agronegócio, desenvolveu uma tradição cultural no município de Passo Fundo. A empresa Semeato, por exemplo, é um empreendimento familiar, de capital local, fundada na década de 1960, que atualmente tem atuação global, exportando máquinas agrícolas para diversos países (FERRETTO, 2012). Neste contexto, a atração da Manitowoc, empresa que atua no segmento de guias e guindastes de grande porte, tende a contribuir para o fortalecimento da cadeia produtiva metal-mecânica da região. Importante destacar que a Manitowoc, empresa ligada ao segmento metal-mecânico, é essencial no sentido da diversificação da indústria local.

Ainda relativo ao VAB municipal, no ano de 2012, 14 das 25 cidades pertencentes à microrregião de Passo Fundo, ou seja, quase 60% têm na agropecuária sua principal fonte de divisas, conforme pode ser observado na Tabela 1. Sobarzo (2010) destaca que em Passo Fundo as principais indústrias associadas ao agronegócio não se limitam a uma atuação regional, pelo contrário, estão incorporadas em ciclos mais abrangentes. Ou seja, o processo de desenvolvimento industrial em Passo Fundo se deu a partir do município, especialmente por questões de governança, mas o desenvolvimento é local, já que tende a promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados no entorno da cidade que geram a matéria-prima necessária ao setor secundário que agregará valor ao produto visando a exportação. Tal constatação vem ao encontro do pensamento de Paiva (2011) de que o foco de qualquer projeto de desenvolvimento local endógeno é o fortalecimento, ampliação, alongamento e diversificação das atividades exportadoras que, via de regra, são aquelas nas quais o território é mais especializado.

A Tabela 2 mostra a evolução do PIB das cidades pertencentes à microrregião de Passo Fundo no período compreendido entre os anos de 2005 e 2012. De forma geral, os referidos municípios, juntos, em média tiveram um crescimento de 135,45%, enquanto que o Estado do Rio Grande do Sul, durante o mesmo intervalo de tempo, conforme a Tabela 3, aumentou seu PIB em 92,53%. Estes resultados econômicos podem estar ligados ao processo de desenvolvimento local vivenciado em Passo Fundo, indicando sua influência sobre estas pequenas cidades. Adicionalmente, com base na Tabela 1, que ressalta os municípios preponderantemente dependentes da agropecuária, ou seja, excluindo-se 11 cidades (entre elas destaca-se Marau, município com PIB relevante junto à região e com o maior percentual de participação em termos de VAB da indústria), percebe-se que o PIB dessas 14 cidades restantes, entre os anos de 2005 e 2012, juntas, em média tiveram um crescimento de 229,11% (Tabela 4), frente ao aumento já apresentado do PIB do RS de 92,53%. Este resultado tende a reforçar ainda mais a relevância do encadeamento produtivo (no caso, a agropecuária), junto aos setores considerados estratégicos pelo município de Passo Fundo.

Tabela 1 – VAB municipal da microrregião de Passo Fundo no ano de 2012

Município	VAB Agropecuária	VAB Indústria	VAB Serviços
Água Santa	42,4%	5,6%	52,0%
Camargo	50,0%	13,3%	36,7%
Casca	32,2%	18,1%	49,8%
Caseiros	40,3%	7,6%	52,1%
Charrua	40,6%	5,5%	54,0%
Ciríaco	52,8%	5,9%	41,3%
Coxilha	58,7%	4,8%	36,5%
David Canabarro	51,2%	4,4%	44,4%
Ernestina	42,0%	6,5%	51,6%
Gentil	43,8%	3,9%	52,2%
Ibiraiaras	34,5%	5,6%	59,9%
Marau	11,8%	43,8%	44,4%
Mato Castelhano	55,1%	4,0%	40,9%
Muliterno	53,9%	6,4%	39,8%
Nicolau Vergueiro	48,1%	4,1%	47,8%
Pontão	51,6%	6,0%	42,4%
Ronda Alta	20,3%	7,1%	72,6%
Santa Cecília do Sul	54,7%	3,8%	41,5%
Santo Antônio do Palma	59,0%	7,6%	33,5%
São Domingos do Sul	41,0%	11,2%	47,8%
Sertão	47,7%	7,1%	45,2%
Tapejara	7,5%	41,2%	51,3%
Vanini	49,2%	5,2%	45,6%
Vila Lângaro	46,7%	8,6%	44,6%
Vila Maria	47,3%	11,7%	40,9%
Média	43,3%	10,0%	46,7%

Fonte: FEE (2014).

Tabela 2 – PIB municipal da microrregião de Passo Fundo (2005-2012)

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Água Santa	32.114.280	49.437.699	68.496.573	83.091.102	81.634.915	96.517.359	123.396.421	149.157.458
Camargo	25.894.163	33.035.471	45.504.654	53.437.578	51.956.190	61.075.168	82.380.147	119.721.298
Casca	117.191.472	137.916.693	166.600.460	197.304.606	202.721.432	244.460.232	267.127.961	294.583.618
Caseiros	21.966.497	31.330.607	33.490.006	44.270.707	43.983.605	51.386.881	52.771.284	61.667.269
Charrua	21.195.961	32.324.552	41.737.218	47.924.867	46.341.110	52.225.755	58.334.133	56.519.155
Ciríaco	38.183.235	54.554.904	62.822.954	76.023.246	69.069.713	85.489.116	106.546.857	112.639.322
Coxilha	25.339.030	58.436.986	69.366.317	86.351.240	80.258.606	83.232.378	98.632.025	89.588.815
David Canabarro	35.002.783	52.925.126	62.367.409	78.629.909	76.195.908	85.299.800	94.406.689	111.769.533
Ernestina	24.855.147	43.116.200	57.744.934	60.696.598	61.146.492	64.754.187	75.751.824	67.679.292
Gentil	16.259.182	27.648.509	36.512.422	48.658.471	43.982.929	50.891.376	66.979.429	82.169.109
Ibiraiaras	74.668.222	94.061.548	111.171.878	135.550.914	139.946.178	146.218.610	158.328.595	182.144.084
Marau	831.642.895	840.885.983	942.672.620	964.029.982	1.140.579.764	1.228.357.019	1.508.676.393	1.369.363.759
Mato Castelhana	20.205.698	33.017.554	42.917.091	64.120.299	54.701.032	51.281.145	67.163.831	69.062.339
Muliterno	15.145.237	22.264.886	26.108.974	32.506.151	30.697.526	36.023.327	39.696.259	42.740.804
Nicolau Vergueiro	17.362.904	28.073.804	37.190.308	47.707.598	46.841.037	49.642.675	63.838.195	61.185.113
Pontão	42.055.830	75.749.103	97.462.586	112.163.126	98.472.314	104.898.194	121.030.705	108.360.586
Ronda Alta	72.085.803	106.170.103	122.433.467	134.864.970	144.507.135	157.370.462	168.937.782	159.477.464
Santa Cecília do Sul	13.555.331	22.376.541	24.521.146	33.184.425	28.954.104	37.948.892	56.462.068	61.511.308
Santo Antônio do Palma	16.397.214	22.688.629	28.968.193	36.146.693	34.766.915	39.739.025	51.022.901	66.010.371
São Domingos do Sul	21.230.119	24.467.823	29.186.928	35.541.967	35.276.250	42.795.614	48.559.829	51.853.466
Sertão	62.248.234	93.786.693	111.389.576	126.624.169	116.391.552	126.137.773	145.639.436	146.487.574
Tapejara	251.271.349	287.637.422	358.862.039	388.077.470	469.823.672	542.621.774	578.482.154	648.893.307
Vanini	15.669.524	19.522.277	23.446.458	25.870.431	26.478.078	31.048.408	37.133.550	45.850.275
Vila Lângaro	17.690.300	29.272.858	35.802.549	41.835.541	39.293.607	44.346.863	56.305.870	57.285.224
Vila Maria	52.153.668	61.326.399	81.164.011	99.895.637	111.792.469	130.750.704	165.078.434	214.026.450
Soma	1.881.384.078	2.282.028.370	2.717.940.771	3.054.507.697	3.275.812.533	3.644.512.737	4.292.682.772	4.429.746.993

Fonte: FEE (2014).

Tabela 3 – PIB do Rio Grande do Sul (2005-2012)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Rio Grande do Sul (R\$ milhão)	144.218	156.827	176.615	199.494	215.864	252.482	263.633	277.657

Fonte: FEE (2014).

Tabela 4 – PIB municipal das cidades da microrregião de Passo Fundo com VAB agropecuária predominante (2005-2012)

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Camargo	25.894.163	33.035.471	45.504.654	53.437.578	51.956.190	61.075.168	82.380.147	119.721.298
Ciríaco	38.183.235	54.554.904	62.822.954	76.023.246	69.069.713	85.489.116	106.546.857	112.639.322
Coxilha	25.339.030	58.436.986	69.366.317	86.351.240	80.258.606	83.232.378	98.632.025	89.588.815
David Canabarro	35.002.783	52.925.126	62.367.409	78.629.909	76.195.908	85.299.800	94.406.689	111.769.533
Mato Castelhano	20.205.698	33.017.554	42.917.091	64.120.299	54.701.032	51.281.145	67.163.831	69.062.339
Muliterno	15.145.237	22.264.886	26.108.974	32.506.151	30.697.526	36.023.327	39.696.259	42.740.804
Nicolau Vergueiro	17.362.904	28.073.804	37.190.308	47.707.598	46.841.037	49.642.675	63.838.195	61.185.113
Pontão	42.055.830	75.749.103	97.462.586	112.163.126	98.472.314	104.898.194	121.030.705	108.360.586
Santa Cecília do Sul	13.555.331	22.376.541	24.521.146	33.184.425	28.954.104	37.948.892	56.462.068	61.511.308
Santo Antônio do Palma	16.397.214	22.688.629	28.968.193	36.146.693	34.766.915	39.739.025	51.022.901	66.010.371
Sertão	62.248.234	93.786.693	111.389.576	126.624.169	116.391.552	126.137.773	145.639.436	146.487.574
Vanini	15.669.524	19.522.277	23.446.458	25.870.431	26.478.078	31.048.408	37.133.550	45.850.275
Vila Lângaro	17.690.300	29.272.858	35.802.549	41.835.541	39.293.607	44.346.863	56.305.870	57.285.224
Vila Maria	52.153.668	61.326.399	81.164.011	99.895.637	111.792.469	130.750.704	165.078.434	214.026.450
Soma	396.903.151	607.031.231	749.032.226	914.496.043	865.869.051	966.913.468	1.185.336.967	1.306.239.012

Fonte: FEE (2014).

A Tabela 5 apresenta as áreas doadas pelo governo local, em função dos investimentos e empregos gerados por estas grandes empresas.

Tabela 5 – Grandes empresas - investimentos e empregos gerados

Empresa	Área	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Investimento
Manitowoc	450.000,00 m ²	240	600	R\$ 100.000.000,00
Italac	100.288,50m ²	500	5000	R\$ 80.000.000,00
Ambev	330.000,00m ²	500	700	R\$120.000.000,00
BS BIOS	300.000,00m ²	350	3000	R\$180.000.000,00

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2012) apud Cittolin (2013).

Importante destacar o principal instrumento da política de desenvolvimento municipal de Passo Fundo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, instituído através da lei complementar nº 170 de 9 de outubro de 2006 (parte da lei encontra-se no Anexo D). Dentre os seus objetivos e diretrizes gerais, o desenvolvimento econômico de Passo Fundo, que deve ser promovido através da dinamização e diversificação das atividades produtivas, observando-se as premissas da diminuição das desigualdades sociais e do desenvolvimento sustentável.

Outro fator relevante no processo de desenvolvimento da cidade foi a assinatura do contrato no ano de 2010 e a posterior aprovação em 2011 do primeiro empréstimo internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organização financeira internacional criada no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos viáveis de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe, sendo atualmente o maior banco regional de desenvolvimento a nível mundial. O crédito no valor de US\$ 9,8 milhões foi o primeiro passo para a execução do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (PRODIN), estruturado em quatro componentes: transporte e mobilidade urbana; desenvolvimento urbano e estruturação de áreas verdes; fortalecimento institucional; e desenvolvimento econômico local (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2015).

Segundo o secretário de desenvolvimento econômico à época:

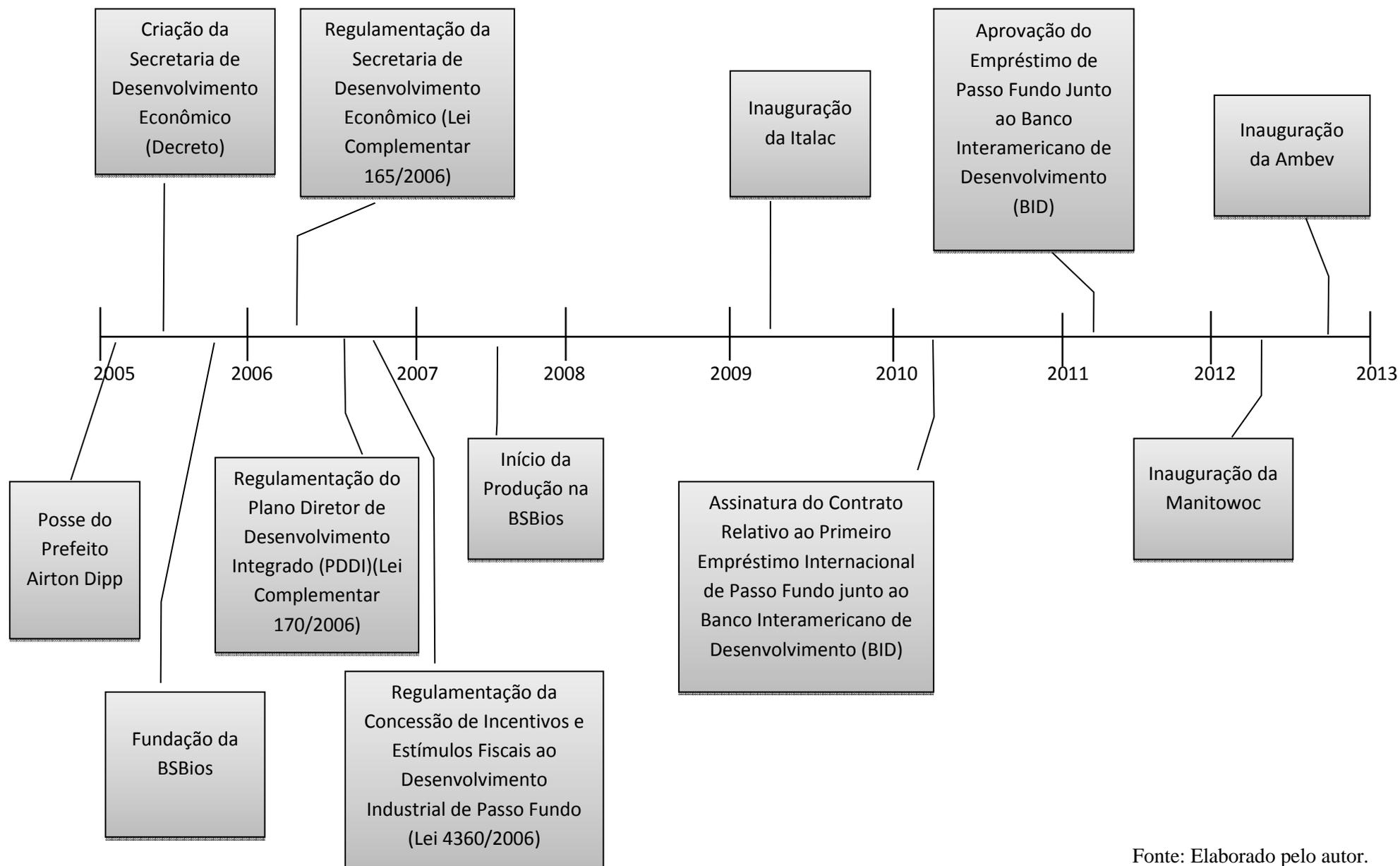
a direção para o desenvolvimento local é o crescimento industrial, sendo o desenvolvimento de outros setores como os serviços uma consequência da capacidade de consumo e do PIB. Com o crescimento industrial, tem-se mais base tecnológica, sendo mais forte o valor agregado. Isto tudo obriga o governo local a

investir em infraestrutura, sendo este papel cumprido, num primeiro momento, pelo financiamento internacional com o BID (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2011, p. 85).

Apesar de Passo Fundo já contar com Distritos Industriais (DIs), como o Distrito BSBios e o Distrito Industrial e Logístico Paulo Rossatto, foi neste período que desencadeou-se o processo para a instalação de uma plataforma logística e industrial em Passo Fundo, cuja proposta visa criar um espaço em que empresários terão à disposição uma estrutura completa para se instalarem: rede de energia, água, internet, posto de combustível, terminal internacional, posto aduaneiro, banco, hotel, restaurantes, entre outros serviços. Recentemente, em julho de 2014, conforme informações colhidas junto à secretaria de desenvolvimento econômico de Passo Fundo, houve a liberação dos vereadores para a exploração, de acordo com o projeto, de uma área de aproximadamente 660 mil metros quadrados, localizada na BR 285.

De forma resumida, a Figura 10 mostra os principais fatos que marcaram o processo de desenvolvimento local no município de Passo Fundo no período de 2005 a 2012.

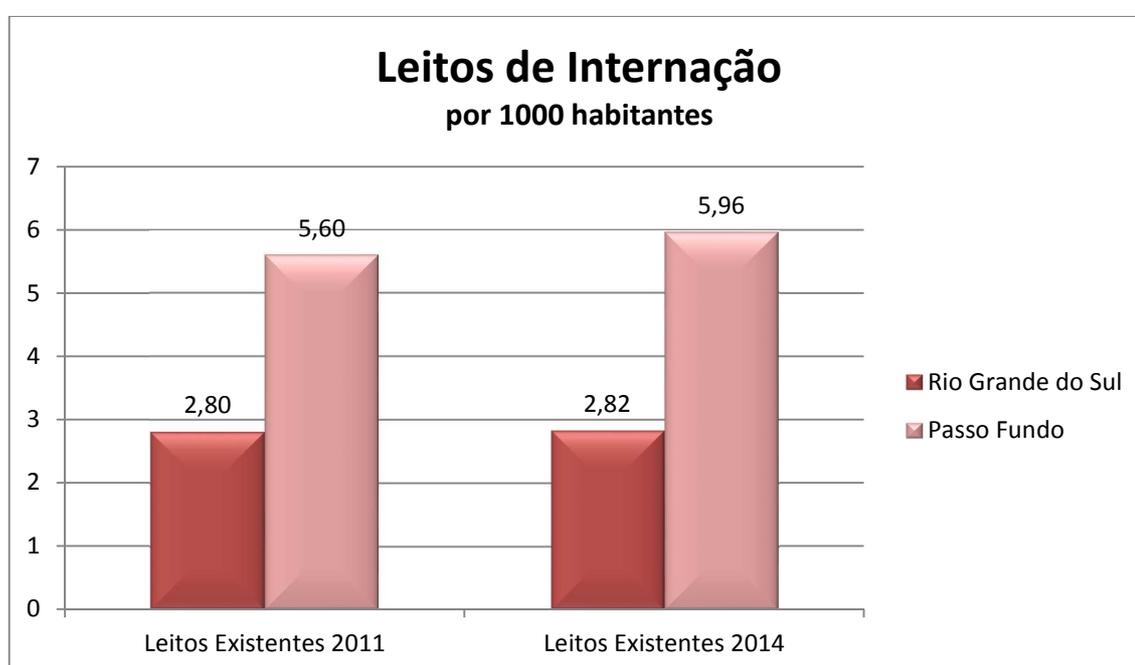
Figura 10 - Marcos do processo de desenvolvimento em Passo Fundo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Passo Fundo conta hoje com nove hospitais, atraindo todos os dias milhares de pessoas de outras cidades gaúchas e de outros Estados. Quatro são hospitais gerais, sendo o Hospital São Vicente de Paulo referência nacional (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2014). O Gráfico 6 mostra os leitos de internação existentes para cada mil habitantes, comparando Passo Fundo e o Estado do Rio Grande do Sul em 2011 e 2014. Nota-se que, em relação à quantidade de leitos, o município gaúcho possui mais que o dobro do Estado, lembrando que, segundo dados do Ministério da Saúde, em 2014 o Rio Grande do Sul é que possui o maior número de leitos em proporção à população dentre todos os Estados brasileiros.

Gráfico 6 – Quantidade de leitos de internação por mil habitantes (2011-2014)



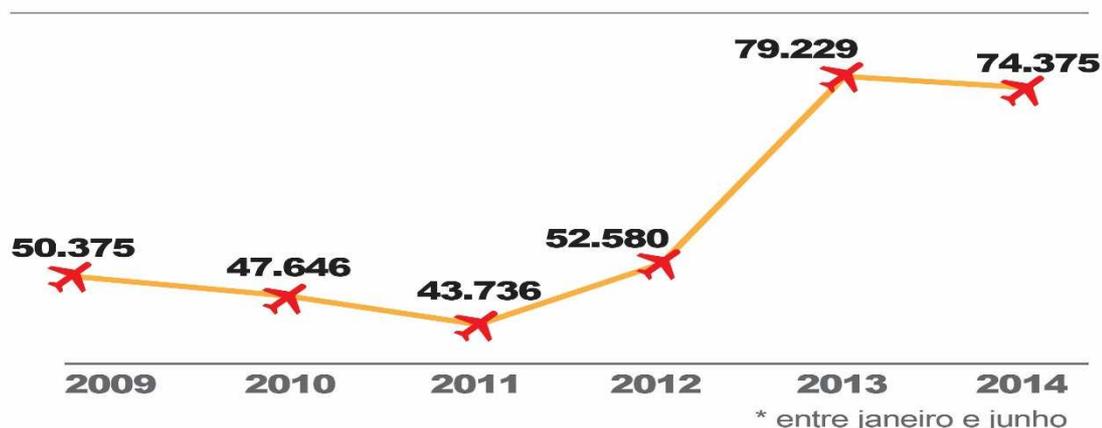
Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS apud Anuário de Passo Fundo (2014).

Na área da educação, no nível fundamental e médio, o município possui 73 escolas públicas e 9 particulares. Além disso, a cidade ainda tem 8 instituições de nível superior e diversos cursos técnicos distribuídos em 10 estabelecimentos de ensino (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2014).

A cidade de Passo Fundo, além das vantagens logísticas já salientadas, possui um aeroporto⁶ que, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), somente entre os meses de janeiro e junho de 2014 recebeu quase 75 mil passageiros, praticamente já atingindo os números registrados durante todo o ano de 2013. O destino mais procurado é a cidade de São Paulo, o que reforça a preponderância de viagens de negócio. Ademais, em relação a negócios, convém frisar o significativo número de feiras e eventos realizados na região de Passo Fundo. Durante a referida conversa informal com o ex-secretário de desenvolvimento do município, o mesmo afirmou que são quase 200 dias de eventos durante o ano.

O Gráfico 7 apresenta a evolução do número de passageiros que passaram pelo terminal Lauro Kortz, aeroporto de Passo Fundo.

Gráfico 7 – Número de passageiros do aeroporto de Passo Fundo (2009-2014)



Fonte: ANAC apud Anuário de Passo Fundo (2014).

⁶ No dia em que o ex-deputado Eliseu Padilha (PMDB) foi convidado para assumir a Secretaria de Aviação Civil, ouviu da presidente Dilma Rousseff que a prioridade das prioridades era colocar em pé um ambicioso plano de construção e modernização de aeroportos regionais. No Brasil, o projeto prevê investimentos de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos, dos quais 124 ganharam o selo de “prioritários” por critérios que vão da decisão estratégica do governo ao interesse das companhias aéreas em operar voos para essas regiões. No Rio Grande do Sul, são R\$ 310 milhões para 15 aeroportos incluídos no plano de estímulo à aviação regional, 11 com o carimbo de prioritários. Desses, cinco estão no site do ministério com o status de “anteprojeto autorizado”: Passo Fundo, Rio Grande, Santa Rosa, Santo Ângelo e São Borja. Isso significa que o edital de licitação pode ser lançado a qualquer momento. O primeiro aeroporto a passar por uma intervenção será o de Passo Fundo, em uma das regiões mais produtivas do Estado e com maior demanda por voos. Antes mesmo da licitação para a ampliação da pista e construção do novo terminal de passageiros, com 2.160 metros quadrados, do pátio de aeronaves e da estação de combate a incêndio, o ministro promete instalar um equipamento que permitirá a navegação por instrumentos. Atualmente, pousos e decolagens são suspensos em dias de muita chuva ou de forte neblina. (OLIVEIRA, Rosane. Alerta Aviação Infraestrutura - Aeroportos Para O Interior. *Zero Hora*, n. 18138, 20 abr. 2015)

Segundo o Magnífico reitor da UPF, José Carlos Carles de Souza:

Aparentemente, a cidade de Passo Fundo procura aproveitar esta onda desenvolvimentista, centrada na industrialização ocorrida durante os últimos anos. Se no passado a economia estava restrita aos ganhos oriundos do setor primário, basicamente com as atividades extrativistas e o comércio de produtos agropastoris, a cidade (e as empresas da região) passou, recentemente, para a concentração de renda proveniente do setor secundário, onde os serviços eram responsáveis por expressiva receita. Agora contabiliza resultados econômicos decorrentes das inúmeras indústrias que se estabeleceram no município nos últimos anos. Neste contexto a cidade de Passo Fundo vem, processualmente, tornando-se uma cidade com um amplo conjunto de oportunidades de emprego, além de oferecer infraestrutura adequada (ex: aeroporto, saúde etc.) e com adequado nível sociocultural (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2012, p. 114).

A Tabela 6 apresenta o saldo de empregos em Passo Fundo no decorrer do seu processo de desenvolvimento local. Pode se observar que no período de 2005 a 2011 houve um acréscimo de 2.582 empregos na cidade.

Tabela 6 – Saldo de empregos no município de Passo Fundo (2005 – 2011)

Ano	Saldo de Empregos
2005	970
2006	834
2007	2.513
2008	2.949
2009	2.349
2010	3.274
2011	3.552

Fonte: Cittolin (2013).

Embora as atividades terciárias movimentem a economia urbana, o agronegócio constitui-se como o carro-chefe da economia regional, tanto que a industrialização do município, viabilizada a partir da instalação de grandes empresas nacionais e multinacionais na última década, tem profunda imbricação com o setor. O dinamismo econômico expresso pela força do agronegócio, pela industrialização da economia e pelo crescimento da saúde e educação superior, conferem a Passo Fundo o *status* de cidade próspera (FERRETTO, 2012). Conforme a economista e professora da Universidade de Passo Fundo, Dra. Cleide Moretto, o setor secundário é o que tem maior poder na agregação de valor, pela peculiaridade da transformação (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2011).

Além disso, segundo o Anuário de Passo Fundo (2011), em recente estudo assinado pelos professores e economistas da UPF, Marco Antonio Montoya, Cássia Aparecida Paqual,

Eduardo Belisário Finamore e Guilherme de Oliveira, verifica-se que, independentemente do comportamento da agropecuária do município e da região, a indústria e o setor de serviços tem crescido permanentemente e de forma sustentável. De acordo com o estudo, essa constatação mostra, nos últimos anos, uma dinâmica econômica nova, que vem alavancando o crescimento econômico do município de Passo Fundo, fundamentada nas relações intersetoriais insumo-produto que criaram uma nova força endógena de crescimento e desenvolvimento econômico (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2011).

4.2 Análise Econômica da Cidade

Do ponto de vista econômico, é importante ressaltar alguns indicadores que ratificam os resultados aparentemente positivos advindos do processo de desenvolvimento que está ocorrendo em Passo Fundo. As Tabelas 7, 8 e 9 apresentam o PIB, o VAB, o PIB *per capita* e a população dos 10 maiores municípios gaúchos, segundo o valor total do PIB. Essas cidades contribuem, segundo dados de 2012, com 44,75% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul. Passo Fundo se destaca ocupando, respectivamente nos anos de 2010, 2011 e 2012 a 10ª, 9ª e 6ª colocação em relação ao PIB e o 4º, 2º e 1º lugar na variação nominal do PIB, com destaque para a variação nominal de 29% no setor da indústria no ano de 2012. Já o Gráfico 8 exibe a referida liderança do município na taxa de crescimento do PIB em 2012.

Tabela 7 - Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB *per capita* e população dos 10 maiores municípios segundo o PIB total do RS – 2010

Municípios	Produto Interno Bruto					Valor Adicionado Bruto						Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	População	
	Valor (R\$ 1 000)	Variação nominal (%)	Participação (%)		Posição no Ranking em 2009	Variação nominal (%)			Estrutura (%)				Habitante	Participação (%)
			2010	2009		Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	(R\$)		
Porto Alegre	43.038.100	16,7	17,05	17,08	1º	1,4	25,1	15,3	0,06	15,58	84,36	30.525	1.409.939	13,18
Canoas	16.547.966	1,9	6,55	7,52	2º	-0,2	-7,4	6,0	0,03	37,71	62,26	51.070	324.025	3,03
Caxias do Sul	15.692.359	27,9	6,22	5,68	3º	-6,7	29,9	25,4	1,22	45,82	52,96	36.034	435.482	4,07
Rio Grande	7.737.855	21,4	3,06	2,95	4º	23,7	3,0	23,8	3,00	35,19	61,81	39.228	197.253	1,84
Gravataí	7.081.795	22,2	2,80	2,69	5º	-6,6	11,9	20,9	0,27	56,53	43,20	27.689	255.762	2,39
Triunfo	5.777.746	10,8	2,29	2,42	6º	-11,6	7,8	22,4	1,08	77,65	21,28	223.848	25.811	0,24
Novo Hamburgo	5.395.053	18,2	2,14	2,11	7º	15,9	21,5	17,3	0,38	28,93	70,69	22.569	239.051	2,24
Santa Cruz do Sul	4.810.913	7,0	1,91	2,08	8º	-3,7	-7,1	13,8	2,94	46,75	50,31	40.672	118.287	1,11
Pelotas	4.564.464	17,5	1,81	1,80	9º	-4,6	14,6	19,2	3,18	19,05	77,77	13.925	327.778	3,06
Passo Fundo	4.551.198	21,3	1,80	1,74	10º	-3,7	14,7	22,9	1,80	16,83	81,37	24.619	184.869	1,73
Total	115.197.449	-	45,63	46,08	-	-	-	-	-	-	-	-	3.518.257	32,89
Rio Grande do Sul	252.482.597	17,0	100,00	100,00	-	2,2	16,0	18,2	8,69	29,21	62,10	23.606	10.695.532	100,00

Fonte: FEE (2014).

Tabela 8 - Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB *per capita* e população dos 10 maiores municípios segundo o PIB total do RS – 2011

Municípios	Produto Interno Bruto					Valor Adicionado Bruto						Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	População	
	Valor (R\$ 1 000)	Variação nominal (%)	Participação (%)		Posição no <i>Ranking</i> em 2010	Variação nominal (%)			Estrutura (%)				Habitante	Participação (%)
			2011	2010		Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços			
Porto Alegre	45.506.017	6,0	17,26	17,01	1º	0,8	0,9	6,1	0,06	14,64	85,30	32.203	1.413.094	13,17
Caxias do Sul	16.636.859	8,1	6,31	6,10	3º	22,2	6,3	6,6	1,43	44,83	53,75	37.697	441.332	4,11
Canoas	15.515.129	-13,9	5,89	7,14	2º	-18,3	-42,7	5,7	0,03	27,63	72,34	47.711	325.189	3,03
Rio Grande	8.194.552	5,3	3,11	3,08	4º	-19,7	1,4	6,7	2,30	34,43	63,28	41.376	198.049	1,85
Gravataí	7.304.668	5,8	2,77	2,74	5º	-2,1	1,0	9,6	0,26	53,80	45,94	28.376	257.428	2,40
Triunfo	5.932.342	-9,1	2,25	2,58	6º	-6,4	-13,0	-2,9	1,00	76,30	22,71	227.537	26.072	0,24
Novo Hamburgo	5.502.785	2,8	2,09	2,12	7º	0,6	-6,0	3,4	0,38	26,45	73,17	23.010	239.151	2,23
Pelotas	5.422.372	19,2	2,06	1,80	9º	-1,6	37,4	14,7	2,65	21,74	75,61	16.488	328.865	3,06
Passo Fundo	4.989.677	9,8	1,89	1,80	10º	32,9	11,1	8,2	2,19	16,80	81,01	26.814	186.083	1,73
Santa Cruz do Sul	4.943.635	4,7	1,88	1,87	8º	13,3	-7,4	15,0	3,25	40,61	56,14	41.474	119.199	1,11
Total	119.948.035	-	45,50	46,24	-	-	-	-	-	-	-	-	3.534.462	32,93
Rio Grande do Sul	263.633.398	4,4	100,00	100,00	-	9,9	-4,4	7,1	9,18	26,86	63,96	24.563	10.733.030	100,00

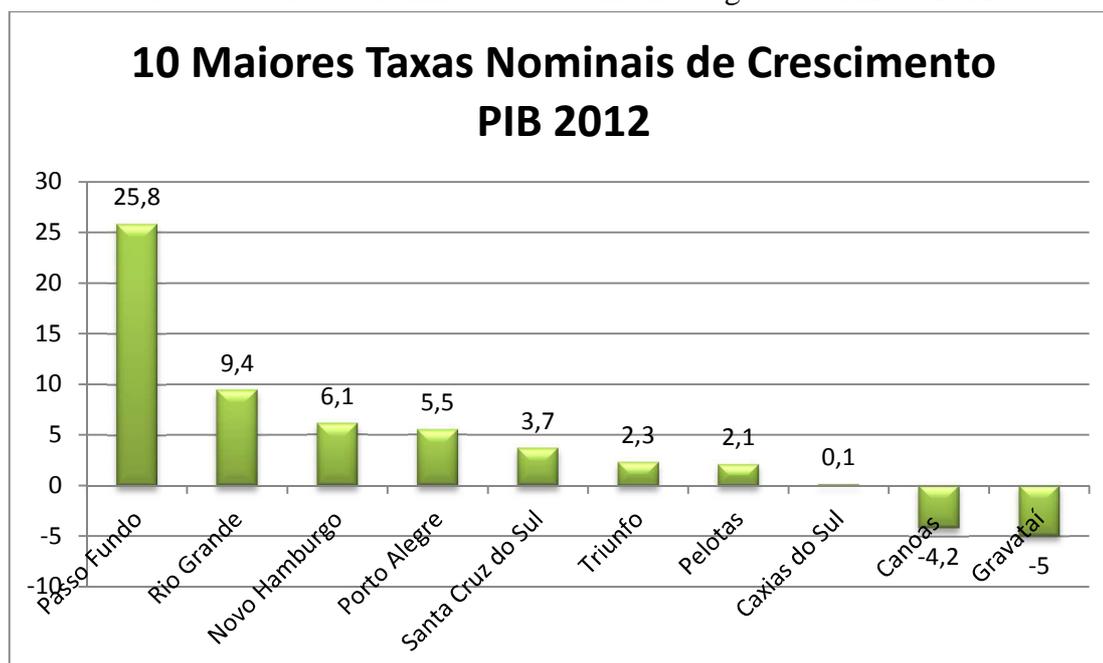
Fonte: FEE (2014).

Tabela 9 - Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB *per capita* e população dos 10 maiores municípios segundo o PIB total do RS – 2012

Municípios	Produto Interno Bruto					Valor Adicionado Bruto						Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	População	
	Valor (R\$ 1 000)	Variação nominal (%)	Participação (%)		Posição no Ranking em 2011	Variação nominal (%)			Estrutura (%)				Habitante	Participação (%)
			2012	2011		Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços			
Porto Alegre	48.002.209	5,5	17,29	17,27	1º	7,6	-4,0	6,9	0,06	13,36	86,58	33.883	1.416.714	13,15
Caxias do Sul	16.651.357	0,1	6,00	6,31	2º	21,4	-9,5	6,0	1,74	40,86	57,39	37.259	446.911	4,15
Canoas	14.856.173	-4,2	5,35	5,88	3º	-11,7	-18,0	1,5	0,03	23,58	76,40	45.501	326.505	3,03
Rio Grande	8.965.447	9,4	3,23	3,11	4º	9,9	0,6	7,3	2,40	32,95	64,65	45.088	198.842	1,85
Gravataí	6.936.437	-5,0	2,50	2,77	5º	-0,6	-9,2	7,0	0,26	49,71	50,02	26.767	259.138	2,41
Passo Fundo	6.275.589	25,8	2,26	1,89	9º	-11,4	29,0	24,7	1,56	17,40	81,04	33.506	187.298	1,74
Triunfo	6.071.171	2,3	2,19	2,25	6º	-0,2	-0,4	7,5	0,98	74,95	24,07	230.484	26.341	0,24
Novo Hamburgo	5.836.593	6,1	2,10	2,09	7º	15,7	1,7	7,8	0,41	25,32	74,27	24.385	239.355	2,22
Pelotas	5.532.992	2,1	1,99	2,06	8º	5,3	-16,3	6,8	2,75	17,87	79,38	16.795	329.435	3,06
Santa Cruz do Sul	5.128.333	3,7	1,85	1,88	10º	-23,7	-10,3	12,4	2,43	35,72	61,85	42.737	119.997	1,11
Total	124.256.302	-	44,75	45,50	-	-	-	-	-	-	-	-	3.550.536	32,97
Rio Grande do Sul	277.657.666	5,3	100,00	100,00	-	-3,8	-1,8	8,5	8,44	25,21	66,35	25.779	10.770.603	100,00

Fonte: FEE (2014).

Gráfico 8 – Taxas nominais de crescimento segundo o PIB de 2012



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado da FEE (2014).

A Tabela 10 mostra a variação do PIB de 2005 a 2012 dos 10 maiores municípios gaúchos, segundo o valor total do PIB. Passo Fundo aparece na 2ª colocação, atrás somente da cidade de Rio Grande que tem vivido um crescimento vertiginoso em função do pólo naval. Mas a pergunta que se deve fazer é até que ponto esse crescimento se traduz em desenvolvimento e é sustentável a longo prazo.

Tabela 10 – 10 maiores municípios gaúchos em relação à variação do PIB (2005-2012)

Posição no Ranking em 2012	Município	Varição do PIB 2005-2012
1º	Rio Grande	197,34%
2º	Passo Fundo	161,61%
3º	Pelotas	110,45%
4º	Caxias do Sul	100,76%
5º	Gravataí	95,55%
6º	Santa Cruz do Sul	79,96%
7º	Porto Alegre	70,63%
8º	Canoas	67,52%
9º	Novo Hamburgo	52,05%
10º	Triunfo	23,65%

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado da FEE (2014).

A balança comercial da cidade de Passo Fundo é mostrada na Tabela 11. Nota-se que a exportação de 2005 a 2014 teve um crescimento superior a 4.000%, em função do processo de desenvolvimento que vem ocorrendo no município.

Tabela 11 - Balança comercial do município de Passo Fundo

Ano/Mês	Exportação		Importação		Saldo (A) – (B)
	Valor (A)	Var (%)	Valor (B)	Var (%)	
2005	19.861.024	-56,59	3.082.062	-28,36	16.778.962
2006	20.667.457	4,06	3.302.327	7,15	17.365.130
2007	41.982.972	103,14	6.973.990	111,18	35.008.982
2008	111.048.278	164,51	61.602.050	783,31	49.446.228
2009	80.196.680	-27,78	12.961.853	-78,96	67.234.827
2010	206.104.035	157,00	19.749.662	52,37	186.354.373
2011	709.040.250	244,02	40.513.383	105,13	668.526.867
2012	609.224.444	-14,08	98.452.409	143,01	510.772.035
2013	1.026.611.515	68,51	117.702.088	19,55	908.909.427
2014	878.124.847	-14,46	80.992.130	-31,19	797.132.717

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC (2015).

A Tabela 12 apresenta o orçamento realizado do município de Passo Fundo entre os anos de 2005 e 2013. Percebe-se um crescimento constante da arrecadação como um todo, aparecendo como destaque o Imposto sobre Serviços (ISS), que apresentou uma evolução entre 2005 e 2013 acima de 300%. O que se percebe na cidade é um aumento do setor terciário, basicamente em função do aumento das atividades industriais, gerando, por conseguinte, maior número de empregos e aumento da renda local.

Tabela 12 – Evolução orçamentária de Passo Fundo

Ano	Receita Total (em R\$)	Evolução 2005-2013 (%)
2005	125.305.392,76	169,95
2006	135.477.120,50	
2007	153.048.680,05	
2008	173.646.594,98	
2009	185.136.845,62	
2010	218.281.903,45	
2011	57.078.695,05	
2012	300.285.845,51	
2013	338.267.692,19	
Ano	IPTU (em R\$)	
2005	10.447.071,02	170,89
2006	10.525.747,81	
2007	11.874.841,04	
2008	13.897.333,53	
2009	12.881.718,16	
2010	18.972.074,75	
2011	24.153.026,36	
2012	26.955.434,24	
2013	28.229.744,73	
Ano	ISS (em R\$)	
2005	7.061.567,51	305,47
2006	8.568.465,09	
2007	10.566.540,10	
2008	13.185.417,54	
2009	14.697.647,06	
2010	18.471.349,06	
2011	22.906.128,78	
2012	26.519.045,88	
2013	28.632.304,96	
Ano	FPM (em R\$)	
2005	21.495.822,25	136,46
2006	24.601.419,59	
2007	28.498.910,15	
2008	38.240.798,65	
2009	36.142.207,66	
2010	38.999.790,53	
2011	47.365.195,73	
2012	48.801.569,86	
2013	50.828.200,70	

Fonte: Anuário de Passo Fundo (2014).

4.3 Análise Social da Cidade

Sandroni (1994) considera desenvolvimento local o aumento do PIB *per capita* associado à melhoria do padrão de vida da população. Neste contexto se engloba as variáveis econômicas e sociais do desenvolvimento (SCHUMPETER, 1982).

O Prefeito de Passo Fundo, no ano de 2011, fez a seguinte afirmação:

[...] importa destacar que o desenvolvimento proposto e buscado pelo município de Passo Fundo não se limita ao desenvolvimento meramente econômico, que pode ser mensurado pelos números da economia, mas quer e pretende significar o desenvolvimento social da sua comunidade, acreditando que os números econômicos podem gerar, além de empregos novos, recursos essenciais para o desenvolvimento das áreas de saúde, educação, cultura, lazer, moradia, transporte e demais direitos sociais necessários à dignidade da pessoa humana (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2011, p. 106).

A Tabela 13 mostra o aumento do investimento nas áreas sociais e do meio ambiente realizado em virtude do crescimento da receita pública produzido pelo desenvolvimento econômico do município de Passo Fundo.

Tabela 13 – Investimento da administração municipal de Passo Fundo

ANO	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	MEIO AMBIENTE
2005	37.692.253,23	5.414.172,71	20.859.937,16	445.344,58
2006	45.103.853,29	7.163.285,00	27.377.711,76	676.122,82
2007	47.088.942,00	8.124.453,00	31.069.362,00	3.373.990,00
2008	52.288.733,00	8.054.500,00	33.733.609,00	4.575.847,00
2009	63.494.169,00	10.729.308,00	40.677.577,00	5.899.373,00
2010	65.003.964,00	11.363.505,00	42.560.818,00	7.685.498,00
2011	77.831.777,00	11.725.383,00	50.253.054,00	9.931.794,00

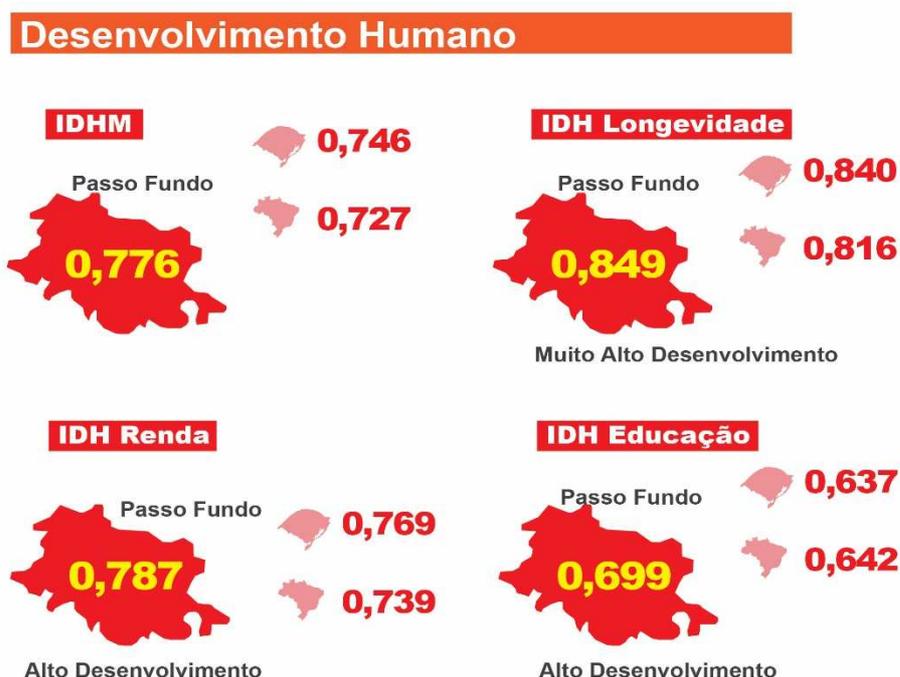
Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo (2012) apud Cittolin (2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2015).

Passo Fundo, conforme a Figura 11, possui um IDHM que corresponde a um alto desenvolvimento. Aliás, o IDHM do município é superior à média do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul em todos os quesitos (longevidade, renda e educação).

Apesar do IDHM correspondente à educação (medido pela média de anos de educação de adultos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças) ser o mais baixo entre os índices, é importante ressaltar que há duas décadas o IDHM passo-fundense na área de ensino era de 0,589, classificado como de desenvolvimento baixo, ou seja, houve um crescimento considerável, já que mais crianças estão na escola e na idade correta (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2014).

Figura 11 – IDHM de Passo Fundo



Fonte: Anuário de Passo Fundo (2014).

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo do sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) que classifica o nível de desenvolvimento socioeconômico em mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego e renda, educação e saúde. Portanto, o município pode ser enquadrado em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (de 0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2014).

A cidade de Passo Fundo, conforme o Gráfico 9, possui um IFDM em 2011 de 0,8072, o que a enquadra num nível de alto desenvolvimento. Importante destacar que somente 6% das cidades brasileiras e 9,7% das cidades gaúchas chegaram a este patamar de desenvolvimento (ANUÁRIO DE PASSO FUNDO, 2014). Além disso, o município em

relação ao referido índice apresenta um viés de crescimento em todas as áreas entre 2008 e 2011.

Gráfico 9 – IFDM de Passo Fundo

Evolução do IFDM Consolidado

2008	0,7579
2009	0,7765
2010	0,7835
2011	0,8072

IFDM Emprego e Renda

2008	0,7342
2009	0,7756
2010	0,7715
2011	0,8239

IFDM Educação

2008	0,6699
2009	0,6793
2010	0,7065
2011	0,7232

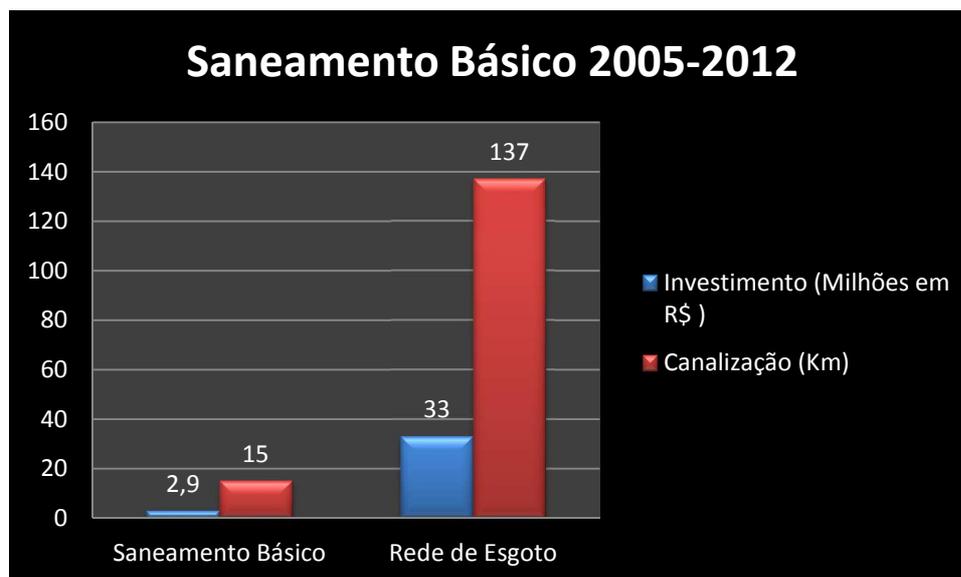
IFDM Saúde

2008	0,8697
2009	0,8747
2010	0,8725
2011	0,8745

Fonte: Anuário de Passo Fundo (2014).

Outro importante fator ligado ao desenvolvimento, particularmente à área da infraestrutura, é o saneamento básico. O Gráfico 10 mostra a preocupação do governo local com este importante elemento.

Gráfico 10 – Saneamento básico em Passo Fundo (2005-2012)



Fonte: Anuário de Passo Fundo (2013).

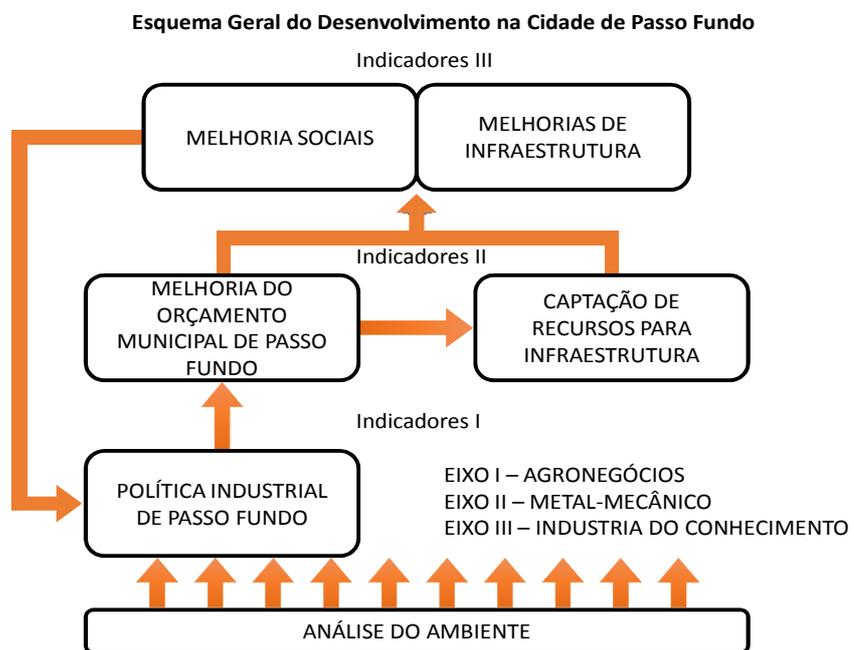
Todos estes dados referentes ao processo de desenvolvimento de Passo Fundo, tendo como alavanca o setor industrial, podem representar sinais de um efetivo desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento no campo econômico e social.

Finalmente, a Figura 12 apresenta o esquema geral de desenvolvimento adotado na cidade de Passo Fundo. De uma maneira geral, com o apoio do referencial teórico já abordado anteriormente neste trabalho e com base nos dados coletados junto ao referido município, conforme Cittolin (2013), os pressupostos utilizados no processo de desenvolvimento industrial local da cidade foram:

- iniciativa local;
- ação planejada;
- criação de uma secretaria especializada com foco no desenvolvimento;
- respaldo do prefeito junto à secretaria especializada;
- conexão com programas nacionais e estaduais de desenvolvimento;
- atração de grandes empresas;
- fortalecimento das firmas locais.

A descrição crítica do caso de Passo Fundo, operacionalizado a partir dos pressupostos supracitados, em conjunto com o referencial teórico apresentado no capítulo 2, serviram de inspiração para a elaboração da 1ª versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0), que será apresentado no capítulo seguinte.

Figura 12 – Esquema geral do desenvolvimento na cidade de Passo Fundo



Fonte: Cittolin (2013).

5 PRIMEIRA VERSÃO DO MÉTODO DE ACELERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS (M0)

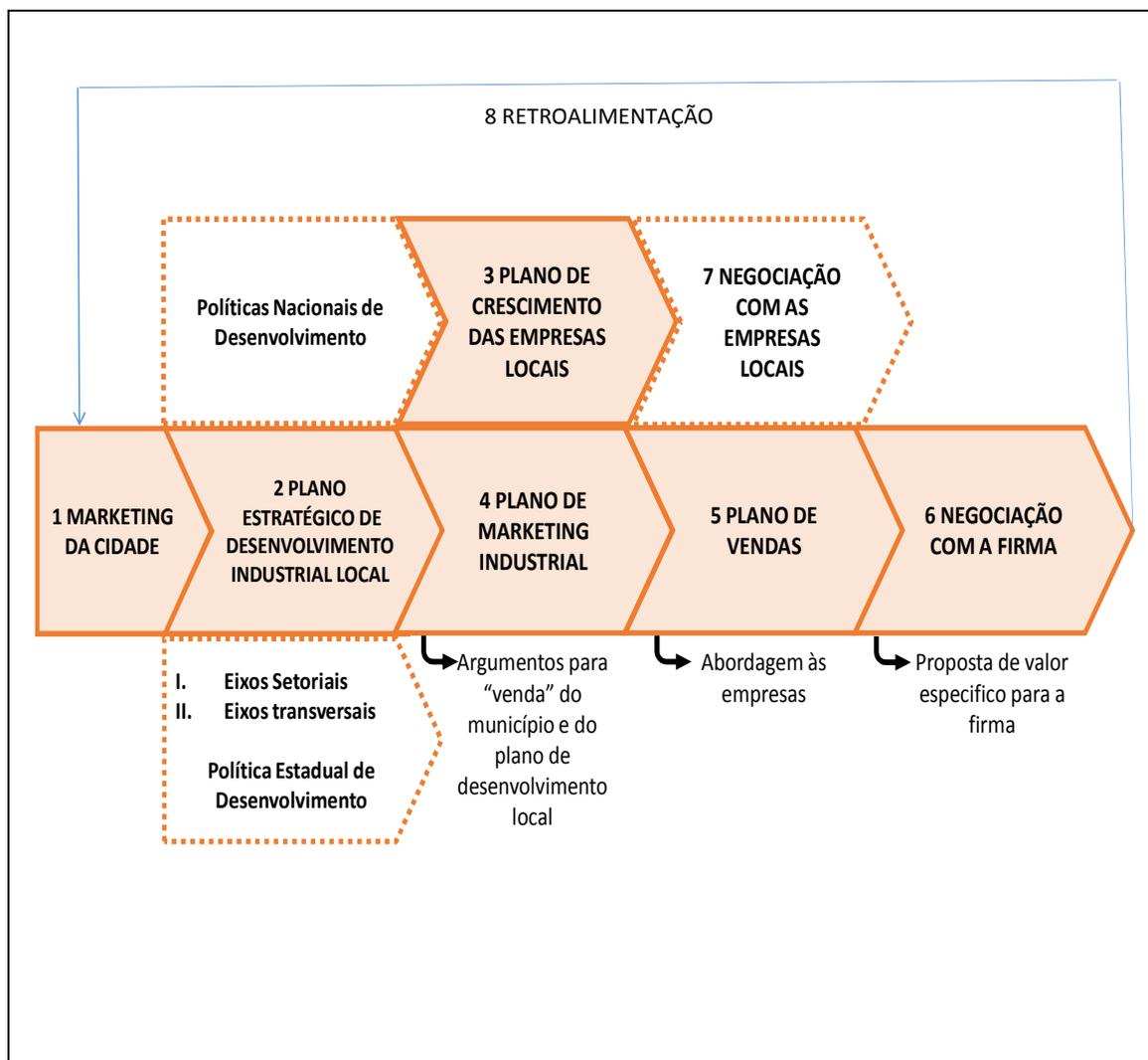
Tendo como embasamento o referencial teórico apresentado neste trabalho no capítulo 2, o diálogo informal com ex-secretário de desenvolvimento econômico do município de Passo Fundo, a análise do caso da cidade de Passo Fundo no período 2005 a 2012 através da coleta de dados secundários ligados ao processo de desenvolvimento industrial local da referida cidade e ideias próprias, emerge a primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0), cujo detalhamento será aprofundado no decorrer deste capítulo. Cabe destacar que o aludido método será alicerçado e/ou aperfeiçoado na sequência desta pesquisa, a partir da análise de conteúdo das entrevistas individuais realizadas junto a profissionais reconhecidamente relevantes no que se refere ao tema da pesquisa e/ou envolvidos no processo de desenvolvimento local, tais como: empresários, dirigentes do poder público, professores e pesquisadores da matéria.

Entretanto, analisando o município de Passo Fundo, pode se ter a impressão que foi uma ‘exceção à regra’ e que outras cidades médias não poderão se valer de um processo semelhante de desenvolvimento. Diante desse quadro, convém ressaltar, de forma geral, três dimensões para o sucesso na implantação de um processo de desenvolvimento:

- a identificação do potencial regional, ou seja, a capacidade de crescimento sustentável nos planos econômico, social e ecológico, no intuito principal do governo local administrar racionalmente os recursos públicos;
- detectar os recursos que o local possui e que se encontram subutilizados ou utilizados de forma subótima;
- detectar a existência de vantagens absolutas no local, ressaltando o fato de que, felizmente, a possibilidade de uma região apresentar desvantagem absoluta em todos os setores produtivos é muito pequena (geralmente possuem disponibilidade relativa de recursos diferenciada e, por conseguinte, mesmo em um mercado unificado, apresentam preços diferenciados dos recursos produtivos intransferíveis), a não ser que sejam regiões desérticas despovoadas e, portanto, carentes de qualquer produção - contudo mesmo essas regiões podem, eventualmente, apresentar algum potencial turístico, haja vista as peculiaridades do meio ambiente (PAIVA, 2004).

A Figura 13 mostra a proposição inicial do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0).

Figura 13 – Primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na seqüência são apresentados os passos que constituem o método proposto (M0).

5.1 Marketing da Cidade (1)

Uma das áreas de aplicação do marketing, com crescente importância para o desenvolvimento dos países, é o marketing das cidades. Ou seja, os processos sociais e, mais particularmente, de gestão que são desenvolvidos nas cidades para atender à satisfação de necessidades e desejos de indivíduos e de organizações (ALMEIDA, 2004).

Kotler et al (1994) enfatizam, de igual modo, a forma como o marketing ajuda a preparar as cidades para um futuro incerto. Segundo os autores, os locais dependem cada vez mais de quatro amplas estratégias para atrair visitantes e moradores, para criar sua base industrial e para aumentar as exportações. São elas:

- **imagem:** As imagens de um local não são fáceis de ser elaboradas ou mudadas. Isso exige pesquisa sobre como os moradores e as pessoas de fora vêem o local. É preciso identificar os elementos verdadeiros e os falsos, bem como seus pontos fortes e fracos; isso requer inspiração e a capacidade de escolher entre as imagens conflitantes. A escolha deve ter um consenso, sendo necessária também uma verba significativa para divulgá-la (KOTLER et al., 1994);
- **atrações:** Melhorar a imagem não é suficiente para garantir a prosperidade de um local. Ele precisa de características especiais para satisfazer seus moradores e atrair pessoas de fora (KOTLER et al., 1994). Do ponto de vista empresarial, este fator é importante dada a valorização atual da qualidade de vida das pessoas. Não se pode esquecer que as empresas são formadas por pessoas e necessitam das mesmas satisfações em seu ambiente de trabalho;
- **infraestrutura:** Com certeza nem a imagem nem as atrações podem dar a resposta completa ao desenvolvimento de um local. Elas não substituem ou cobrem suas deficiências. O básico está ligado à infraestrutura (KOTLER et al., 1994). Para a atração de grandes indústrias, questões como energia, mobilidade urbana, saneamento, saúde, segurança pública e nível de educação existente no local são imprescindíveis;
- **pessoas:** A imagem transmitida pelas pessoas residentes em determinado local afeta os interesses de possíveis mercados-alvo. As localidades devem estimular seus cidadãos a ser mais amigáveis e a se preocupar com seus visitantes e novos moradores. Elas devem, também, aprimorar o nível das habilidades de seus cidadãos para que possam atender às necessidades de seus mercados-alvo (KOTLER et al., 1994).

5.2 Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial Local (2)

Segundo Kotler et al. (1994, p. 81):

Na base de todas as abordagens de desenvolvimento está a noção de que se as localidades quiserem ser bem-sucedidas devem usar instrumentos semelhantes aos utilizados pelas empresas, já que estão competindo por recursos. Elas têm de reconhecer as forças universais que afetam suas indústrias locais. Devem entender que estão competindo com outros locais por turistas, convenções, moradores educados, fábricas, sedes industriais e novas empresas. Elas devem ser ótimas ou superiores em algum setor específico. Devem ficar cientes das forças mercadológicas e se voltar para o mercado. Se escolherem as indústrias erradas, ficarão na mesma posição das empresas que fabricam os produtos errados, ou seja, mergulharão na obscuridade. Para operar como um negócio, as localidades devem criar e executar uma metodologia de planejamento. As cidades não devem se voltar para o planejamento como consequência de um período difícil, mas sim adotar o planejamento para evitar passar por ele.

De forma geral, o plano estratégico local consiste na elaboração da visão de futuro da cidade baseada na identificação dos seus pontos fortes e fracos, bem como nas oportunidades e ameaças que existem no ambiente externo. Após esta compreensão aprofundada do tema em cena é possível construir e explicitar as metas e objetivos a serem alcançados.

Desta forma, primeiramente o município deve reconhecer o seu potencial local do ponto de vista industrial. Conforme Paiva (2004), identificar o potencial de uma região é identificar aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, tem potencial de gerar maior benefício por unidade de custo. A definição destes setores, juntamente com o reconhecimento dos principais municípios (e locais) concorrentes e das tendências do ambiente macroeconômico, tende a fundamentar a elaboração da estratégia local para a atração de empresas e, conseqüentemente, de investimentos para o desenvolvimento sustentável da região.

Após se analisar a situação atual do município, os atores locais podem estabelecer a visão da cidade. Segundo Kotler et al (1994), a visão consiste na forma como os atores envolvidos no processo de elaboração do plano de desenvolvimento local querem que o município seja no futuro. Ou seja, deve haver um posicionamento do município com relação a perguntas como: Que combinação de indústrias faz sentido para a comunidade local? Uma comunidade deve basear seu futuro em uma ou duas indústrias ou criar uma base industrial diversificada? Uma comunidade deve se concentrar nas indústrias de produção ou de serviços? Se a opção for indústrias de produção, ela deve tentar atrair a indústria pesada ou a indústria leve? As indústrias devem se concentrar em um parque industrial? Deve haver redução tributária para a atração de grandes indústrias?

Quanto aos objetivos e metas específicas para o cumprimento da visão, as cidades terão as seguintes indagações, por exemplo: Se a opção for concentrar as indústrias em um parque industrial, qual será o local? Existe logística adequada em torno? Há necessidade de desapropriações? Já existe licença ambiental? (KOTLER et al, 1994).

Uma vez que os atores envolvidos no plano estratégico definiram a visão, as vantagens e desvantagens do ponto de vista interno e externo ao município, os objetivos e as metas, pode se passar para a etapa de identificação e escolha das estratégias para alcançar as metas. Por exemplo, com relação ao questionamento sobre a logística em torno do parque industrial, o meio de transporte mais adequado é rodoviário, fluvial ou ferroviário? Existe recurso orçamentário para execução? (KOTLER et al, 1994).

Diante de todas essas constatações, o município deve, portanto, estabelecer dois conjuntos de ações inter-relacionadas:

- ações setoriais com foco na implantação de programas e projetos voltados para o fortalecimento de setores industriais selecionados;
- ações transversais destinadas à economia como um todo, de modo a aumentar a eficiência das unidades produtoras (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Com a finalidade de ter o suporte necessário para a efetivação dessas ações, é fundamental destacar que a priorização de determinados setores por parte do município deve levar em consideração as políticas estadual e nacional de desenvolvimento. Aliás, a determinação das áreas estratégicas por parte do governo local traz à tona a seguinte questão: especializar ou diversificar? Paiva (2004) sugere o equilíbrio para um desenvolvimento local sustentável a longo prazo. Segundo o autor, em termos práticos, a especialização é condição da rentabilidade e a diversificação é condição da segurança. O equilíbrio entre esses dois objetivos será encontrado quando a especialização se realizar em mais de um produto-núcleo, mas não em um número tão grande que inviabilize a mobilização de recursos suficientes para que se atinja a escala mínima competitiva necessária à conquista de vantagens absolutas sobre a produção dos vizinhos.

Adicionalmente, é imprescindível identificar e fortalecer os elementos que promovem o diferencial competitivo na atração de investimentos. Kotler et al (1994) apresentam uma lista de fatores básicos que as empresas consideram de fundamental importância na seleção de um local. São eles: mercado de mão de obra local; acesso aos mercados de clientes e fornecedores; disponibilidade de locais para desenvolvimento, fábricas e infraestrutura; transporte; oportunidades de educação e treinamento; qualidade de vida; clima comercial;

acesso a instalações de pesquisa e desenvolvimento; disponibilidade de capital; impostos e regulamentos.

Quanto aos incentivos fiscais promovidos pela cidade, é importante uma legislação municipal que privilegie o desenvolvimento, em particular o industrial, sem excesso de restrições legais, muitas vezes até desnecessárias, e sem excessivos níveis de burocracia, para implantação e operação do empreendimento.

Em relação às firmas já existentes no local, não se pode esquecer que uma empresa pode falhar ou sair de um determinado mercado devido à má gestão, às fracas infraestruturas comunitárias, ao início de uma recessão geral ou à busca de custos menores em outros lugares acentuando os problemas da cidade que abandona. Daí a necessidade do local ser sustentável a longo prazo, com uma diversidade econômica apropriada, sem ser dependente exclusivamente de um determinado setor, ou pior ainda, de somente uma grande empresa.

Por fim, é fundamental a constante avaliação do plano estratégico de desenvolvimento industrial local, pois ajustes podem e devem ser realizados sempre que necessários em função da dinâmica da economia.

5.3 Plano de Crescimento das Empresas Locais (3)

De modo geral, as ações envolvidas no plano de crescimento das empresas locais são:

- a) mapear as empresas já 'enraizadas' na cidade e no local;
- b) facilitar acesso aos instrumentos já existentes no município visando o desenvolvimento industrial (como, por exemplo, áreas e distritos industriais e o sistema de incentivos fiscais municipais);
- c) promover a capacitação para o conhecimento dos principais instrumentos de apoio financeiros/fiscais já existentes nos governos estadual e federal;
- d) criar redes de relações com as principais instituições de inovação local e do país (sistema nacional e regional de inovação);
- e) verificar a interligação das pequenas e médias empresas locais com empresas maiores já existentes na região ou atraídas no processo de desenvolvimento.

5.4 Plano de Marketing Industrial (4)

No marketing industrial, diferente do marketing de consumo, por exemplo, o comprador não está sozinho. No marketing de consumo o comprador ou o centro de compras

está efetivamente empenhado em comprar. O comprador analisa diversos vendedores e aspectos antes de decidir pela compra. Na indústria são encontradas poucas situações nas quais as decisões de compra sejam tomadas impulsivamente ou provocadas por apelos criativos de publicidade ou promoção (RIBEIRO et al., 2006). Tal fato mostra o planejamento por parte das empresas na tomada de decisões, especialmente as mais complexas, como a instalação da planta industrial em uma determinada localidade.

Kotler et al. (1994) procuram mostrar como o planejamento estratégico de marketing por parte das localidades, mais especificamente dos municípios, pode ajudar a preparar os lugares para lidar com tal situação. O plano de marketing industrial estabelece os argumentos para a ‘venda’ do município e do seu plano estratégico de desenvolvimento industrial local. Tais argumentos, como vantagens logísticas, espaço para instalação, infraestrutura, disponibilidade de financiamentos, aspectos associados à formação profissional, etc. devem ser ressaltados e serem de conhecimento tanto das ‘indústrias-alvo’ como da comunidade local.

5.5 Plano de Vendas (5)

Definidos os eixos estratégicos de desenvolvimento, com base nas potencialidades locais, nos concorrentes mais ameaçadores e nas tendências do ambiente macroeconômico, bem como o plano de marketing industrial, o governo local deve se ater ao plano de vendas do próprio município.

Antes de tudo, é imperioso estabelecer com clareza as formas com que o município, através de suas instituições de desenvolvimento industrial, irão buscar as empresas a serem atraídas (os ‘clientes’). Neste sentido, é imprescindível conhecer a estratégia global bem como a cultura industrial destas firmas. O tema cultural é especialmente relevante no caso de empresas estrangeiras, pois pequenos detalhes, muitas vezes considerados pouco relevantes, podem ser fundamentais no processo de escolha e localização na ótica desta empresa.

Em suma, o plano de vendas consiste basicamente na forma de abordagem que será empregada pelo município com a finalidade de atrair empresas para a região. Variadas e diferenciadas podem ser as estratégias, táticas e práticas adotadas que envolvem: análise estratégica da dinâmica da economia nos setores industriais considerados estratégicos para a cidade/local, relações com associações industriais nacionais e internacionais, feiras de negócios nacionais e internacionais, seminários voltados para os eixos considerados estratégicos pela cidade, visitas direta às empresas de interesse, etc.

5.6 Negociação com a Firma (6)

Após o vencimento das etapas já detalhadas, pertencentes ao método de aceleração do desenvolvimento industrial local, cabe, por parte do município, gerar uma proposta de valor específico para a empresa que se deseja atrair para a cidade.

Para Acuff (1993, p. 21): “a negociação é o processo de comunicação com o propósito de atingir um acordo agradável sobre diferentes idéias e necessidades”. Ou seja, neste momento, a cidade, através das ações da prefeitura, contando com parcerias com o governo do Estado, e em alguns casos com o governo nacional, e com os demais atores envolvidos deve alinhar os interesses do município e do local com os interesses da empresa alvo. Neste contexto, faz-se necessário construir um processo de confiança com os diferentes atores envolvidos reforçando, sempre que necessário, as vantagens competitivas do município em relação aos seus concorrentes. Neste momento, cabe ressaltar a importância dos atores públicos terem em mente o objetivo principal que é o desenvolvimento sustentável da cidade a partir de uma perspectiva de longo prazo.

5.7 Negociação com as Empresas Locais (7)

A negociação com as empresas locais, por parte dos atores da esfera pública, deve se dar de forma diferente da abordagem realizada junto às empresas que vem de fora do município. Entre outras razões, em função do fato de que as firmas enraizadas na região geralmente conhecem profundamente a realidade da cidade, em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, etc. O ponto aqui é como gerar/desenvolver estratégias e ações que envolvam a sinergia entre os atores público e privados (associações comerciais e industriais, empresas) e que permitam a realização de reinvestimentos eficazes por parte das firmas que já estão localizadas na cidade. Além disso, é essencial trabalhar para a conexão das pequenas e médias empresas locais com as grandes empresas que já atuam na região ou que estejam em processo de atração na cidade. Também, a partir das empresas já estabelecidas, é possível tratar de ações conjuntas visando a atração de novas empresas que sejam relevantes para o desenvolvimento industrial do município e do local.

Outro ponto relevante é que a empresa local vive a cultura da cidade e, portanto, é essencial que se sinta valorizada em relação às demais firmas, principalmente as recém-instaladas. Fontes de financiamento e reais oportunidades de crescimento aos empresários

loais devem ser alvo constante das preocupações das instituições públicas associadas com o desenvolvimento industrial do município.

5.8 Retroalimentação (8)

Segundo o método de aceleração inicialmente proposto pela pesquisa, os recursos gerados pelas firmas localizadas no município e, portanto, participantes do processo de desenvolvimento local, deverão retroalimentar a dinâmica econômica local, aumentando a produtividade, fortalecendo a infraestrutura, etc. Por conseguinte, a tendência é que haja um crescimento de diversos fatores positivos da cidade (econômicos, sociais e ambientais) que podem e devem ser utilizados no marketing do município.

No próximo capítulo será apresentada a análise de conteúdo das entrevistas realizadas na presente pesquisa, que tem o intuito de refinar o método proposto no presente capítulo (M0).

6 ELEMENTOS CRÍTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO DE ACELERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS (M1): ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM ATORES SOCIAIS RELEVANTES

Após a proposição do Método M0, construído a partir do referencial teórico e do estudo de caso realizado no município de Passo Fundo, é intento desta dissertação gerar um aperfeiçoamento do método. Para isto, na sequência, foi realizado a análise de conteúdo das entrevistas individuais feitas a partir da realização das entrevistas semiestruturadas. A ideia central consiste em identificar os elementos que podem contribuir para o desenvolvimento do método de aceleração do desenvolvimento industrial local das médias cidades brasileiras (M1).

Para isto foi feita a transcrição das 20 entrevistas. A partir daí realizou-se uma leitura ‘flutuante’ das entrevistas e deu-se início o processo de codificação. Tendo o parágrafo como unidade de contexto, e baseando-se no referencial teórico e nos tópicos pertinentes levantados pelos entrevistados no decorrer das respostas, identificou-se 68 temas, os chamados *codes* no *software Atlas.ti*, que na análise de conteúdo são denominados de unidades de registro. Tal procedimento permite sua posterior contagem, comparação, classificação, análise e inferência. É fundamental destacar que essas unidades de registro identificadas são justamente os elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras e que fazem parte do método de aceleração proposto ao final da pesquisa (M1).

O Quadro 6 apresenta as 68 unidades de registro detectadas e suas respectivas definições, baseadas na interpretação do autor da pesquisa em relação às afirmações dos entrevistados. Tal conceituação é importante na medida em que fundamenta a análise frequencial simples e as correlações entre as unidades de registro, além de outras inferências consideradas relevantes em determinados trechos das entrevistas.

Quadro 6 – Unidades de registro e definições

(continua)

Unidade de Registro	Definição
Acesso aos Benefícios Fiscais	Refere-se às exigências cadastrais feitas aos empresários e investidores para que os mesmos tenham acesso aos benefícios fiscais oferecidos pelo governo local.
Acompanhamento da Prefeitura	Consiste na assessoria do governo local (município) aos projetos de expansão e instalação de empresas, desde o seu planejamento até dificuldades que venham a surgir após a efetiva instalação da empresa.
Agência de Desenvolvimento	Entidade profissional ligada ao governo local (município) com foco na promoção do desenvolvimento.
APL	São as aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologias e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como: esferas de governo, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Decreto nº 48.936, de 20 de março de 2012 – Assembléia Legislativa do RS).
Apoio às Feiras de Negócios	Refere-se ao governo local estimular e promover feiras de negócios no município, objetivando a atração de investidores, novas empresas e aperfeiçoamento das empresas locais.
Área	Consiste no espaço oferecido pelo governo local à expansão de empresas locais e instalação de novas empresas.
Atividade Propulsiva	São as atividades voltadas à exportação. São aquelas responsáveis pelo ingresso inicial (ou ‘básico’, como prefere North, 1955) de recursos monetários no território. São as atividades pelas quais as regiões se vinculam à nação (PAIVA, 2013).
Atração de Grandes Empresas	Refere-se a estratégia do governo local em atrair empresas com um ativo total superior a 240 milhões de reais ou receita bruta anual superior a 300 milhões de reais (Lei nº 11.368 de 28 de dezembro de 2007 da Presidência da República).
Atrações	Características físicas e eventos que um determinado local possui que podem atrair cidadãos, novos moradores, visitantes, negócios e investidores (KOTLER et al., 1994).
Burocracia	Trata-se do conjunto de regras e normas utilizados pelo governo local em determinado procedimento gerencial ou operacional. Muitas vezes a palavra burocracia é usada, fora de seu contexto conceitual clássico, em tom pejorativo devido ao excesso de trâmites, muitas vezes desnecessários e/ou redundantes – neste caso, do prisma conceitual, trata-se de uma discussão a respeito da disfunção da burocracia (BRESSER-PEREIRA, 1980).

(continua)

Cadeia Produtiva	Refere-se ao conjunto de atividades ligadas entre si como elos de uma corrente, envolvendo todas as etapas da produção de um bem, desde o planejamento até a entrega ao consumidor (PAIVA, 2011).
Comunicação	Recurso básico ligado à infraestrutura de determinado local, fundamental para a comunidade local e para a instalação de determinado empreendimento.
Confiança	Consiste no governo local ter uma relação de honestidade e de cumprimento de compromissos junto aos investidores e empresários que desejam instalar seus empreendimentos no município, diminuindo os riscos e as incertezas dos mesmos.
Conhecimento	Trata-se do tratamento do conjunto de informações disponíveis adquiridas através da aprendizagem e da experiência, visando equacionar problemas conceituais e práticos.
Construção Civil	Atividade terciária induzida e indutora do desenvolvimento. Ramo de atividade que trata da construção e reforma de casas, portos, aeroportos, estradas, etc.
Continuidade do Plano de Desenvolvimento	Consiste na manutenção, de forma geral, do planejamento das ações ligadas ao desenvolvimento, mesmo com a troca do governo local. Ou seja, trata-se de transformar políticas de governo em políticas de Estado.
Cooperação	Quando há objetivo comum, interação e governança entre empresas e/ou demais atores participantes do processo de desenvolvimento local. (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2008).
Coordenação com Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento	Refere-se ao planejamento e às ações de desenvolvimento local (município) estarem alinhadas e/ou conectadas com o planejamento e as ações de desenvolvimento dos governos estadual e federal.
COREDE	Fórum de discussão, articulação, decisão e integração de políticas, ações, lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional e à redução das desigualdades regionais (PRÓ-RS V, 2014).
Desenvolvimento a Partir do Município	Consiste no planejamento e nas ações de desenvolvimento local partirem do próprio município o que não exclui, na verdade pode ser potencializada, a partir da interdependência com as políticas estaduais e nacionais de desenvolvimento.
Diálogo	‘Troca de ideias’ entre representantes do governo local e empresários ou investidores que desejam instalar seus empreendimentos no município, no intuito de chegarem a um consenso ao final do processo de negociação.
Diversificação	Consiste na estratégia do governo local em estabelecer economias que proporcionem ganhos pela transferência de conhecimento entre diferentes indústrias, contribuindo positivamente para a produtividade da economia local (GLAESER et al., 1992). Implica na busca do estabelecimento de várias indústrias distintas no espaço local de produção.

(continua)

Divulgação dos Benefícios Fiscais	Refere-se a capacidade de comunicação do governo local, em relação aos benefícios fiscais, junto aos empresários e investidores.
Educação	Refere-se ao nível de qualidade do ensino básico, médio e superior oferecido pelo governo local.
Empreendedorismo	São as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação (DOLABELA, 1999).
Emprego	Refere-se ao nível de ocupação profissional da comunidade local.
Energia	Recurso básico ligado à infraestrutura de determinado local, fundamental para a comunidade local e para a instalação de determinado empreendimento.
Envolvimento das Associações	Participação efetiva das associações no processo de desenvolvimento local, através de ações junto aos empresários e ao governo local, como por exemplo: intermediação de financiamentos, prestação de informações, promoção de feiras e eventos de negócios, etc.
Envolvimento das Instituições de Ensino	Participação efetiva das instituições de ensino no processo de desenvolvimento local, através de ações junto aos empresários e ao governo local, como por exemplo: realização de pesquisas aplicadas, criação de incubadoras de empresas, etc.
Especialização	Consiste na estratégia do governo local em estabelecer economias proporcionadas por aumentos na escala produtiva e pelas transferências de conhecimento dentro de uma indústria ou indústrias correlatas (GLAESER et al., 1992).
Financiamentos	Trata dos recursos disponibilizados às empresas através dos diversos programas de financiamento do Estado do RS.
Flexibilidade	Capacidade do governo local de se adaptar com rapidez às constantes mudanças exigidas pelo ambiente competitivo e de negociação industrial.
Fluxo	Refere-se à circulação dos recursos econômicos gerados no processo de desenvolvimento local, cujos excedentes retroalimentam este sistema.
Foco da Secretaria	Quando a secretaria de desenvolvimento do governo local desempenha atividades voltadas às ações prioritárias definidas previamente para o desenvolvimento local.
Gestão	Refere-se a um conjunto de tarefas que procuram garantir a aplicação eficaz de todos os recursos disponíveis no intuito de serem atingidos os objetivos pré-determinados.
Globalização	Consiste no processo de integração de mercados domésticos, no processo de formação de um mercado mundial integrado (PRADO, 2001).
Governança	Consiste na definição de regras, critérios para a tomada de decisão, responsabilidades e limites de autonomia e ação dos atores envolvidos. O papel da governança não é gerir, mas delimitar a gestão (ROTH et al., 2012).

(continua)

Imagem	Soma das crenças, das idéias e impressões que as pessoas têm de um determinado local (KOTLER et al., 1994).
Incentivos Fiscais	Consiste na possibilidade do governo local reduzir ou não cobrar impostos para as empresas que queiram se instalar, expandir ou se manter no município em troca de vantagens econômicas e sociais futuras para a localidade, como por exemplo, o aumento do número de postos de trabalho e da renda local.
Industrialização	Refere-se ao governo local ter a indústria como principal elemento de alavancagem do desenvolvimento.
Informação	Trata-se do conjunto de dados, tratados para fornecer sinteticamente as respostas às perguntas formuladas, ligados ao desenvolvimento e disponíveis à gestão do governo local.
Infraestrutura	Refere-se aos serviços básicos para que determinada localidade funcione. Portanto, abrange todas as questões ligadas à energia, água, educação, área, qualidade do meio ambiente, segurança, hotéis, hospitais, habitação, saneamento básico, comunicação, estradas e transporte (KOTLER et al., 1994).
Iniciativa Local	Atitude de representante do governo local (município) em determinar as ações necessárias para o desenvolvimento.
Inovação	Implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, de um processo, de um novo método de marketing, de um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas, ou ainda a reorganização de parte/toda a instituição (MANUAL DE OSLO, 2005).
Legislação	Refere-se ao conjunto de leis municipais ligadas ao desenvolvimento local.
Licenciamento Ambiental	Refere-se ao procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental (FEPAM, 2015). Implica, na prática, na obtenção das Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO).
Liderança	Capacidade de mobilização e influência de membro do governo local ou de entidade representativa junto à comunidade local para que determinados objetivos sejam alcançados.
Logística	Trata de todas as atividades de movimentação e armazenagem, que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição da matéria-prima até ao ponto de consumo final, assim como dos fluxos de informação que colocam os produtos em movimento, com o propósito de providenciar níveis de serviço adequados aos clientes a um custo razoável (BALLOU, 2006).

(continua)

Pessoas	Refere-se a qualificação da mão-de-obra local e a civilidade e hospitalidade da comunidade local (KOTLER et al., 1994).
Planejamento	Refere-se ao fato do governo local analisar previamente e organizar as ações que serão tomadas no processo de negociação junto aos empresários interessados em instalar ou ampliar seus empreendimentos.
Profissionalismo	Consiste no estabelecimento de atitudes profissionais, no sentido burocrático proposto por Weber, de representantes do governo local de acordo com a atividade desempenhada, especialmente no contato com empresários e investidores (WEBER, 2004).
Qualidade de Vida	Trata da condição de vida das pessoas, envolvendo fatores, tais como: distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, etc. (OLIVEIRA, 2002).
Qualificação das Pessoas no Setor Público	Trata do nível de qualificação e competência dos profissionais ligados ao serviço público local.
Qualificação dos Empresários	Consiste no nível de capacitação profissional, bem como da capacidade empreendedora dos empresários das firmas locais.
Relação de Confiança	Consiste no governo local ter uma relação de honestidade e de cumprimento de compromissos junto aos empresários locais, diminuindo os riscos e as incertezas dos mesmos.
Relação Direta	Consiste no governo local, sempre que possível, estabelecer uma relação de negociação diretamente com o empresário local, sem intermediários que não tenham poder de decisão.
Renda	Refere-se à remuneração por trabalho, como o salário ou por serviço, como aluguéis e juros.
Sala do Investidor	Espaço físico proporcionado pelo governo local e estadual para atendimento de empresários e investidores interessados em instalar ou ampliar empreendimentos.
Saneamento Básico	Recurso básico ligado à infraestrutura de determinado local, fundamental para a comunidade local e para a instalação de determinado empreendimento.
Saúde	Refere-se à qualidade do serviço de saúde oferecido pelo governo local, envolvendo hospitais, postos de saúde, número de leitos, etc.
Serviço	Atividade terciária induzida e indutora do desenvolvimento. Trata-se do comércio de bens e serviços.
Transparência	Consiste no governo local propiciar aos empresários e investidores, interessados em instalar ou ampliar seus empreendimentos, acesso às informações relativas ao município que sejam relevantes no processo de negociação.
Transporte	Deslocamento de cargas e pessoas por meio de diversos modais, tais como: rodoviário, aquaviário, aéreo, ferroviário.
Treinamento	Refere-se a ação de formação e capacitação de mão-de-obra, promovida pelo governo local, por entidades de classe ou pelas próprias empresas locais, com vistas a suprir suas necessidades.
Tributação Fiscal	Trata dos impostos estaduais cobrados das empresas, especialmente o ICMS.

(conclusão)

Valor Agregado	Processos e atividades incorporados a um produto ou serviço, que o valorizam em relação ao que ele era antes de esse processo ou atividade estar presente.
Visão Sistêmica	Consiste em construir uma visão do todo a partir de uma análise global dos sistemas em cena. Parte da noção de que a soma dos ótimos locais é diferente do ótimo global do sistema (GOLDRATT, 2003).
Visitas	Deslocamento de representantes do governo local a empresas de interesse no intuito de promover os pontos fortes da localidade e, por conseguinte, atrair investimentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 14 apresenta a frequência total das unidades de registro e seu número de aparições em cada grupo de entrevistados (empresários, especialistas e governo).

Tabela 14 - Frequência das unidades de registro (*codes*)

(continua)

UNIDADES DE REGISTRO	EMPRESÁRIOS						ESPECIALISTAS										GOVERNO						TOTAL	
	E1	E2	E3	E4	E5	TOTAL PARCIAL	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	TOTAL PARCIAL	E15	E16	E17	E18	E19	E20		TOTAL PARCIAL
Relação Direta			2			2										0							0	2
Relação de Confiança			2			2										0							0	2
Empreendedorismo	1					1			1							1						1	1	3
Especialização						0			1		1	1				3							0	3
Construção Civil			1		2	3										0						1	1	4
Atividade Propulsiva						0		1		1		1	1			4							0	4
Visitas					1	1			1				1			2					1	1	2	5
Qualificação dos Empresários	1				1	2							1			1			1	1			2	5
Agência de Desenvolvimento						0			1		1			1		3				2			2	5
Flexibilidade						0		5	1							6							0	6
Apoio às Feiras de Negócios	1	1			1	3									1	1						2	2	6
Globalização						0	2				1	2				5						1	1	6
Divulgação dos Benefícios Fiscais	1	1				2										0			1		2	1	4	6
Diálogo						0	1		2				1			4		1		1			2	6
Treinamento			1		1	2		1	1							2		1				1	2	6
Acesso aos Benefícios Fiscais	1	2	1			4										0			1			1	2	6
Sala do Investidor	1					1			1					2		3		1	1		1		3	7
Inovação				1		1			1			2				3			2		1	1	4	8
Acompanhamento da Prefeitura		2				2			1					2		3			1	1		1	3	8
Diversificação				1		1	1	1	1		1	1				5				1		2	3	9
Liderança	3					3				1					2	3				1	2		3	9

(continua)

UNIDADES DE REGISTRO	EMPRESÁRIOS						ESPECIALISTAS										GOVERNO						TOTAL	
	E1	E2	E3	E4	E5	TOTAL PARCIAL	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	TOTAL PARCIAL	E15	E16	E17	E18	E19	E20		TOTAL PARCIAL
Financiamentos						0		3		1				1		5		2			2		4	9
Comunicação	1					1		1		1	1					3		2	1	1		1	5	9
Saneamento Básico						0	2					1	1			4				2	1	2	5	9
Burocracia				1		1	1						1			2	2	3		1			6	9
COREDE					1	1		1	1		1	1	1		1	6					1	1	2	9
Energia			1			1		2					1			3		2	1	2		1	6	10
Continuidade do Plano de Desenvolvimento		1	1	1		3			2	2		1	1			6						1	1	10
Valor Agregado			1	1		2								2		2					5	1	6	10
Serviço	2	1			2	5	2		1		1					4					1		1	10
Conhecimento				2	1	3	1				1	4				6					1	1	2	11
Transparência				2		2			2				1	1		4	1	1			1	2	5	11
Envolvimento das Associações	1	1	1		4	7				1			2			3			1				1	11
Confiança				3		3			1			1	1	1	1	5	2			1	1		4	12
APL						0		1		1	2	1	1	1	1	7	1		1	1	1	1	5	12
Tributação Fiscal		1			1	2		1		1				1		3	3				2	3	8	13
Visão Sistêmica				2		2				1		1			2	4	2	1		1	2	1	7	13
Qualidade de Vida	1				1	2	3	1	1	3			2			10			1			1	2	14
Atrações	1	1			3	5	2		1	3			1			7			1		1	1	3	15
Qualificação das Pessoas no Setor Público		1		2		3			3					2		5	2	2		1	2	1	8	16
Gestão				1		1			4	2				1	4	11	1	1		1	1		4	16
Planejamento						0			1	2		1	2	2	2	10		1			2	4	7	17
Profissionalismo	2	1	1			4			3	1				6		10	2				1		3	17

(continua)

UNIDADES DE REGISTRO	EMPRESÁRIOS					ESPECIALISTAS										GOVERNO					TOTAL			
	E1	E2	E3	E4	E5	TOTAL PARCIAL	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	TOTAL PARCIAL	E15	E16	E17	E18		E19	E20	TOTAL PARCIAL
Emprego	1		2		3	6	3		1	2			2			8		1			1	1	3	17
Legislação	1			3		4					3		2			5	5				2	2	9	18
Governança		1		2		3	1	2	4	2	1		1			11					2	2	4	18
Informação				2	1	3		1		1	2	3		1		8	1	1		2		3	7	18
Atração de Grandes Empresas	1	2	2		6	11			3						1	4					1	3	4	19
Licenciamento Ambiental				1	1	2				1		1	1	2		5	5	4		2		2	13	20
Saúde	1	1			3	5	3			2	1	1	1	1	1	10			1		2	3	6	21
Envolvimento das Instituições de Ensino	2	1	1		2	6	3			1	1	1		1		7	1	1	2		2	2	8	21
Fluxo	1		1		2	4	3	2	4	2	3					14			1		3		4	22
Foco da Secretaria Desenvolvimento a Partir do Município	1	1	1	2		5			2	1	1			2		6		2			5	4	11	22
Cooperação				2		3		1	3	2	2	1			2	11	1	1	2	1	2	1	8	22
Coordenação Polít Est e Nac de Desenvolvimento	1					1		3	1	3	3	1	1		1	13		1	3	1	2	1	8	22
Renda	1		2	1	3	7	5	2	1	2		1	2			13		1			1	1	3	23
Incentivos Fiscais		1			2	3	2	2	1	1		2	1	1	1	11	1	2	2	1	3	3	12	26
Área	2	2	4		2	10		1	1	2	2			1		7		6	1	1	1	2	11	28
Transporte		1	2		3	6	3	2	1	2	1	1	2	1		13	1	1	1	4		3	10	29
Cadeia Produtiva			1		2	3	3	1	1	1		3	2	2	2	15	1	2	1	1	5	1	11	29
Iniciativa Local	4	1	3			8						1	1	2	3	7	1	1	3	1	8	1	15	30
Industrialização	1	3		1	2	7	2	2	3	2		1	1	2	2	15			2		7	1	10	32
Educação	2	1		1	3	7	4		1	3	3	1	2	1	1	16		1	1		4	3	9	32

(conclusão)

UNIDADES DE REGISTRO	EMPRESÁRIOS					ESPECIALISTAS										GOVERNO					TOTAL			
	E1	E2	E3	E4	E5	TOTAL PARCIAL	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	TOTAL PARCIAL	E15	E16	E17	E18		E19	E20	TOTAL PARCIAL
Imagem	3	2	1		3	9	3		4	1	1	1	2	1		13	2	1	1		6	2	12	34
Logística		1	1		3	5	1	2	1	2		1	2	2	2	13	3	3	1	3	4	3	17	35
Pessoas	2	1	1	1	2	7	1	1	3	5		2	4		2	18	3	1	1		1	5	11	36
Infraestrutura	3	3	6	2	4	18	11	3	3	3	2	2	3	3	1	31	3	6	2	4	3	2	20	69
TOTAL						224										456							364	1044

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 15 apresenta as 10 unidades de registro de maior frequência e seu percentual em relação à quantidade total.

Tabela 15 – Frequência de unidades de registro

Unidades de Registro	Percentual Total
Infraestrutura	6,61%
Pessoas	3,45%
Logística	3,35%
Imagem	3,26%
Educação	3,07%
Industrialização	3,07%
Iniciativa Local	2,87%
Cadeia Produtiva	2,78%
Transporte	2,78%
Área	2,68%

Fonte: Elaborado pelo autor.

As Tabelas 16, 17 e 18 apresentam as unidades de registro de maior frequência em cada grupo de entrevistados.

Tabela 16 – Frequência de unidades de registro do grupo dos empresários

Unidades de Registro	Percentual Empresários
Infraestrutura	8,04%
Atração de Grandes Empresas	4,91%
Área	4,46%
Imagem	4,02%
Iniciativa Local	3,57%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 17 - Frequência de unidades de registro do grupo dos especialistas

Unidades de Registro	Percentual Especialistas
Infraestrutura	6,80%
Pessoas	3,95%
Educação	3,51%
Industrialização	3,29%
Cadeia Produtiva	3,29%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 18 - Frequência de unidades de registro do grupo do governo

Unidades de Registro	Percentual Governo
Infraestrutura	5,49%
Logística	4,67%
Iniciativa Local	4,12%
Licenciamento Ambiental	3,57%
Imagem	3,30%
Incentivos Fiscais	3,30%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Partindo para a análise das Tabelas 14 e 15, percebe-se que o tema infraestrutura destaca-se com 69 aparições, ou seja, 6,61% do total de 1044 unidades de registro. A unidade de registro Pessoas, que vem em 2º lugar, representa 3,45% do total. Tal constatação só vem a confirmar a acentuada importância da infraestrutura no processo de desenvolvimento industrial local. Conforme Kotler et al. (1994, p.44):

[...] hoje em dia o dilema da atratividade se torna mais claro. Se um local pudesse, primeiro colocaria em ordem sua infraestrutura, acrescentaria algumas atrações, estimularia a hospitalidade e as habilidades de sua gente, e posteriormente divulgaria uma imagem diferenciada.

O autor continua o seu raciocínio, destacando que “[...] se a infraestrutura e as finanças estiverem ruins, a localidade não conseguirá recursos para melhorar a sua infraestrutura ou construir suas atratividades”. Sendo assim, aparece uma questão crítica a ser tratada pelo município uma vez que:

[...] com recursos limitados, o local acaba trabalhando primeiro na imagem e encorajando seu pessoal a ser mais amigável. Essa abordagem é realmente capciosa e em geral fracassa. Uma localidade precisa colocar sua infraestrutura em ordem e, no entanto, pode não ter dinheiro para fazê-lo (KOTLER et al., 1994, p. 44).

Cabe salientar que a unidade de registro infraestrutura foi predominante nos três grupos de entrevistados (empresários, especialistas e governo), conforme pode ser observado nas Tabelas 16, 17 e 18. Ainda, é relevante destacar que o tema tem seu maior percentual de importância destacado pelo grupo de entrevistados representado pelos empresários. Uma possível explicação para este fato pode estar associado com o fato de que os empresários tendem a estar mais diretamente ligados a esta questão da infraestrutura, ou seja, tendem a estar mais próximos das dificuldades associadas às suas respectivas firmas pela falta de infraestrutura do que os outros dois grupos. Alguns trechos de entrevista ratificam o quanto a

infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento local, tanto para a atração de novas empresas como para a ampliação e manutenção das já existentes. O Entrevistado 17 explicita que: *Existem também uma série de questões que normalmente as empresas colocam que são relevantes pra sua escolha.... a questão da infraestrutura tem aparecido como uma das principais”(17).*

O Entrevistado 5 destaca a relevância do tema da infraestrutura, em suas diferentes dimensões (ex: logística, aeroporto), a partir da ótica do empresário. Neste sentido, afirma que: *“O empresário, quando ele escolhe uma cidade, ou tem interesse em se instalar numa cidade, ele vem primeiramente ver a infraestrutura da cidade.... E pra efeito de empresa, a infraestrutura e a logística, o que nós temos de estradas pra que deem acesso a isso, o que nós temos de aeroporto”(5).*

No mesmo sentido, o Entrevistado 18 explicita as várias dimensões da infraestrutura dizendo que: *“A infraestrutura é uma atividade que perpassa todas essas atividades, todos esses setores. O mínimo que eu tenho que ter pra desenvolver é telecomunicações, energia, água, saneamento, transporte, ou seja, isso é condição sine qua non pra qualquer tipo de indústria”(18).*

Particularmente relevante é o tema da existência de uma área específica para a instalação rápida da empresa. Neste contexto o Entrevistado 16 afirma que: *“Se eu não estruturar área eu não tenho como discutir atração, entendeu?”(16).*

Outro ponto passível de ser destacado, após uma análise detalhada da Tabela 15, consiste no fato de três das unidades de registro (infraestrutura, pessoas e imagem) que aparecem nas primeiras colocações (1ª, 2ª e 4ª, respectivamente) fazerem parte do conjunto de quatro amplas estratégias, definidas por Kotler et al. (1994), para determinado local atrair visitantes, criar sua base industrial e aumentar suas exportações. A exceção são as atrações que, conforme a análise de conteúdo realizada, ocupa o 30º lugar.

Quanto à unidade de registro pessoas, que aparece com 3,45% do percentual de temas, parece não restar dúvidas de que recursos humanos qualificados proporcionam o crescimento das empresas locais e se constituem em um fator de atração inequívoco para a instalação de novas empresas para os municípios e locais. Além disso, a atração de empresas também tende a estar associada com a cultura local, na medida em que as pessoas pertencentes à comunidade local sejam amigáveis, prestativas e civilizadas (KOTLER et al., 1994). Sem o envolvimento efetivo da comunidade local, o que é diretamente dependente das pessoas e das instituições/organizações criadas na região (Universidades, Associações Empresarias, Centros

de Formação Profissionais etc.), o processo de desenvolvimento tende a não atingir os resultados desejados.

O tema das pessoas está associado diretamente com o da educação. A educação torna-se essencial no desenvolvimento de um município na medida em que boas escolas promovem recursos humanos qualificados para as empresas locais. Este fato é considerado relevante pelos executivos envolvidos no processo decisório de escolha de localidade para a instalação de determinado empreendimento, na medida em que eles desejam justamente bons profissionais em suas empresas e qualidade de vida à sua família. Segue depoimento do Entrevistado 10, discorrendo sobre o caso de Passo Fundo: *“As instituições de ensino e pesquisa, aí de Passo Fundo tem diferenciais competitivos importantes na UPF, tem escolas técnicas, institutos federais de educação... tu não vais conseguir fazer desenvolvimento no século XXI de uma forma empírica, artesanal, que se fazia há cinquenta anos atrás e foi um sucesso nas regiões da colonização das imigrações europeias, passou, né? Agora tem que ter algo mais. Então Passo Fundo eu considero uma região bem aquinhoada com relação a educação”*(10).

O discurso explicita significativas alterações da relação do tema da educação, em particular a educação profissional e tecnológica, nos últimos anos, deixando claro que as empresas são dependentes dos recursos humanos qualificados para que possam atingir alto nível de competitividade no mercado.

Entre as unidades de registro com maior frequência encontra-se a logística, com destaque especial ao posicionamento no grupo de membros do governo. Tal resultado pode estar relacionado ao fato dos entrevistados pertencerem ou terem pertencido a municípios e ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, que devido à sua localização geográfica, enfrenta sérios problemas ligados à questão logística. Sendo assim, o município no Estado que apresenta como um de seus diferenciais competitivos a logística, têm maiores chances na atração de empresas de maior relevância que tenham competitividade tanto no mercado externo como interno e, conseqüentemente, alto volume de carga a ser transportada. Trechos de entrevista destacam a importância da logística para o desenvolvimento local. O Entrevistado 11 trata do tema do Estado do RS, dizendo que: *“Hoje, no Rio Grande do Sul, uma empresa escolhe o local pela localização, e eu responderia pela logística, esse é o fator hoje determinante, logística”*(11).

A título de exemplo da importância estratégica da logística, considerando o município de Passo Fundo, o Entrevistado 3 postula que: *“Deixa eu te colocar assim, por exemplo, na estrutura de Passo Fundo também tem um outro detalhe, a logística pra nós é muito boa, esse*

detalhe pra nós é bem importante, tudo o que se pensar em transportadora, tudo o que se pensar em logística, por exemplo, você atinge facilmente”(3).

A partir de uma perspectiva mais ampla do desenvolvimento local, o Entrevistado 19 trata do tema da logística a partir de uma perspectiva transversal com relevância para vários segmentos da economia, dizendo que o: *“desenvolvimento na área de logística é importante pro município porque gera riqueza e gera valor, por mais que seja uma atividade transversal, porque ela pega a indústria, pega serviços, pega comércio, pega agricultura, a logística tá ligada a todos os setores da economia”(19).*

A imagem surge na 4ª colocação. Ao contrário do que possa parecer, elaborar e construir a imagem de um local é complexo, tendendo a exigir um amplo conjunto de pesquisas. Segundo Kotler et al. (1994), a criação de uma imagem forte que seja atraente para as empresas que queiram se instalar no município e, também, motivo de orgulho para as pessoas que ali residem, é parte de todo o processo de marketing da cidade. Isto é evidenciado nos depoimentos dos entrevistados. O Entrevistado 8 trata do tema do marketing da cidade e sua relação com a marca. Afirma que: *“Marketing de cidade é você conseguir primeiro que a cidade tenha uma vocação, uma marca dela. Segundo é desenvolver uma marca da cidade, não é uma marca da administração, aquela babaquice “cuidando da cidade”, “fazendo o futuro”, não, a marca é a cidade ter a sua marca, ter a sua identidade representada na cidade fisicamente, e ter uma programação de promoção com material”(8).*

A partir da definição da marca e da estratégia de marketing, o Entrevistado 8 coloca a necessidade do desdobramento das ações em função de profissionais qualificados nesta disciplina, sugerindo que: *“você ter um material de qualidade, com inglês de qualidade. Mas pra ter isso você precisa de gente qualificada”(8).*

Porém, a construção da marca e do marketing da cidade pode não estar conectada com o desenvolvimento industrial local. O Entrevistado 12 discorre criticamente sobre o tema a partir da análise do caso da cidade de Pelotas. Do seu ponto de vista: *“Você vê o caso de Pelotas, por exemplo, é uma cidade que tem tudo, e não acontece, por quê? Um pouco porque a promoção, eu vejo assim, tem se dado muito pelo aspecto cultural, não se tem vendido uma imagem de arrojo empresarial, de vontade de fazer acontecer, não se vê. Pelotas é uma cidade que se promove em termos de arte, cultura, mas não se promove empresarialmente, nunca se promoveu. Eu acho que ela precisa mobilizar forças e tentar campanhas de divulgação, de promoção”(12).*

Neste discurso é possível observar que a construção da marca e do marketing da cidade, tendo em vista seu desenvolvimento industrial, exige a especificidade da vontade política dos dirigentes em estabelecer uma estratégia objetiva para esta finalidade.

O tema industrialização, que conforme o Quadro 6, se refere ao governo local ter a indústria como principal alavanca do desenvolvimento, aparece com frequência significativa. O Entrevistado 5 reforça a centralidade do setor industrial no desenvolvimento local, afirmando que: *“Todos eles hoje têm interesse na industrialização, porque hoje industrializar é muito mais fácil e abrange muito mais renda pro município, em todos os ramos de atividade, e muito mais empregos. Então a indústria hoje chama muito mais do que o comércio, especificamente, mas o investimento pra se atrair uma grande empresa também é muito maior”*(5).

Ou seja, segundo o Entrevistado 5, são as empresas industriais que são o elemento motor essencial para o desenvolvimento da cidade nas suas dimensões comerciais e de serviços. Isto é corroborado pelo pensamento do Entrevistado 6, que diz: *“na indústria, que é o teu caso, é justo o setor mais dinâmico da economia, ele não afeta só a indústria, ele afeta todos os setores, tanto de setor primário quanto terciário”*(6).

Porém, é relevante ressaltar que as empresas industriais estão submetidas a forte concorrência industrial. O Entrevistado 4 chama a atenção para este fato, destacando o papel da inovação no processo competitivo, dizendo que: *“De outra forma, a indústria é o único lugar muito parecido, em termos de competição, com o que existe nos ecossistemas naturais. Marcou bobeira, tu danças. Então é ali que qualquer inovação, qualquer adaptação, mutação bem sucedida, pode nos dar um ganho ambiental muito grande... o lugar que a gente deve investir energia pra que as coisas mudem, inclusive ambientalmente, são os ecossistemas industriais. É onde eu vejo isso. não é no comércio, é na indústria, porque lá é onde as coisas acontecem”*(4).

A iniciativa local se apresenta como a 7ª unidade de registro mais frequente nas entrevistas realizadas para a pesquisa. Conforme Barquero (2001) a teoria do desenvolvimento endógeno, base do processo de desenvolvimento industrial local sob análise da pesquisa, é uma interpretação orientada para a ação. Para isto os atores locais determinam o caminho de crescimento da economia local através de suas decisões de investimento e suas iniciativas. O Entrevistado 19 discorre sobre o tema associando o desenvolvimento local com o protagonismo e atitudes locais, postulando que: *“Primeiro, o desenvolvimento local tem que ter atitude local, é um princípio básico, e saber que você tendo a atitude, você também tem*

que reconhecer a existência, e a necessidade do protagonismo do poder local no momento de ele construir um modelo de desenvolvimento local”(19).

No discurso do Entrevistado 19 é possível perceber a importância dos dirigentes locais para a construção do pensamento estratégico, e das ações daí derivadas, para que as proposições de desenvolvimento industrial local possam ser efetivadas. Isto envolve o estabelecimento de lideranças individuais locais, respaldadas no poder público, nas organizações locais e nas empresas. O Entrevistado 1 explicita o tema com clareza: *“como é que veio de instalar a Manitowoc aqui em Passo Fundo? É porque alguém daqui se movimentou pra trazer e fez, e provavelmente foi o Cittolin, me lembro bem, se movimentou pra trazer”(1).*

A cadeia produtiva, que aparece entre as 10 unidades de registro mais frequentes nas entrevistas da pesquisa, se constitui num elemento valioso para a promoção do desenvolvimento local. Segundo o Entrevistado 13 o tema das cadeias produtivas está relacionada com a geração de Pólos de Desenvolvimento. Neste sentido, ele diz que: *“quanto mais tu puderes trazer atores das cadeias que são vistas como estratégicas pra perto, melhor... Tu tendes a criar um polo de desenvolvimento”(13).*

Um exemplo que exemplifica a conexão das grandes empresas com o desenvolvimento local está explicitado no discurso do Entrevistado 3: *“A Manitowoc, antes de se instalar, nos procurou pra desenvolver os uniformes pra 5 ou 6 setores lá dentro, a gente fez todo o desenvolvimento do produto, tem que ter um estilista dentro da empresa, tem que ter desenhista e assim vai, a gente desenvolveu os modelos... eu tive uma parcela do produto deles lá, veio a Ambev, eu tenho uma parcela de produtos vendidos lá dentro”(3).*

O tema transporte também foi considerado relevante pelos entrevistados da pesquisa. Não resta dúvida quanto à importância do sistema de transporte como um dos elementos de suporte ao desenvolvimento. É através dos transportes que as mais diversas relações econômicas e sociais podem sair do plano potencial para se tornarem efetivas (IBGE, 2013). O Entrevistado 18, por exemplo, em função dos custos financeiros envolvidos, salienta a importância da diversificação de modais de transporte no planejamento do governo estadual, explicitando que: *“a gente vai trabalhar a infraestrutura como um todo, não só transporte rodoviário, mas rodoviário, aquaviário, ferroviário. Nós temos que fazer uma ferrovia norte-sul, por exemplo”(18).*

Além disso, cabe ressaltar a relevância na facilidade de transporte dos executivos das grandes indústrias, um detalhe muitas vezes decisivo no processo de escolha de instalação de uma determinada empresa em uma localidade. Nesse sentido, o Entrevistado 8 declara: *“É*

fundamental você ter uma logística competitiva, e aí é fundamental o aeroporto, o pessoal sempre pensa em escoamento da produção, mas é fundamental o deslocamento executivo”(8).

A unidade de registro área, tida como a 10ª mais frequente, surge preponderantemente nas entrevistas como elemento básico para a instalação e/ou ampliação de uma empresa em determinado município. Muitas vezes a área é fator decisivo no processo de negociação entre o governo local e o empresário que deseja situar seu empreendimento na cidade. O Entrevistado 13 trata de forma clara o tema, postulando que: *“O grande trunfo dele é isso aí, porque pra uma empresa escolher o local, fora todos os incentivos que possam acontecer, se não tiver uma área adequada pro teu empreendimento, que tu possas pensar numa expansão, que tu possas desenhar o macro layout industrial de uma forma adequada, que tu tenhas um acesso adequado, próximo a asfalto, e tal, poder tratar da tua logística, esse é o grande trunfo”(13).*

Como as empresas para serem atraídas ou se expandirem, necessitam de áreas específicas com condições de infraestrutura adequadas e o tratamento ambiental equacionado, este se torna um fator essencial na competição entre os municípios para terem as empresas instaladas. Neste ponto parece essencial, a partir de um prisma mais amplo, ações de planejamento associadas com a organização dos chamados Distritos Industriais (DIs) relacionados com as ações de Estado Regional e as Áreas Industriais (AIs) ligadas com o Município. O Entrevistado 18 explicita a questão: *“tem que criar e organizar um distrito industrial, levar infraestrutura pra esse distrito, não adianta tu trazer uma empresa pro teu município se tu não tens um local pra colocar o cara, tu não tens infraestrutura, não tens terreno, terraplanagem, nada”(18).*

Aqui é relevante destacar que uma vez definida a Área Industrial dos Municípios, bem como a sua regularização, torna-se óbvio a necessidade de focar e realizar os devidos investimentos na infraestrutura do local (água, energia, telecomunicações, estradas de acesso, etc.).

Porém, críticas a ações governamentais associadas às práticas do Estado Regional apareceram nos discursos. O Entrevistado 16 diz que: *“Pra tu veres que o Estado é tão incompetente em regulamentar essas áreas, que o que que acontece? Alguém vai lá e compra uma área, faz uma área toda cercada com lotes bem definidos e vende pro mercado e o mercado compra. Por que? Porque tem carência, não tem pra onde expandir”(16).*

Outra análise, possível de ser realizada a partir da Tabela 14, trata-se da quantidade de entrevistados que se referem, ao menos uma vez, a um dos elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras. Nesta situação, dentre as 68

unidades de registro identificadas, a infraestrutura ainda é a mais citada, já que todos os atores que participaram da pesquisa a citaram em seus discursos. Ainda tendo como base a Tabela 14, observando-se a Tabela 15, notou-se também que os cinco temas mais frequentes (infraestrutura, pessoas, logística, imagem e educação) não sofreram alterações em termos percentuais que modificassem as suas colocações (os elementos pessoas e logística sendo citados por 85% dos entrevistados e logística e imagem sendo mencionados por 80% dos respondentes), o que reforça a análise feita alicerçada na frequência geral das unidades de registro. Cabe destacar que os temas cadeia produtiva, transporte e incentivos fiscais (este elemento, na maioria das vezes, sendo considerado importante, mas não determinante na instalação de uma nova empresa ou manutenção de uma firma já existente, como se verá no capítulo 7) também foram citados por 80% dos entrevistados, pois são elementos relevantes no processo de desenvolvimento industrial local.

Analisando as Tabelas 15, 16, 17 e 18, percebe-se que somente 2 unidades de registro não estão presentes entre os 10 temas de maior frequência na análise de conteúdo das entrevistas: atração de grandes empresas que se destaca no grupo dos empresários e licenciamento ambiental que se destaca no grupo do governo. Em relação à atração de grandes empresas, de certa forma, o que pode explicar tal resultado entre os empresários, consiste no fato dos membros entrevistados pertencerem a empresas já instaladas. O ponto a destacar refere-se a alteração das políticas públicas e da própria cultura de desenvolvimento industrial local, especialmente no que tange a relação estabelecida entre as grandes empresas e as pequenas e médias empresas. O entrevistado 8 refere-se ao tema, postulando que: *“Se evoluiu muito essa visão em relação a uma visão que existia antigamente de que a pequena e média faziam uma relação antagônica com o grande negócio. É fundamental, a partir do grande negócio, você não apenas criar a oportunidade de encadeamento produtivo, de serviços, principalmente a questão da prestação de serviços à grande empresa e principalmente dar um choque de produtividade, porque você tende a criar uma interação dos executivos da grande empresa com o meio empresarial local, e você vai melhorando o nível de gestão, de interlocução”*(8).

No discurso do Entrevistado 8 fica claro que, ao contrário do antagonismo entre as pequenas e médias empresas e as grandes empresas, é possível pensar que a atração de grandes empresas para os locais tem o potencial de alavancar, não só a cadeia produtiva regional, como os segmentos de serviços e comércio. De outra parte, na medida em que pode trazer novas práticas de gestão e de produtividade, a grande empresa pode contribuir para o

desenvolvimento competitivo de empresas que já atuam na região, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento das cadeias produtivas locais.

No intuito de melhorar a competitividade, a moderna empresa industrial vem crescendo de tamanho e aperfeiçoando sua organização. Entretanto, de acordo com Barquero (2001) a necessidade de trabalhar com economias de escala na produção, nas compras e nas vendas, de acordo com a lógica da organização hierarquizada das funções da empresa, limitava a vinculação das plantas subsidiárias, deixando pouca margem de manobra para as direções das unidades periféricas na busca da endogeneização das atividades produtivas no território. Conforme Veltz (1993), as grandes empresas foram adotando modelos de organização mais flexíveis e passaram a utilizar estratégias que lhes permitem manter relações mais eficientes entre suas diferentes unidades e entre estas e seus fornecedores e clientes. Sendo assim, foram sendo estreitados os vínculos com as firmas e instituições locais das cidades e regiões onde suas plantas estão localizadas (VELTZ, 1993).

Barquero (2001) conclui que as grandes empresas modernas servem de catalisador para os processos de desenvolvimento econômico local, na medida em que os investimentos externos fomentam o surgimento e o crescimento das empresas locais, o aumento das trocas locais e a melhor qualificação dos recursos locais, impulsionando o desenvolvimento auto-sustentado. Tais afirmações vêm ao encontro das constatações que vêm sendo expostas no decorrer deste trabalho, ou seja, não só é possível, como é necessária a presença das grandes empresas no processo de desenvolvimento local, desde que haja aderência entre a estratégia das mesmas com o plano de desenvolvimento do governo da localidade.

Já no que tange ao tópico licenciamento ambiental, cabe destacar a preocupação especial dos membros entrevistados do governo, principalmente devido à demora nos trâmites legais envolvidos na liberação ambiental para instalação ou ampliação de uma determinada empresa. O ponto aqui é que o não equacionamento eficaz do tema ambiental tende a ocasionar a perda por parte do governo local de muitos empreendimentos e, por conseguinte, um atraso no processo de desenvolvimento do município. A seguir, o Entrevistado 18 trata do tema: *“Outro grande problema do desenvolvimento: licenciamento ambiental. E aí, o problema do licenciamento ambiental é que ele tem dois lados, um é o lado do órgão ambiental, que é travado, lento, tem um monte de problemas, e o outro lado é do empreendedor, que quer fazer tudo nas coxas”*(18).

Percebe-se no discurso do Entrevistado 16 em observar que o tratamento ambiental, Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), necessita ser melhor equacionado e pensado, não só do prisma do governo – agilizando a tramitação dos

processo, como da ótica das empresas privadas – através do correto trabalho de atendimento aos requisitos ambientais que constam na legislação. Trata-se de uma posição equilibrada em relação ao tema. O Entrevistado 16 deixa claro a importância relativa ao tema ambiental, no contexto mais amplo dos fatores a serem tratados simultaneamente no empreendimento, dizendo que: “*Então, pra mim, se tem um benefício, um incentivo que não seja em termos de impostos, hoje, não tenho nenhuma dúvida, que seriam os licenciamentos priorizados e agilizados*”(16).

Na sequência, a Tabela 19 apresenta as unidades de registro que tiveram o maior número de coocorrências nas entrevistas da pesquisa.

Tabela 19 – Quantidade de coocorrências entre as unidades de registro

Unidade de Registro	Unidade de Registro	Quantidade de Coocorrências
Infraestrutura	Logística	28
Infraestrutura	Transporte	26
Infraestrutura	Educação	23
Educação	Saúde	20
Infraestrutura	Área	19
Infraestrutura	Pessoas	15
Infraestrutura	Saúde	15
Renda	Emprego	15
Logística	Transporte	14
Educação	Imagem	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando-se a Tabela 19, é possível constatar que a unidade de registro infraestrutura, até pelo quantitativo levantado na análise frequencial simples, está associada, de forma multimensional, com os seguintes temas: i) logística; ii) transporte; iii) educação; iv) área; v) pessoas; e vi) saúde. Conforme definição do Quadro 6, todos estes temas fazem parte das questões ligadas diretamente à infraestrutura. Além disso, outras coocorrências merecem destaque:

- educação e saúde: em geral, saúde e educação são elementos que andam de ‘mãos dadas’. Ambas as unidades de registro são consideradas básicas para um efetivo desenvolvimento econômico e social;
- renda e emprego: normalmente, um maior número de empregos gera um aumento da renda, o que contribui para a sustentabilidade do desenvolvimento local;
- logística e transporte: logicamente, o transporte é o elemento fundamental da qualidade logística de um determinado local;

- educação e imagem: a unidade de registro educação é o elemento mais citado quando se fala na imagem de um local. Significa que é de extrema relevância, segundo a pesquisa, proporcionar profissionais qualificados e escolas de bom nível para a comunidade local, bem como para eventuais profissionais que desejem investir no município através, por exemplo, da instalação de uma empresa. Tudo isto alimenta o processo de desenvolvimento local.

Em função da infraestrutura estar presente na maioria das análises de coocorrência, decidiu-se estabelecer um recorte nos resultados obtidos com a análise de conteúdo para um aprofundamento da análise de associações entre as demais unidades de registro. Sendo assim, se selecionou as 20 unidades de registro com maior frequência (mais relevantes, conforme a análise de conteúdo) e se levantou as unidades de registro com maior número de coocorrências em relação a esses 20 temas, conforme a Tabela 20.

Tabela 20 – Quantidade de coocorrências das unidades de registro de maior frequência

(continua)

Unidade de Registro (A)*	Unidade de Registro (B)*	Quantidade de Coocorrências
Infraestrutura	Logística	28
Pessoas	Infraestrutura	15
Logística	Infraestrutura	28
Imagem	Infraestrutura	10
Educação	Infraestrutura	23
Industrialização	Infraestrutura	10
Iniciativa Local	Infraestrutura	8
Cadeia Produtiva	Infraestrutura	7
Transporte	Infraestrutura	26
Área	Infraestrutura	19
Incentivos Fiscais	Infraestrutura	9
Renda	Emprego	15
Coordenação com Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento	Desenvolvimento a Partir do Município	7
Cooperação	Envolvimento das Associações	5
Desenvolvimento a Partir do Município	Coordenação com Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento	7
Foco da Secretaria	Iniciativa Local	5
Fluxo	Renda	8
Envolvimento das Instituições de Ensino	Envolvimento das Associações	6

		(conclusão)
Saúde	Educação	20
Licenciamento Ambiental	Burocracia	5

* (A) Unidades de Registro com maior frequência

* (B) Unidade de Registro com maior número de coocorrências em relação à unidade de registro com maior frequência

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 20 mostra que 10 unidades de registro com maior frequência possuem o maior número de coocorrências relacionadas com o tema infraestrutura. Além disso, as coocorrências renda e emprego; saúde e educação já foram analisadas anteriormente.

Desta forma, restaram as seguintes coocorrências:

- coordenação com política estadual e nacional de desenvolvimento e desenvolvimento a partir do município: mesmo o município sendo o protagonista do desenvolvimento, é indispensável que o governo local realize seu planejamento estratégico de desenvolvimento calcado e inter-relacionado nas políticas estadual e nacional de desenvolvimento. O Entrevistado 12 deixa muito claro o tema, afirmando que: *“Pra você ter um plano estadual, você precisa saber quais são os referenciais nacionais; pra você ter um municipal, você precisa saber quais são os federais e os estaduais”*(12).
- cooperação e envolvimento das associações: o envolvimento efetivo das associações no processo de desenvolvimento local compreende a cooperação direta e efetiva entre as diferentes instituições. Segue trecho de entrevista do ex-presidente e atual membro do Conselho da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio de Passo Fundo (ACISA) – Entrevistado 5, tratando do tema a partir da ótica de sua cidade: *“Nós temos uma dificuldade também na mão de obra hoje em vários segmentos, por isso mesmo a entidade se preocupa juntamente com o Sebrae, com o Senai, com o Sesc pra dar formação técnica pra quem queira trabalhar. Eu costumo dizer hoje que quem está desempregado é quem efetivamente não quer trabalhar, porque existe uma demanda hoje, tá muito reprimido isso, e tem vários órgãos hoje tentando fornecer a tal de capacitação técnica.....Nós não temos o problema que ocorre em outras cidades, que cada entidade puxa para o seu lado e que a prefeitura fica distante deles. Aqui nós temos uma interação muito importante com todas as entidades e que envolve o poder público, tanto o executivo quanto o legislativo”*(5).

- foco da secretaria e iniciativa local: importante salientar que tanto os entrevistados vinculados ao processo de desenvolvimento local no município de Passo Fundo como os que não possuem ligação direta com a cidade, entendem que o governo local deve ter atitude com foco nas ações realmente relevantes ao desenvolvimento. Neste sentido, o Entrevistado 19 afirma que: *“Na indústria três eixos: o eixo da metal mecânica, o eixo do agronegócio, e o eixo do conhecimento, esse três eixos que nós acabamos tomando... Então é assim, nós assumimos e tivemos que começar a trabalhar. Por que deu certo? Porque nós tivemos atitude desde o primeiro dia, e nós definimos pra que lado nós queríamos, e nós sabíamos que nada acontece por acaso”*(19).
- fluxo e renda: a renda gerada pelo desenvolvimento local deve permanecer no fluxo do processo de desenvolvimento, retroalimentando-o, conforme sugere o Entrevistado 8: *“Você conseguir que as pessoas ganhem o seu dinheiro, desenvolvimento local tem tudo a ver com fluxo, se você dominar a lógica do fluxo, de onde vem o dinheiro, onde ele fica e pra onde ele vai, você consegue pensar em desenvolvimento local de uma maneira correta”*(8).
- envolvimento das instituições de ensino e envolvimento das associações: os entrevistados ao salientarem a importância da participação da sociedade local no processo de desenvolvimento, destacam o envolvimento das instituições de ensino juntamente com as associações de classe. Neste sentido, o Entrevistado 11 fez a afirmação que se segue: *“Quando nós falamos de desenvolvimento local é preciso destacar que a proximidade geográfica gera maior interação é porque as instituições estão próximas, então a instituição lá, o laboratório de pesquisa conversa com a empresa, a empresa conversa com a universidade, a universidade com o governo, o governo conversa com as associações de classe, é a interação, a troca de informações que vai dinamizar esse desenvolvimento”*(11).
- licenciamento ambiental e burocracia: a morosidade e a complexidade dos trâmites legais envolvidos no licenciamento ambiental, ou seja, a burocracia no seu sentido pejorativo, representa um gargalo ao processo de desenvolvimento local. O entrevistado 15 ratifica tal afirmação: *“Então assim ó, hoje o servidor público tá numa situação, e tu tens que entender esse lado também que é o seguinte, o cara tá assinando lá, assinou uma licença, vem um maluco e diz “Ah, essa licença foi nas coxas”, vai no Ministério Público, não precisa nem te identificar, aí o Ministério*

Público abre um processo contra o cara. O cara é servidor público, tem que se defender, pra se defender tem que contratar um advogado, quem é que paga o advogado dele? É ele mesmo. Então parte disso aí tá nesse sistema aí, então se eu não disser nada, não vai acontecer nada comigo”(15).

A afirmação acima explicita os limites institucionais do tratamento da questão ambiental no RS e no Brasil, na medida em que os profissionais que tratam da questão ambiental, ao contrário de terem suas ações respaldadas juridicamente pelas instituições em que trabalham, precisam arcar com sua defesa pessoal no caso de identificar qualquer tipo de anormalidade. Por evidente, os profissionais envolvidos necessitam se assegurar completamente dos pareceres que emitem, o que tende a aumentar o tempo de elaboração dos laudos ambientais.

No capítulo seguinte se propõe o método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M1).

7 MÉTODO DE ACELERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL LOCAL DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS (M1)

As disparidades se agravam com o crescimento desigual, independentemente do local onde o analista coloca as fronteiras regionais. Dessa forma, determinar os mecanismos que causam e aceleraram o processo de desenvolvimento é que tem fundamental importância (SOUZA, 2009, p. 21).

7.1 Pressupostos do Método de Aceleração Proposto (M1)

Segundo Paiva (2011), uma das principais dificuldades para se implantar um programa de desenvolvimento local é o fato de que parte da comunidade não acredita em sua competência técnica e/ou financeira para enfrentar e superar os inúmeros obstáculos com os quais se depara. O referido autor coloca, então, a seguinte questão: ‘Como acelerar o desenvolvimento de um local sem investimentos pesados e só financiáveis com recursos externos, sem um grande volume de importação de tecnologia e mão-de-obra, e que mobilizem muitas pessoas comprometidas com os sistemas produtivos tradicionais e consolidados (quando não estagnados)?’. Este questionamento vem ao encontro da resposta à questão de pesquisa, justamente o objetivo deste trabalho.

O autor desta dissertação defende a adoção do método de aceleração na medida em que, apesar da existência de complexidade dos elementos que fazem parte do processo de desenvolvimento industrial local e das características singulares de cada cidade média brasileira, nada impede a aplicação do referido método com eventuais adaptações, caso isto se faça necessário. Cabe trazer à tona Barquero (2001) que afirma não existir um único caminho para o desenvolvimento e que o processo de desenvolvimento local pode ser articulado em torno de qualquer tipo de atividade, desde que suas unidades produtivas sejam competitivas. Seguem alguns trechos das entrevistas realizadas nesta pesquisa que sugerem a relevância do método de aceleração proposto (M1). Segundo o entrevistado 8: *“Uma região de alta produtividade, alto capital, uma excelente logística global, ela vai atender a diversificação. Um local de baixo capital social, com uma logística mais específica, e vinculação a mais de um empreendimento produtivo específico ele vai atender à especialização. O desenvolvimento da cidade ou região é um pouco parecido com a medicina, cada caso é um caso. Mas o que não te impede que a maneira de você analisar é importante para o desenvolvimento, é importante você ter métodos para analisar. Quer dizer, o mesmo método que eu tenho, eu analiso diversos locais, eu chego a conclusões diferentes”*(8).

É preciso ter em mente que o método M1 pode contribuir no sentido de estabelecer uma trilha para tratar o tema do desenvolvimento industrial de médias cidades brasileiras. Neste sentido o Entrevistado 14 afirma que: *“Define vocação, define foco do negócio, monta uma estratégia, meu amigo, e vamos ver o que tem de bom, de ruim, e vamos tocar ficha, vamos baixar a cabeça e vamos atrás. Propor um método com pressupostos de desenvolvimento é possível”*(14).

Por evidente, o método necessita ser suficientemente flexível para, a partir de um roteiro básico pré-estabelecido, possa considerar as diferentes realidades municipais/locais. Isto permite propor soluções adequadas a cada realidade a partir de um método comum. O entrevistado 8 trata deste tema dizendo que: *“É claro que você pensar, por exemplo, em Passo Fundo, com vantagens logísticas, tem grandes áreas, é diferente de São Leopoldo, por exemplo, que é uma cidade que quase não tem área disponível, e você tem um polo tecnológico, é totalmente diferente. Existe uma política industrial para cada local. Agora, os protocolos, a maneira de analisar, pode ser única. Então você pode desenvolver um modelo, que eu acho que é isso que tu estás procurando, mas que ele possa se adaptar, que você possa chegar em qualquer lugar e adaptar”*(8).

Porém, é importante destacar a generalidade e universalidade dos temas centrais associados ao desenvolvimento industrial. Um dos exemplos é o tópico da infraestrutura. O entrevistado 20 ilustra este posicionamento: *“um dos grandes fatores de desenvolvimento local é a infraestrutura porque tanto distrito industrial, energia, água, comunicação, cursos técnicos, mobilidade urbana, segurança, saúde e educação são questões que uma grande empresa que vai para um município já tem conhecimento, tendo às vezes muito mais dados do que o próprio município que deseja atrair essa empresa. E sabendo quais são os fatores que uma indústria leva em consideração pra ser atraída pra uma região, acho que pode melhorar significativamente a metodologia do município, ou seja, se tu sabes o que está sendo procurado, tu acabas trabalhando isso”*(20).

Porém, antes de se analisar o método de aceleração proposto para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras, é importante contextualizá-lo. Primeiro, é fundamental esclarecer a proposta do referido método do desenvolvimento se dar a partir do município. A iniciativa do processo de desenvolvimento ter origem no município não significa que o desenvolvimento ocorrerá somente na cidade, pois a abrangência é local, envolve municípios vizinhos de menor porte, e este é o verdadeiro princípio associado ao desenvolvimento local. Conforme foi argumentado no capítulo 1 desta pesquisa, quando o território-foco é o município, raramente ele é o território-relevante, pois este último trata-se de

uma região mais ampla (PAIVA, 2013). Tal pensamento é fundamental ao se traçar o plano estratégico do desenvolvimento industrial local, que se verá mais adiante. Na continuação, alguns depoimentos colhidos nas entrevistas desta pesquisa que estão alinhados com estes pressupostos. Neste sentido, o entrevistado 1 afirma: *“sou um defensor da iniciativa local a partir do município, pois é ele que realmente conhece os problemas da comunidade local, do empresariado. Mas tudo isso com um planejamento e com, principalmente a administração pública, sabendo aonde quer chegar”*(1).

Na mesma direção, o entrevistado 19 postula que: *“o primeiro modelo de desenvolvimento tem que ser o local, e o local eu entendo a cidade. A cidade constrói o seu modelo, e você se une com essas cidades da tua abrangência pelo impacto, ou pelas convergências, onde um modelo soma com o outro”*(19).

Isto implica em perceber que a célula mínima do desenvolvimento, por assim dizer ‘o DNA do desenvolvimento’ é o município e o poder público local. O entrevistado 4 expressa sua opinião: *“empiricamente, há muitos anos atrás eu já tinha essa sensação, de que a célula master desse negócio todo é o município...Eu acho que o município é o princípio de tudo, é onde as coisas iniciam a dar certo e iniciam a dar errado”*(4).

No mesmo sentido, o entrevistado 9 afirma que: *“Tendo por base o desenvolvimento, penso que o fator chave, o foco, realmente é a cidade porque é ela que tem a estrutura de governo e a estrutura social e cultural. Você tem a proximidade da população e um mix de empresas e recursos. O foco a nível de cidade é o melhor caminho para realmente fazer o desenvolvimento econômico”*(9).

Também, é necessário ter claro, a percepção de que o desenvolvimento endógeno é dependente de uma postura de cunho municipal/local. Nas palavras do entrevistado 18: *“O desenvolvimento só funciona se o município puxar ele, porque tudo acontece no município. O estado é um ser etéreo, e não físico. A única coisa física é o município. Então se o município não fizer a parte dele no desenvolvimento, ele não vai ter desenvolvimento”*(18).

Ainda, em um país de dimensões continentais como o Brasil e, também, em função do alto grau de centralização do orçamento no Governo Federal, existem claras dificuldades em termos de desenvolvimento local/municipal. Neste sentido, é importante inverter processualmente esta lógica de centralização das decisões a respeito do desenvolvimento industrial dos municípios, uma vez que os limites do desenvolvimento exógeno parecem claros. Neste sentido, o entrevistado 10 esclarece que: *“A importância do município advém da percepção do ente federal de que ele não consegue mais fazer as coisas à distância, de Brasília, pros 5 mil municípios brasileiros. Então por que não o desenvolvimento se dar a*

partir do município que conhece a sua realidade, seu potencial de recursos, suas vantagens competitivas”(10).

Ainda no intuito de contextualizar a proposição de um método de aceleração para o desenvolvimento industrial local (M1), cabe reafirmar a sua utilização em cidades médias brasileiras, tendo em vista a complexidade em termos de infraestrutura e outros elementos necessários à instalação de uma indústria de grande porte, por exemplo. Seguem alguns trechos de entrevista que fortalecem este ponto de vista. O entrevistado 7 sugere que: *“pras considerações de natureza mais prática de quem elabora política, eu te diria o seguinte: Primeiro, industrialização local requer algum tamanho de município (pré-dado), eu não vejo industrialização local nascendo com facilidade em municípios de 2 ou 3 mil habitantes, que são municípios rurais, e assim por diante, então esse teu trabalho que versa sobre Passo Fundo, ele faz sentido”(7).*

Ainda, o entrevistado 8 reafirma a convicção da unidade de análise ser o município de médio porte: *“Eu acredito muito, realmente assim, num modelo de desenvolvimento a partir de um município âncora de porte médio, Passo Fundo, Caxias, Canoas, São Leopoldo, essa é a fórmula que a gente imagina para trabalhar. As metrópoles têm outros problemas de aglomeração, uma e outra coisa, e cidade pequena você tem um capital social, uma dificuldade muito grande de você conversar e dialogar”(8).*

Já a escolha da indústria como motor desta aceleração proposta pelo método foi discutida no segundo capítulo, mais especificamente na seção que trata do desenvolvimento endógeno sob a ótica industrial.

Em suma, levando-se em consideração que a estratégia precede a estrutura (CHANDLER, 1990) e que o processo trata-se de uma definição detalhada dos passos necessários para o atingimento de um determinado objetivo tem-se como estratégia geral o desenvolvimento endógeno. A estrutura é associada com a governança e a definição de regras e critérios para a tomada de decisões e limites de autonomia para a ação dos participantes. Finalmente, como processo, o método de aceleração, proposição e foco desta pesquisa.

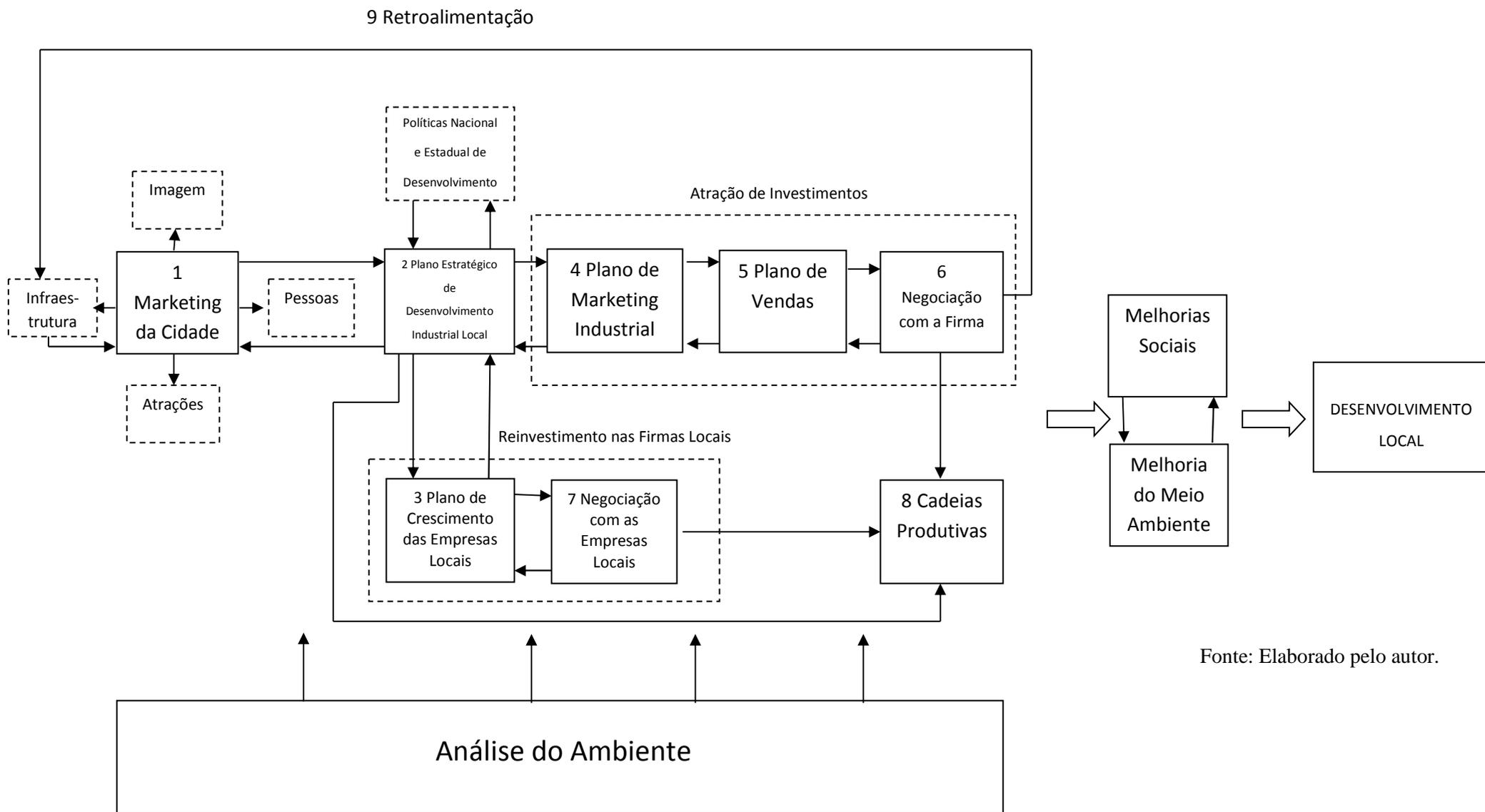
7.2 Descrição do Método de Aceleração Proposto (M1)

Nesta seção o método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras será apresentado e cada uma das suas etapas analisadas, com base na teoria relacionada ao tema objeto da pesquisa e com os resultados colhidos e analisados neste trabalho.

7.2.1 Considerações Iniciais – Apresentação Geral do Método de Aceleração (M1)

Sendo assim, embasado no referencial teórico desta pesquisa, na análise do autor deste trabalho frente ao processo de desenvolvimento local do município de Passo Fundo e nas dissertações de Cittolin (2013) e Tomaszewski (2014) foi gerada a primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0). Na sequência, a partir da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com atores relevantes ligados ao tema central desta pesquisa, onde foram identificados os elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras, propõe-se um método de aceleração (M1), conforme mostra a Figura 14.

Figura 14 – Método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M1)



Observando-se a Figura 14, percebe-se que o método de aceleração proposto não sofreu profundas alterações, já que, de uma forma geral, existe um alinhamento entre o referencial teórico, a visão de um ator chave no estudo de caso realizado em Passo Fundo (ex-secretário de desenvolvimento econômico do município) e a percepção dos atores sociais relevantes entrevistados em relação ao tema desta dissertação, o que reforça o enquadramento teórico e prático efetuado no método de aceleração inicial da pesquisa (M0). A seguir, a análise de cada etapa do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M1), destacando o fato de eventualmente retornar-se à teoria relacionada ao tema desta pesquisa, em virtude de uma necessidade de aprofundamento de alguns elementos relevantes que contribuem no processo de desenvolvimento industrial local.

7.2.2 Passo 1 - Marketing da Cidade

O marketing da cidade, como já colocado anteriormente, é constituído pelos seguintes elementos: imagem, pessoas, atrações e infraestrutura (KOTLER et al, 1994). Tal é a importância destes componentes que, na análise frequencial simples, somente as atrações não figuraram entre os temas mais citados pelos atores entrevistados.

A imagem de uma cidade, de maneira geral, apresenta-se como uma simplificação de várias associações e informações ligadas ao local e é fundamental na atração de novas empresas, influenciando, inclusive, no comportamento dos moradores da região, o que pode ser um ponto positivo ou negativo, dependendo justamente da imagem. Segundo Kotler et al. (1994) a imagem de uma cidade deve ser atraente, ter credibilidade, ser simples, mas diferenciada. Pode ser transmitida através de slogans, frases e posicionamentos; símbolos visuais (ex: Paris e Torre Eiffel; Rio de Janeiro e Cristo Redentor); e eventos e feitos. Ou seja, se o foco do município é o desenvolvimento local através da indústria, deve se dar ênfase aos potenciais locais e mídias adequadas a este público-alvo.

A civilidade e hospitalidade dos moradores locais e, especialmente, a qualificação profissional é fundamental na atração de novas empresas e no fortalecimento das empresas locais. A educação, elemento frequente nas entrevistas, é vital nesse processo. Neste sentido, os pontos principais ligados à educação da cidade/localidade devem fazer parte do argumento geral de marketing proposto.

Finalmente, o elemento que mais apareceu nas entrevistas desta pesquisa, a infraestrutura, que, em suma, conforme definição do Quadro 6, envolve os serviços básicos para que determinada localidade funcione. Trata-se de um elemento presente em todas as

etapas do método de aceleração e que exige recursos do governo local. Nesse sentido, acesso a financiamentos públicos e parcerias público-privadas, como se verá mais adiante, são muito bem-vindos. Justin Lin, professor da Escola Nacional do Desenvolvimento da Universidade de Beijing na China, durante o Fórum Econômico Mundial realizado em Davos neste ano de 2015, colocou, inclusive que “toda vez que há uma desaceleração na economia é interessante investir em infraestrutura” (FORUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2015).

Além disso, a política de investimento em infraestrutura é importante para um determinado local ou para a economia estadual, na medida em que cria externalidades para o capital privado (redução dos custos de transação, de produção e de transporte, acesso a mercados, etc.). Porém, essa política em si, não é suficiente para criar um processo dinâmico de endogenização do excedente econômico local, e atrair excedentes de outras regiões, para assim provocar uma ampliação das atividades econômicas (emprego, renda, etc.). Para que produza efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos sobre o produto e a renda, a referida política deve estar contida em uma estratégia mais global de desenvolvimento do local, cujos mecanismos estejam administrativa, econômica e politicamente fundamentados, com o objetivo de evitar a formação de enclaves ou a aglomeração de indústrias sem coerência interna nas suas interconexões (AMARAL FILHO, 1996).

Convém salientar que mesmo havendo uma tendência a um menor grau de importância frente a outros elementos ligados ao desenvolvimento industrial local, as atrações não podem ser deixadas completamente fora do planejamento de uma cidade média, tendo em vista que as belezas e características naturais da cidade, história e personagens famosos, mercados, espetáculos culturais, recreações e entretenimento, arenas esportivas, eventos e ocasiões, edifícios, monumentos e esculturas podem eventualmente colaborar no processo de escolha de uma empresa por determinada localidade, pois influenciam diretamente na qualidade de vida dos executivos e profissionais envolvidos (KOTLER et al, 1994).

7.2.3 Passo 2 - Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial Local

Conforme já foi colocado anteriormente, é no plano estratégico de desenvolvimento industrial local que se reconhece o potencial local do ponto de vista industrial. Neste contexto, são definidos os setores estratégicos, tendo como base as potencialidades locais e as vocações e com o objetivo final de atrair indústrias e fortalecer as empresas locais. Na sequência, são apresentados os trechos de entrevista que tendem a mostrar a importância desta ação. De acordo com o entrevistado 11: “*Eu acho que o governo municipal tem que ver que tipo de*

empresa interessa... dependendo da sua competência, da região... o governante poderia ter o conhecimento de que setores que podem dinamizar mais a economia, e através da vocação daquela região, do conhecimento que tem lá, porque se você atrair qualquer tipo de empresa, também você vai ter um distrito industrial somente. Você pode ter um distrito industrial com uma empresa de plásticos, outra de calçados, outra de móveis, uma do lado da outra, e todas soltas; ou tu podes ter setores mais fortes, ir fortalecendo, ou uma cadeia produtiva”(11).

O discurso do entrevistado 11 explicita o ponto de centralidade do debate, qual seja, quais setores priorizar do ponto de vista do município/localidade. Neste sentido, o entrevistado 8 diz que: *“O que que eu priorizo? Não é serve de tudo. Você faz uma análise de quais fatores competitivos e você vê que os seus fatores competitivos dialogam com esses setores. E você faz uma leitura de quais são os atores internacionais, nacionais, e qual é a situação deles de Brasil e de investimento”(8).*

Fundamental salientar que a determinação dos setores estratégicos necessita ser pensada a partir da ótica das cadeias produtivas locais, conforme indica a ligação presente na Figura 14, justamente entre esta etapa e a das cadeias produtivas. Quanto à decisão do governo local entre a especialização e a diversificação, o equilíbrio entre estes dois elementos predominou nas entrevistas realizadas nesta pesquisa.

Segundo a pesquisa realizada, em relação ao plano estratégico de desenvolvimento industrial local a iniciativa local é fundamental. Outros elementos, importantes nesta etapa, foram citados durante as entrevistas com destaque para a coordenação do plano local da cidade com as políticas nacional e estadual de desenvolvimento. Isto é especialmente relevante no caso brasileiro onde, apesar da Constituição de 1988 ter assegurado maior autonomia aos municípios, a predominância das receitas tributárias permanece sob a administração do governo federal. Uma reflexão sobre o tema é proposto pelo entrevistado 7: *“O desenvolvimento local de uma indústria precisa estar ancorado numa política industrial de plano maior. Uma política industrial de um município é possível, mas a potência dessa iniciativa é muito menor se ela não se ancora em uma política industrial no plano do território mais vasto, que no caso brasileiro seria do Estado, e mesmo do país como um todo”(7).*

No contexto brasileiro, é preciso destacar, a partir de uma visão sistêmica e da constituição histórica do país, o fato que se tem uma centralização real da economia no governo federal. O entrevistado 9 afirma que: *“A estrutura federativa não favorece a independência dos municípios, como nos Estados Unidos. No caso do Brasil, você deve ter*

uma forte ligação entre a estratégia da economia regional urbana e a forma dos laços na política industrial estadual e nacional”(9).

O foco da secretaria responsável pelo desenvolvimento industrial local foi assunto frequente nas entrevistas. A noção perseguida é que a Secretaria de Desenvolvimento, a partir da construção do plano estratégico de desenvolvimento local, necessita focar suas ações priorizando as questões relevantes e que efetivamente irão impactar a qualidade de vida da comunidade local. O entrevistado 10 propugna que as ações usuais das chamadas SMICs (Secretarias Municipais de Indústria e Comércio) são insuficientes dado que focam em outras atividades. Nas palavras dele: *“Se a gente quer falar de desenvolvimento, tem que ter um órgão encarregado do desenvolvimento. Em alguns lugares tu vais encontrar a famosa SMIC, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Bom, esses caras não obrigatoriamente estão focados no desenvolvimento, eles estão preocupados com a execução e a fiscalização de atividades relacionadas à indústria e ao comércio”(10).*

Neste mesmo sentido, o entrevistado 13 aprofunda o tema afirmando que: *“O secretário de indústria e comércio, geralmente trata de tudo. Então, o secretário de indústria e comércio trata do camelô, da licença da feira municipal, da indústria”(13).*

A proposta de equacionamento do problema é gerar organizações profissionalizadas que tratem diretamente do desenvolvimento industrial no município. O entrevistado 13 diz que: *“Então começa na organização. O ideal seria se tivesse até uma agência, que tivesse até condições de captação de outros recursos... Então, quer dizer, criar uma agência profissional, ou uma secretaria especial, com gente preparada, bem apresentada e com capacidade de gestão”(13).*

Corroborando a afirmação anterior o entrevistado 18 afirma que: *“se o município não tiver uma área de desenvolvimento dele, e por isso que eu sempre falo, quando eu falo com as prefeituras eu digo: Tchê, cria uma agência de desenvolvimento, que seja uma pessoa pra criar projeto... Os caras têm que ter gente pensando em desenvolvimento no município”(18).*

A complexidade de execução e inclusive de planejamento torna indispensável o envolvimento de outras secretarias municipais que tem relevância no tema do desenvolvimento (ex: secretarias que tratam da questão ambiental, da formação profissional, do planejamento etc.). O entrevistado 13 trata do tema: *“Se o desenvolvimento é uma das linhas que o município escolheu, tratar isso como um item importante, todas as secretarias envolvidas devem contribuir. A Gestão está atrás de tudo isso aí”(13).*

Um ponto relevante é perceber as ações funcionais de cada uma das Secretarias e a dificuldade da realização de ações transversais entre as mesmas, visando tratar do

desenvolvimento industrial. É preciso gerar um ambiente de gestão que possa permitir ações articuladas e inter-relacionadas entre as Secretarias. O entrevistado 9 esclarece o tema: *“Geralmente as pessoas que você vê na secretaria de desenvolvimento, bem como o próprio secretário estão completamente desconectados da educação, infraestrutura, transporte, saúde, ambiente cultural, quando, na verdade, deveriam ser inovadores. Por exemplo, deveria ser natural a secretaria de planejamento, de desenvolvimento, de meio ambiente, entre outras, estarem conectadas, mas o que nós vemos são constantes choques entre elas”*(9).

Além disso, no que tange ao desenvolvimento industrial, detectou-se na pesquisa a carência de pessoas qualificadas no setor público relacionada ao tema, bem como um maior profissionalismo. Agências de desenvolvimento, por exemplo, tendem a reunir profissionais qualificados com foco no desenvolvimento e foram citadas como uma alternativa a ser considerada. O entrevistado 8 postula que: *“eu sugiro sempre que se busque a criação de agências de desenvolvimento profissionais, que você possa coordenar esse processo. Esse processo aqui é de uma coordenação extremamente complexa, né? Então você precisa ter mecanismos que possam dar agilidade pra você fazer isso profissionalmente”*(8).

Entretanto, outro tópico a considerar é que o êxito do plano estratégico está vinculado à participação efetiva da comunidade local. O governo local, que lidera o processo de desenvolvimento industrial, necessita legitimar suas propostas. Porém, como é inviável/inexequível ouvir cada cidadão, é necessário garantir o envolvimento das lideranças representativas da sociedade, como associações de classe e instituições de ensino (importantes elementos para o desenvolvimento industrial local, conforme a pesquisa). Para isto precisa construir processos objetivos que tornem a comunidade local parceira dos empreendimentos em cena.

Outra preocupação recorrente observada nas entrevistas está associada com as questões legais envolvendo, basicamente: i) tributações; ii) incentivos; iii) licenciamento ambiental. Adequar a legislação municipal ao plano de desenvolvimento industrial local do município é de vital importância, na medida em que permite reduzir os custos de transação, evita processos demorados para a instalação de empresas e tende a permitir uma melhor e mais eficaz utilização dos recursos públicos. Além da cidade de Passo Fundo, que ajustou a sua legislação em função do processo de desenvolvimento local que se pretendia, conforme já foi discutido no item 4.1, outro exemplo relevante para o tratamento do tema, onde está explícito a busca de criatividade das ações com foco no desenvolvimento industrial local,

pode ser encontrado no município de Guaíba, cujo ex-secretário de desenvolvimento foi entrevistado nesta pesquisa. Conforme o Anuário de Infraestrutura e Logística (2014, p. 62):

[...] uma espécie de parceria público-privada está sendo conduzida entre a Prefeitura de Guaíba e a Celulose Riograndense, da chilena CMPC. Por exemplo, a parte da infraestrutura do projeto de expansão da empresa, que ampliará a produção anual de 450 mil toneladas de celulose para 1,8 milhão, leva em conta a necessidade de preparar o entorno da nova linha de produção. Além disso, deve contemplar uma via expressa, a partir da BR-116, onde a matéria-prima deverá seguir de forma direta para a fábrica, a fim de evitar eventuais congestionamentos no trânsito do município. Pelo acerto entre o poder público e a empresa, a CMPC adiantará cerca de R\$ 40 milhões para as obras e, a partir do momento em que obtiver o incremento de receitas, devido ao aumento da produção, receberá a restituição dos recursos por meio do abatimento de impostos.

De acordo com Souza (2009), as parcerias entre capitais públicos e privados, bem como a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, constituem uma condição indispensável para acelerar o crescimento econômico. Para complementar e ratificar o sucesso da referida adequação da legislação que possibilitou a parceria público-privada, segue trecho do posicionamento do entrevistado 15, ex-secretário de desenvolvimento da cidade de Guaíba realizada nesta pesquisa: *“Em 2010 se fez uma lei que diz quais os incentivos que a gente pode fornecer mediante uma contrapartida de defender interesses econômicos e sociais em favor do município, uma contrapartida que está relacionada àquilo que tu vais me gerar de receita, com aquilo que tu vais me gerar no aspecto social, ou seja, qual a empregabilidade ou qual a contrapartida social que tu podes fornecer. Então isso monta um equilíbrio. Posso fazer a terraplanagem, doar terreno, tudo aquilo que estiver dentro do interesse pra que eu possa comprovar, esse é um aspecto importante da lei de responsabilidade fiscal, não fazer a renúncia fiscal, só naquela excepcionalidade que a lei assim permite... E se não houver incremento? Eu não pago. Então isso caracteriza mais a parceria propriamente dita com esse elemento”*(15).

Torna-se claro, a partir do discurso anterior, que as ações de parceria público/privado necessitam preservar, em todos os casos, o interesse público da comunidade local, e que parte significativa dos riscos associados às ações realizadas foram tomados pela empresa. De outra parte, os investimentos de infraestrutura feitos de forma muito mais ágil – em termos temporais – pela empresa, preservam a noção de viabilizar o mais rapidamente possível o empreendimento, com retorno objetivo dos investimentos realizados pela firma para o município, a partir das novas receitas geradas.

Outro tópico relevante é o do licenciamento ambiental. Ele apareceu nas entrevistas de forma frequente. Importante destacar que os tópicos mais críticos observados estão associados às demoras e entraves burocráticos nos processos ambientais. Sem dúvida, esse elemento se constitui num dos principais gargalos do processo de desenvolvimento industrial local e regional (VAZ, 2014). Porém, entre tantos pontos negativos, existem alternativas que minimizam tal problema, como por exemplo, adequar a legislação e a estrutura do governo da cidade para que o máximo de encaminhamentos e liberações ligadas ao meio ambiente seja feito diretamente pelo poder público municipal. Mas, convém salientar que se trata de um problema complexo de ordem estadual e até, em muitos aspectos, de ordem nacional, conforme frisa um dos entrevistados especialista no tema ambiental. O entrevistado 4 propõe uma discussão estratégica tendo como foco a necessidade de diferenciar ‘proteção ambiental’ de ‘preservação ambiental’, argumentando que: *“Existe o SISNAMA, que é o Sistema Nacional do Meio Ambiente, onde está o IBAMA, o ministério, a presidência da República, o CONAM, todas essas coisas e onde estão todos os sistemas estaduais. Existem os SISEMAS, Sistemas Estaduais do Meio Ambiente em todos os Estados. O estado do RS não tem um SISEMA, tem um SISEPA, Sistema Estadual de Proteção Ambiental. A palavra “proteção” ali é um modelo mental peculiar, porque proteger na área ambiental. Isto é diferente de preservar. Proteger é não tocar. Quando a gente tem um modelo mental da proteção ambiental em detrimento, ou sobrepujando a conservação ambiental, a questão ambiental, os recursos ambientais, a nossa matéria prima que vem dos ecossistemas não gera valor, nem econômico, nem social. Quando a gente tem excessiva proteção ambiental, nós estamos indo de encontro ao tripé da sustentabilidade (econômico, ambiental e social), ao qual se acrescenta hoje a dimensão cultural”*(4).

No sentido do encaminhamento estratégico e pragmático da questão, o entrevistado 4 postula que é necessário suplantando a visão do ‘licenciamento ambiental’, que é substancialmente reativa, para uma visão de planejamento pró-ativo baseado no ‘zoneamento ambiental’. Em suas palavras: *“Se tu quiseres desenvolvimento municipal, tu vais ter que ter muita inteligência em construir o teu regramento ambiental. Esse é o ponto número um. Ponto número dois: a maioria dos prefeitos e da própria população conhece o instrumento licenciamento ambiental como instrumento de gestão. O licenciamento ambiental como instrumento de gestão é um instrumento não só ruim, como na realidade depõe contra o patrimônio. Licenciamento ambiental alguma coisa significa permitir a degradação dessa coisa de uma maneira controlada. Se isso não estiver atrelado a uma política, isso serve a si mesmo, e dá toda a margem de ações, de corrupção, de permissividade, de excessiva*

proteção, qualquer coisa. O licenciamento ambiental tem que ser precedido de um zoneamento, de uma legislação robusta e inteligente, de auditorias, de um excelente banco de dados. Sem isso tu não tens licenciamento. No Brasil tu não tens licenciamento. Em nenhum estado tu tens licenciamento, em nenhum município tu tens licenciamento. Então tu não estás fazendo gestão ambiental em nenhum lugar neste país, em nenhum município, nem estado neste país”(4).

Em relação aos incentivos fiscais, antes de tudo, a utilização dos mesmos pelo município deve verificar se o provável desenvolvimento local, como por exemplo, na atração de empresas e geração de emprego e renda, vai superar a renúncia fiscal (RIBEIRO, 2009). Neste sentido, devem ser constituídos critérios prévios explícitos e claros para a concessão de incentivos às empresas. Na pesquisa empírica realizada observou-se uma predominância na opinião dos entrevistados - empresários, especialistas ou membros do governo - de que os incentivos fiscais são importantes, mas não necessariamente determinantes na instalação de uma nova empresa ou manutenção de uma firma já existente. O entrevistado 8 argumenta: “*O incentivo fiscal é que nem vender aquele carro que é verde limão, amarelo...não tem incentivo fiscal que venda território em um local não atrativo. Então eu acho que você conseguir configurar aquele território, aquela cidade como algo atrativo é mais importante do que o incentivo especificamente, ainda entendendo que o método de incentivo e de financiamento é importante, mas não é tudo”(8).*

O entrevistado 14 deixa claro que a atração de investimentos envolve uma decisão do tipo multicriterial/multifatorial, onde os incentivos fiscais se constituem em uma das dimensões envolvidas no processo decisório. Ele diz que: “*Ao meu ver, eles são muito importantes, mas não são determinantes. Todo mundo dá benefício fiscal, é o que todo mundo faz, esse é o grande erro, o pessoal acha que o benefício fiscal vai trazer uma empresa pro local, e não é só isso, tem uma série de condições, tem a questão de cultura, de mão de obra, logística”(14).*

No mesmo sentido, o entrevistado 9 afirma que: “*Um grande engano que muitos governantes cometem é o de considerar impostos baixos, incentivos como fundamentais. São importantes, mas há fatores ainda mais importantes, como, por exemplo, se o município oferece uma boa educação, não só para você ter bons trabalhadores, mas também para as famílias, se o município tem boa infraestrutura para transporte, áreas licenciadas do ponto de vista ambiental, bom sistema de comunicação e informação”(9).*

As ações estruturadas de planejamento do desenvolvimento industrial do município devem ser parcimoniosas e realistas, considerando as questões de incentivo fiscal como um

dos elementos do pacote de valor oferecido às empresas para atraí-las para o município (ou para que empresas já estabelecidas possam realizar seus reinvestimentos). Nas palavras do entrevistado 17: *“Então há de se ponderar essa questão de incentivo fiscal. Ele tem que ser suficiente pra viabilizar a competitividade, a atração de investimento, mas ele não deve ir para além disso. Isto porque se faz necessário à prefeitura ter capacidade também de investimento num conjunto de outras questões que também vão ser relevantes pra competitividade daquela empresa e daquela região”*(17).

Na análise empírica observou-se uma discussão crítica significativa no que tange a tributação fiscal tendo em vista a existência de divergências de opinião a respeito da alíquota de imposto estadual, especialmente o ICMS. Alguns defendem que ela seja igual em todos os Estados para que o investidor ou a empresa que deseja se instalar em determinado local realize a escolha por outras questões, consideradas mais relevantes à comunidade local. Outros entrevistados argumentam que a diferenciação de alíquotas entre os Estados é um instrumento que procura equilibrar a competitividade de grandes centros com as regiões mais pobres do país. O que é importante salientar é a preocupação que o Estado, juntamente com o município, devem ter com empresas ‘predatórias’ que usufruem de imensos benefícios concedidos pelo governo e não prestam a contrapartida ao local que as acolheram. Os depoimentos de entrevistados a seguir mostram insatisfação com a alíquota de ICMS atual do Estado do Rio Grande do Sul. O entrevistado 5 diz que: *“Então, a diferença, só pra ter uma ideia, eles têm uma margem de cinco ou seis por cento de lucro, e eles baixando, fazendo sem margem nenhuma de lucro, eles não conseguem competir com Chapecó porque a diferença do ICMS lá é muito grande. Nós temos que repensar isso, porque não pode ter no Rio Grande do Sul uma alíquota, em Santa Catarina outra, Paraná outra, isso não pode, isso é um sistema predador”*(5).

Uma crítica específica aparece em relação ao Rio Grande do Sul, nas palavras do entrevistado 20: *“pra mim o grande limitador hoje para os municípios se chama Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul perdeu muita competitividade, nós temos um custo alto porque hoje tu não falas mais em mercados locais, são mercados mundiais”*(20).

Outro ponto relevante refere-se ao tema da continuidade das políticas industriais locais quando das trocas de governo. De nada vale todo o empenho do governo municipal em formular um plano estratégico de desenvolvimento industrial local, se o mesmo não tiver continuidade, sendo alterado a cada eleição municipal. Todo o método de aceleração deve ser tratado como pertencente ao município, portanto uma política do município e não de governo (dependente de determinado partido e/ou liderança política municipal). Este ponto é relevante,

principalmente levando em conta os esforços de gestão, os volumes de investimento e a complexidade existente na implantação de uma dada empresa. Vários entrevistados tocam no tema. Neste sentido, o entrevistado 20, de forma genérica, diz que: *“setor público e planejamento são duas coisas que não conversam e tem uma explicação, que é a falta de continuidade causada pela mudança de governo, de partidos políticos”*(20).

No mesmo sentido, com foco na dimensão do poder, o entrevistado 4 afirma: *“As pessoas têm que entrar lá com um projeto de desenvolvimento, não com um projeto de poder. E eles são absolutamente antagônicos em 99% das vezes... Eu preciso abandonar determinadas coisas que são boas, mas que estão atreladas ao governo que saiu, até que eu possa retomá-las, como se elas fossem minhas. Isso é fortíssimo”*(4).

O entrevistado 12 coloca o tema a partir do prisma específico da política industrial: *“As nossas tentativas de formatação de políticas industriais, em geral não ultrapassam o período de cada governo. Você não tem um projeto de município, não tem um projeto de estado e não tem um projeto de país. O projeto é sempre o do governante de plantão... Então, isso não gera confiabilidade, não encoraja o investidor; o investidor quer garantia, certeza de relações, né? Isso é um desserviço ao desenvolvimento industrial. O investimento industrial tem perspectiva muito mais permanente, você não monta uma empresa hoje com o propósito de desmontar amanhã, você monta na expectativa de ter futuro, de ter continuidade”*(12).

7.2.4 Passo 3 - Plano de Crescimento das Empresas Locais

No plano estratégico de desenvolvimento industrial local sugere-se uma preocupação com o fortalecimento das empresas locais, ou seja, já instaladas/enraizadas no local. Um primeiro movimento é que o governo local necessita envolver, de forma efetiva, a participação das empresas locais no processo de planejamento do desenvolvimento industrial do município. Isto pode ser feito, por exemplo, através da participação dos empresários locais em Conselhos Municipais/Locais de Desenvolvimento Industrial.

Adicionalmente, como já foi colocado anteriormente, de forma geral, no capítulo 5, são essenciais para que as empresas já instaladas reinvestam no município ações como propiciar e facilitar o acesso às Áreas Industriais (AIs) e Distritos Industriais (DIs)⁷, ou seja, o tópico área vem à tona. Outros temas relevantes também atuam no sentido de capacitar as

⁷ No Estado do Rio Grande do Sul, em relação à governança e gestão, as Áreas Industriais (AIs) competem ao município e os Distritos Industriais (DIs) cabem ao Estado (VAZ, 2014).

empresas locais já instaladas a compreenderem as possibilidades de aproveitarem a potencialidade de utilização das políticas regionais e nacionais de desenvolvimento (elemento coordenação com política estadual e nacional de desenvolvimento):

- acesso aos benefícios fiscais, financiamentos, divulgação dos benefícios fiscais e incentivos municipais locais, estaduais (como, por exemplo, FUNDOPEM/INTEGRAR) e nacionais;
- inovação, no sentido de criar redes de relações com as principais instituições de inovação local e do país (sistema nacional e regional de inovação);
- treinamento, no intuito de capacitar os profissionais das empresas locais;
- empreendedorismo, conhecimento e qualificação dos empresários são elementos potencializados na interligação das pequenas e médias empresas locais com empresas maiores já existentes na região ou atraídas no processo de desenvolvimento.

Outro movimento inter-relacionado está associado com a constituição de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no intuito de fortalecer o processo de desenvolvimento industrial local. Nesse sentido, Garofoli (1992, p.78), um ávido defensor do desenvolvimento endógeno a partir de pequenas empresas, trata de flexibilizar o conceito quando se refere ao processo de industrialização local impulsionado por empresas de fora, quando forçadas pela descentralização territorial. Nessa fase, diz o autor:

[...] o que existe é exclusivamente um espaço territorial utilizado como um receptor de processos produtivos controlados do exterior. Mas essa forma de industrialização pode, em seguida, estabelecer inter-relações com o meio, pode entrar em um processo sinérgico com os recursos locais, até envolver a participação de empresas locais, novos empreendedores, com características específicas da comunidade local. No início, é somente de maneira marginal. Em seguida, o fenômeno é cada vez mais importante, até que a estrutura econômica local possa ser caracterizada como um sistema de empresas interconectadas, com uma independência relativa de cada empresa do sistema, com inter-relações produtivas sempre mais intensas (tanto intersetoriais quanto intra-setoriais), e com a afirmação de formas de organização e estratégias específicas ao espaço considerado.

Sendo assim, nesta etapa do método de aceleração, é destacada a importância também dos temas APLs e, conseqüentemente, da cooperação. Verificar os APLs possíveis de serem alavancados na região e averiguar a maneira de financiar estas operações a partir de programas de APLs regionais e nacionais⁸ são condutas recomendadas (novamente vem à tona o elemento coordenação com política estadual e nacional de desenvolvimento).

⁸ Devido a necessidade de articular as ações governamentais com vistas à adoção de apoio integrado a arranjos produtivos locais no país, foi instituído, em agosto de 2004, pela Portaria Interministerial nº 200, de 02/08/2004,

7.2.5 Passo 4 - Plano de Marketing Industrial

Após a análise das entrevistas realizadas nesta pesquisa, o plano de marketing industrial, que conforme relatado anteriormente na primeira versão do método de aceleração (M0), estabelece os argumentos para a ‘venda’ do município e do seu plano estratégico de desenvolvimento industrial local se mostrou efetivamente importante dentro do processo de desenvolvimento industrial local.

Entre os elementos que contribuem nesta etapa estão a infraestrutura, envolvendo educação, disponibilidade de área, energia, água, segurança, saúde, saneamento básico, logística, comunicação, transporte, qualidade do meio ambiente, mão-de-obra qualificada. Além disso, qualidade de vida, disponibilidade de financiamentos, acesso aos benefícios fiscais, legislação adequada e transparência por parte do governo local. Por fim, constatou-se através das entrevistas, elementos essenciais nesta etapa como o planejamento das ações que serão tomadas no processo de negociação, incluindo aí, eventualmente, o aproveitamento de oportunidades que possam surgir e que fortaleçam os argumentos de venda da administração pública e, conseqüentemente, favoreçam o referido processo de desenvolvimento local. De acordo com o entrevistado 20: *“O município se vender é estratégico, deve se colocar os potenciais da cidade... existem, portanto, as ações planejadas e as oportunidades, sendo que estas últimas nós não temos controle, mas o poder público tem que estar de olho, em alerta pra quando elas surgirem”*(20).

No cenário da necessidade da efetividade do marketing industrial é relevante que existam condições objetivas de funcionamento dos quesitos apresentados. Nas palavras do entrevistado 12: *“Pra você fazer um marketing efetivo em cima da cidade, da região, você tem que ter o que apresentar, você não pode chamar as pessoas aqui pra dizer: Ah, isso não dá, aquilo não, agora não, espera mais seis meses, estamos providenciando. Não, você tem que se preparar”*(12).

o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e envolvendo instituições governamentais e não-governamentais (OBAPL, 2015). No Rio Grande do Sul, a Lei nº 13.839 de 05/12/2011 instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, que criou, entre outros programas, o Programa Estadual de Fortalecimento de Cadeias e Arranjos Produtivos Locais e a Lei nº 13.840 de 05/12/2011 criou o Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (FUNDOAPL), cujo agente financeiro é o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) (AGDI, 2015).

7.2.6 Passo 5 - Plano de Vendas

Em relação ao plano de vendas, que consiste, basicamente, nas formas de abordagem do governo local diretamente junto às empresas que se deseja atrair para o município, de forma geral, confirmaram-se, após a análise das entrevistas, os elementos apontados como relevantes nesta etapa na primeira versão do método de aceleração (M0). São eles:

- informação (conhecer a cultura industrial das firmas a serem atraídas, especialmente se forem estrangeiras, em que pequenos detalhes podem fazer a diferença);
- envolvimento das associações e das instituições de ensino;
- necessidade da construção de uma visão sistêmica por parte do governo local (análise estratégica da dinâmica da economia nos setores industriais considerados estratégicos para a cidade/local) com vista a construção da proposta de valor para as empresas prospectadas;
- divulgação dos benefícios fiscais, apoio a feiras de negócio e seminários voltados para os setores considerados estratégicos na etapa do plano de desenvolvimento industrial local e visitas *in loco* às empresas consideradas foco de atração. Importantes destacar que a participação do governo local em feiras de negócio permite a atualização constante das estratégias traçadas e, eventualmente, o aproveitamento de oportunidades. O entrevistado 20 dá um depoimento em relação à importância das feiras de negócio: *“A feira sempre me chamou muita atenção, pois acho que é um ambiente que nenhum empreendedor pode deixar de ir. E falando em desenvolvimento econômico, em atração de indústrias, não vejo como um secretário municipal e até estadual, não participe de feiras. É uma questão lógica, pois o governo tem que saber o que está acontecendo, as empresas que estão expandindo, justamente pra associar ao desenvolvimento local que se deseja. Então o secretário tem que ter essa visão sistêmica e só indo a campo pra tu teres isso”*(20).

7.2.7 Passo 6 - Negociação com a Firma

Conforme relatado na primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0), nesta etapa cabe ao

governo local elaborar e negociar a proposta de valor específico para a empresa que se deseja atrair para o município. Sendo assim, elementos como profissionalismo, diálogo, transparência e geração de confiança com a empresa foram tópicos frequentes nas entrevistas quando o foco se dava na negociação, propriamente dita.

Fundamentado nas entrevistas realizadas, a existência de uma legislação municipal clara e alinhada ao processo de desenvolvimento industrial local planejado pela administração municipal é de significativa importância nesta etapa. Isto se torna claro no discurso do entrevistado 4: *“A primeira coisa que eu veria é quais são as regras que existem lá e se essas regras são claras, transparentes e bem consolidadas. Esse pra mim, como empresário, seria um município atrativo, porque pode ser até que as regras não me beneficiem, mas eu sabendo que aquela regra é assim, e se eu tiver uma alternativa para me adaptar àquela regra, eu sei que aquela regra não vai mudar, e eu tenho uma solução robusta pro meu negócio. Agora, se a regra é a cabeça do prefeito, ou do secretário, ou ela é adaptável, eu diria que isso parece uma vantagem no início, mas é uma extrema desvantagem a longo prazo”*(4).

Ou seja, a questão da continuidade das ações do governo municipal parece ser um elemento central no contexto do processo de negociação da empresa com o município. O tema da segurança jurídica, do ponto de vista da empresa, na negociação necessita ser combinada com a relação de confiança dos empresários/empresas nos atores locais do município. No entanto, da ótica do município, é importante que exista uma organização bem estruturada para garantir os ganhos públicos associados ao novo empreendimento. O entrevistado 8 trata do tema: *“Negociações desestruturadas com aquele município que não organização nenhuma, sempre vai ser vantajoso para a empresa. A empresa usa a barganha, usa até a chantagem na negociação. Então, o fato de quanto mais organizado você for, você vai conseguir uma negociação melhor. Quanto menor a organização do município a tendência é uma negociação ganha-perde, com ganho da empresa e perda do município. Você ter uma área, uma continuidade, você tem credibilidade, você tem fatores para oferecer e principalmente fazer isto com transparência e profissionalismo. É vender transparência e credibilidade”*(8).

Além disso, na negociação direta é que são efetivamente apresentadas às empresas foco de atração, as vantagens competitivas do município. Neste momento, é essencial enfatizar os aspectos positivos da cidade, especialmente os elementos que estão ligados à infraestrutura (elemento mais frequente nas entrevistas) (KOTLER et al., 1994). Nesse contexto, espaços, como a sala do investidor, que mostram a posição profissional da equipe da prefeitura na negociação, são imprescindíveis. Isto porque, como coloca o entrevistado 12: *“Uma vez deflagrado o processo de negociação, a prefeitura tem que estar capacitada*

realmente a receber esses novos investimentos e a ter o que conversar com eles em termos de oferta de apoio, de incentivo”(12).

Nas palavras do entrevistado 13: *“No momento que a empresa decidiu implantar aqui, tu teres uma equipe que dê essa assessoria na condução de todos os licenciamentos e procedimentos locais, estaduais e federais se for o caso. Hoje se tem isso mais ou menos organizado no governo, trabalhamos uma sala de investidor, era um caos e hoje em dia o pessoal tem uma linha”(13).*

Finalmente, embasado na análise das entrevistas desta pesquisa, constatou-se a importância do elemento ‘acompanhamento da prefeitura’, fundamental, especialmente na opinião do grupo dos empresários, tanto no processo de negociação como após a instalação da empresa no município (pós-venda). O entrevistado 13 explicita a necessidade do acompanhamento sistemático da equipe da prefeitura durante todo o processo de trabalho com a empresa, dizendo que: *“Tem que se acompanhar e se o município der esse suporte de acompanhamento pro empresário, esse empresário vai ficar satisfeito, vai poder ampliar seus investimentos e fazer propaganda pra que outros invistam naquele município”(13).*

Neste discurso é importante ainda deixar clara a percepção de que um empresário satisfeito com o tratamento dado ao município constitui-se, potencialmente, em um divulgador de ‘novas vendas’ (ou seja, de novos investimentos) para o município.

7.2.8 Passo 7 - Negociação com as empresas locais

De forma geral, os elementos que surgiram na análise das entrevistas vão ao encontro da caracterização desta etapa na primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0). Entre eles, o envolvimento das associações de classe e das instituições de ensino, bem como a relação de confiança e a relação direta entre a administração pública e os empresários locais. Aliás, cabe a ressalva da importância dada por parte dos empresários locais, em virtude da especificidade de suas características, da negociação direta com representante do município que realmente tenha poder de decisão. Treinamento e acesso a benefícios fiscais também foram elementos que surgiram nesta etapa no decorrer das entrevistas.

Além disso, no que se refere à conexão das pequenas e médias empresas locais com as grandes empresas, elementos como APLs, cooperação e cadeia produtiva vinculados à geração de emprego e renda surgiram junto aos entrevistados da pesquisa quando o tema abordava especificamente esta questão de conexão.

Segundo Paiva (2011), empresas locais cujo setor possua vínculo com grandes indústrias pertencentes aos setores estratégicos selecionados pelo governo local devem ser priorizadas, tendo em vista ser crucial ao desenvolvimento endógeno a formação de cadeias produtivas.

7.2.9 Passo 8 - Cadeias Produtivas

Antes de adentrar nesta etapa, é importante trazer à tona a distinção estabelecida por Paiva (2013) entre atividades, setores e cadeias. No entendimento do referido autor, as atividades econômicas se referem ao nível máximo de abertura no sistema de classificação nacional ou internacional, sendo que as categorias nas quais elas são agregadas, como é o caso brasileiro da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), correspondem aos setores de atividade.

Paiva (2013) salienta a CNAE como sistema dominante, por ser de mais fácil adoção e confiabilidade na classificação das atividades produtivas. Principalmente ressalta que a integração de distintas atividades em setores não é o único padrão científico possível e nem se trata do tipo classificatório mais adequado para a identificação das atividades propulsivas. O autor propõe, então, uma alternativa para o padrão setorial de classificação que é a integração de distintas atividades por suas conexões de mercado, ao longo de cadeias de produção.

No intuito de esclarecer os posicionamentos expostos acima e de apontar a fragilidade da classificação setorial, Paiva (2013, p. 86, grifo do autor) cita o exemplo da indústria calçadista:

Um exemplo pode ajudar a compreender o ponto para o qual queremos chamar a atenção. Imaginemos uma comunidade/território cuja produção seja nucleada pela indústria calçadista e que produza, na localidade, virtualmente todos os insumos necessários àquela indústria. **Se tomamos a estrutura da produção do território de uma perspectiva setorial, percebemos uma produção altamente diversificada.** Afinal, a despeito da participação elevada do emprego e do valor agregado no setor de calçados, o território também apresenta uma participação não desprezível de firmas e trabalhadores operando nos seguintes setores: 1) **madeira-mobiliário** (onde são produzidos os solados de madeira dos calçados); 2) **borracha e plástico** (onde são produzidos solados, adereços e componentes para calçados); 3) **químico** (voltado à produção de cola para calçados); 4) **metalurgia** (que produz a “alma” do calçado feminino, fivelas e presilhas); 5) **mecânica** (máquinas para a indústria calçadista); 6) **papel e papelão** (embalagem para calçados); 7) **serviços prestados às empresas** (design de calçados, contabilidade e consultoria para empresas calçadistas, manutenção de máquinas para a fabricação de calçados); 8) **transporte** (de calçados). Mais: se aceitamos a classificação keynesiana do consumo como variável induzida pela renda, podemos incluir neste sistema de cadeia: 1) a **educação** (para os filhos dos trabalhadores da indústria calçadista); 2) os **serviços de saúde** (para as famílias dos trabalhadores da indústria calçadista); 3) a **indústria alimentar** (padarias e cantinas para o atendimento de sapateiros e suas

famílias); 4) o **transporte urbano** (para sapateiros, demais operários da cadeia e seus familiares); 5) a **distribuição** (e, eventualmente, **produção**) de **energia** (tanto para as empresas da cadeia calçadista quanto para o consumo de sapateiros, demais operários da cadeia e seus familiares), etc. Não será preciso esclarecer que, quando olhamos esta economia da perspectiva das cadeias produtivas, o que se apresenta como elevada diversificação passa a aparecer como um sistema de “monocultura industrial”. A verdade é que toda a economia gira em torno de umas poucas cadeias. Se esta entra em crise, toda a economia regional soçobra.

Ou seja, conforme Paiva (2013), a classificação setorial tende a subestimar a especialização produtiva das regiões, bem como as relações de dependência da dinâmica econômica global da dinâmica específica dos elos centrais das cadeias regionalmente consolidadas.

Neste contexto, em resposta ao questionamento colocado por Paiva (2011) de ‘como acelerar o desenvolvimento de um local sem investimentos pesados e só financiáveis com recursos externos, sem um grande volume de importação de tecnologia e mão-de-obra, e que mobilizem muitas pessoas comprometidas com os sistemas produtivos tradicionais e consolidados (quando não estagnados)?’, o autor destaca que entre as conclusões mais importantes encontra-se a afirmação de que “é tão mais fácil encontrarmos as condições requeridas quanto maior o número e quanto maior o grau de encadeamento no território de cadeias produtivas” (PAIVA, 2011, p. 7).

É nesta etapa, portanto, que se estabelecem as atividades propulsivas e os planos de ação das cadeias de produção. Elementos como conhecimento, valor agregado e qualificação dos empresários, cujos conceitos encontram-se no Quadro 6 do capítulo 6, surgiram em virtude da ligação desejada entre as grandes indústrias e as pequenas e médias empresas no que se refere às atividades pertencentes aos setores estratégicos definidos pelo governo local no seu planejamento.

7.2.10 Passo 9 - Retroalimentação

Os recursos gerados pelo processo de desenvolvimento industrial local retroalimentarão todo esse sistema, mantendo a dinâmica econômica local. Nota-se que a prioridade de investimento, segundo o método de aceleração proposto (M1), é a infraestrutura, já que a pesquisa a identificou como principal elemento para o desenvolvimento industrial local. Após a análise das entrevistas desta pesquisa, no que tange à retroalimentação, dois elementos se destacaram: i) fluxo; ii) atividade propulsiva. Em relação ao fluxo, consiste nos excedentes econômicos gerados pelo método de aceleração que irão retroalimentar a dinâmica

do processo de desenvolvimento local, ou seja, esses recursos devem predominantemente permanecer na região. Quanto à atividade propulsiva, ou seja, as atividades voltadas à exportação, convém lembrar uma das ‘regras de ouro’ do desenvolvimento endógeno estabelecida por Paiva (2011, p. 10): “o foco de qualquer projeto de desenvolvimento local endógeno é o fortalecimento, ampliação e alongamento das atividades exportadoras”.

Na continuação, alguns trechos de entrevista que ressaltam a importância vital do fortalecimento e ampliação das atividades exportadoras e do excedente de recursos permanecer na economia local. Neste contexto, o entrevistado 7 diz que: *“criar a indústria pra alimentar o plano local, o mercado local é ilusão, pra fins de desenvolvimento da região, não é que tu não possas ter uma indústria de pequeníssima escala, a tal da agroindústria familiar, por exemplo, que acaba ela tendo como seu mercado o próprio mercado local, isso é possível, mas isso não gera uma trajetória genuína de desenvolvimento, isso gera uma espécie de fluxo circular ali na região, e se tu não tens atividades propulsoras, tu vais ter sempre um ciclo de baixa renda, de baixo rendimento. Então, precisa ter uma atividade propulsora, pelo menos uma, que instala a capacidade de produção e o mercado vai bem além do que a região”*(7).

Isto é respaldado pelo entrevistado 11, quando ele afirma que: *“Na minha concepção, quando a economia começa a exportar é porque o padrão de competitividade dela tá aumentando, porque hoje tu competes globalmente. Então se o teu produto é vendido em qualquer lugar, num outro estado ou num outro país é porque aquele produto que é produzido lá dentro tem essa capacidade de competir.... Se o que é produzido localmente for vendido só localmente ou regionalmente, aí sim a economia pode desacelerar”*(11).

Porém, é preciso que os excedentes contribuam na dinâmica de desenvolvimento do município/local, o que implica na aplicação dos recursos gerados para criar condições cada vez mais favoráveis ao desenvolvimento endógeno industrial. Neste sentido, o entrevistado 8 diz que: *“Você vê muitas vezes lugares como, por exemplo, Triunfo, que tem a maior renda per capita e tem um histórico de problemas de gestão, quer dizer, é fundamental você ter um setor público que saiba apropriar e que saiba aplicar os recursos nas coisas certas pra retroalimentar esse processo de competitividade”*(8).

Por fim, cabe destacar, além das etapas já descritas pertencentes ao método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M1), o acréscimo da análise constante do ambiente externo, em que o governo local não tem o controle. Isto porque o ambiente externo é um elemento determinante nas possíveis correções de rumo do processo de desenvolvimento industrial local. Os princípios econômicos e a

estratégia de desenvolvimento industrial daí derivada são essenciais para melhorar continuamente a correta aplicação de recursos, o que tende a acarretar melhorias sociais e do meio ambiente, produzindo o efetivo desenvolvimento local projetado.

No próximo capítulo, são apresentadas as considerações finais da dissertação.

8 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Neste capítulo são apresentadas as principais conclusões, as limitações da pesquisa e as sugestões para trabalhos futuros.

8.1 Conclusões

Tendo o desenvolvimento local como tema central, o objetivo deste trabalho foi o de propor, com potencialidade de utilização no âmbito da esfera pública, um método de aceleração e a identificação dos elementos que têm a capacidade de contribuir para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras. Importante destacar que a unidade de análise utilizada foram as cidades médias brasileiras, sendo a condução empírica baseada em entrevistas com profissionais especialistas que atuam (ou atuaram) com forte vinculação com a unidade de análise em cena no Rio Grande do Sul. A proposição do método teve como pano de fundo uma abordagem embasada na teoria do desenvolvimento endógeno.

Para atender o objetivo da presente dissertação, inicialmente foi construído um quadro teórico, partindo dos aspectos históricos da economia regional, dando suporte às diferentes perspectivas e conceitos ligados ao desenvolvimento local. O tratamento teórico direcionou o foco da pesquisa principalmente à dimensão econômica, particularmente a partir da ótica industrial.

Na sequência, partiu-se para a análise prática do processo de desenvolvimento local. Inicialmente, foi realizado um estudo de caso singular no município de Passo Fundo. Isso se justificou em função do desempenho do município no que tange ao crescimento industrial analisado durante os anos de 2005 a 2012 e pela perspectiva conceitual baseada no desenvolvimento endógeno, e seus desdobramentos, adotada pelos atores que estiveram à frente deste processo (CITTOLIN, 2013; TOMASZEWSKI, 2014). As conclusões centrais do estudo de caso realizado serviram para mostrar o rompimento de paradigma de desenvolvimento da cidade ocorrida nos últimos anos, na medida em que foram agregadas as atividades comerciais e de serviços, históricas na região, atividades de repercussão significativa associadas com a ativação do setor industrial. Para isto o município adotou como estratégia a lógica do desenvolvimento endógeno a partir da ótica do desenvolvimento industrial com base local. O caso mostra que, embora o estudo estivesse associado com as ações coordenadas pela secretaria de desenvolvimento econômico de Passo Fundo, a perspectiva do método adotado foi considerar a questão local, o que implica em perceber as

potencialidades de um conjunto de municípios que influenciam diretamente a economia da referida cidade. Por exemplo, a instalação da BSBios foi feita no município de Passo Fundo, mas a matéria-prima – a soja em grande parte oriunda das pequenas propriedades rurais que são fundamentais na economia de várias cidades próximas – é essencial neste processo de agregação de valor. O mesmo pode ser dito em relação à instalação da Italac, uma empresa ligada a produção de leite, cuja matéria-prima também pode ser recolhida nos municípios vizinhos e o acréscimo de valor agregado ser efetivado na planta industrial. Central perceber aqui a conexão dos novos empreendimentos instalados em Passo Fundo e sua capacidade de ativar, com foco na agregação de valor, o setor agrícola da região.

Apoiado no referencial teórico elaborado e na análise detalhada do caso do município de Passo Fundo foi elaborada a primeira versão do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M0). Em seguida, no intuito de refinar o aludido método, envolvendo não só os seus passos lógicos, mas o detalhamento e formalização de cada um desses passos, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas com atores relevantes ligados ao assunto do desenvolvimento industrial endógeno (empresários, especialistas e membros do governo). Estas entrevistas foram cuidadosamente analisadas, tendo gerado um conjunto de elementos de cunho teórico e prático que contribuem para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras. A partir do trabalho empírico realizado junto aos especialistas foi possível realizar uma análise crítica do Método M0, o que permitiu propor o chamado método de aceleração (M1). De uma forma geral, os resultados obtidos, embora tenham permitido um considerável número de refinamentos no método de aceleração M0, não levou a alterações drásticas do mesmo. Além disso, é imperioso destacar que alguns elementos não previstos no método de aceleração inicial (M0) surgiram, como a acompanhamento da prefeitura e a sala do investidor e outros tópicos mereceram destaque, compelindo o retorno a alguns conceitos não abordados ou tratados de maneira superficial durante o trabalho.

Do ponto de vista conceitual, sob a ótica industrial, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de atração de grandes empresas, conectadas estrategicamente com as potenciais possibilidades de desenvolvimento local, juntamente com o fortalecimento do reinvestimento nas firmas locais (enraizadas nos locais). Quando possível, realizar a conexão entre as empresas atraídas com as cadeias locais é de todo desejável. A questão aqui consiste em construir e densificar as cadeias produtivas locais, com especial atenção para a ampliação e alongamento das atividades exportadoras (aqui entendidas em seu sentido literal e, também, a exportação do município para outras regiões brasileiras). Ademais, cabe salientar que a

administração adequada, por parte do governo local, dos recursos públicos advindos de um processo de desenvolvimento industrial é fundamental para o efetivo desenvolvimento local, sob o prisma econômico, social e ambiental.

Do ponto de vista prático e pragmático para a construção do método M1, as principais contribuições empíricas obtidas oriundas das entrevistas parece estar associada à necessidade de priorização que dever ser dada ao tema da construção da infraestrutura municipal/local a fim de que o desenvolvimento industrial endógeno possa prosperar. Apesar do fato de que a teoria trata da importância da infraestrutura para o desenvolvimento industrial, convém ressaltar que este elemento aparece de forma significativa na totalidade dos diferentes grupos de entrevistados (empresários, especialistas e membros do governo). Portanto, o tratamento de forma diferenciada no método de aceleração (M1) da questão da infraestrutura, em todas as suas diferentes dimensões, é essencial para o caso brasileiro.

A título de contribuição, a proposição de um método de aceleração para o desenvolvimento industrial das cidades médias brasileiras (M1) tende a preencher uma lacuna no campo acadêmico, dada a exploração ainda insuficiente sobre o assunto no Brasil. No campo prático a testagem deste método de aceleração no âmbito das cidades médias brasileiras pode oportunizar considerável aprendizagem em relação ao tema. De outra parte, um olhar da ótica da construção de políticas públicas regionais e nacional pode contribuir para ampliar as perspectivas de tratamento da matéria a partir de uma perspectiva estratégica. Neste sentido, vale ressaltar que o método de aceleração M1 não se limita a proposições de desenvolvimento somente do município que o aplica, já que como foi discutido ao longo da pesquisa, na concepção do desenvolvimento local, há a possibilidade das pequenas cidades situadas no entorno se beneficiarem consideravelmente dos resultados econômicos alcançados.

8.2 Limitações do Trabalho

As limitações deste trabalho são as seguintes:

- O estudo de caso foi realizado em apenas uma cidade média brasileira, sendo os resultados do método de aceleração M0 frutos de uma combinação do referencial teórico e do desenvolvimento do caso de Passo Fundo.
- Devido a limitações financeiras, disponibilidade de agenda dos possíveis entrevistados e da escassez de tempo para a realização da pesquisa, não foi possível realizar um maior número de entrevistas. Especialmente pertinente foi a não

realização de entrevistas com atores relevantes conhecedores do tema desenvolvimento local de fora do Estado do Rio Grande do Sul e de membros do governo federal, o que, eventualmente, poderia trazer novos elementos e procedimentos ligados ao desenvolvimento industrial local.

- Durante a análise de conteúdo das entrevistas, a proximidade de resultados de determinadas unidades de registro pode indicar que as mesmas talvez careçam de uma análise mais aprofundada e possam ter uma maior significância.

8.3 Sugestões para Trabalhos Futuros

No intuito de ampliar o campo de estudos sobre o tema central desta dissertação, seguem algumas sugestões para trabalhos futuros:

- Aprofundamento no estudo de cada uma das etapas do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M1).
- Dada a complexidade do tema desenvolvimento local e a riqueza de informações coletadas nas entrevistas existe a possibilidade de outras inferências e análises sob diversos prismas inter-relacionados com o desenvolvimento industrial.
- Utilização do método do *Design Research* com vistas à aplicação prática do método de aceleração para o desenvolvimento industrial local das cidades médias brasileiras (M1) em prefeituras, o que tenderia a permitir um maior aperfeiçoamento do processo.
- Investigação aprofundada do impacto econômico e social do município de Passo Fundo sobre as cidades situadas no seu entorno.
- Realização de estudos sobre o desenvolvimento local sob a perspectiva da governança e da estrutura organizacional.
- Tendo em vista o caráter multidisciplinar do tema desenvolvimento local, o ingresso de novas metodologias para se chegar a um método de aceleração para o desenvolvimento industrial local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUFF, F. L. **How to negotiate anything with anyone anywhere around the world**. New York: American Management Association, 1993.

AGDI. **Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento**. Disponível em: <<http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=975>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/IEL, 1999.

ALBERTIN, Marcos. **O processo de governança em arranjos produtivos: o caso da cadeia automotiva do Rio Grande do Sul**. 2003. 221 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.

ALMEIDA, C. da C. O marketing das cidades. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 12, p. 9-45, 2004.

ALMEIDA, M. “O Novo Estado Desenvolvimentista e o Governo Lula”. **Revista Economia & Tecnologia 7** (volume especial), Curitiba, 2011.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 14, dez. 1996.

_____. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

AMIN, A.; FERNÁNDEZ, V. R.; VIGIL, J. I. (Org.). Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estratégia latinoamericana. Buenos Aires, Mino Dávila, p. 19-60, 2008. In: CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. 2011. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

ANDION, C. Contribuições do debate sobre desenvolvimento territorial sustentável para a efetividade da gestão municipal. **Política & Sociedade**, v. 8, p. 181-210, 2009.

ANDRADE, T.; SERRA, R. V. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/2005. In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

ANUÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. **Anuário de Infraestrutura e Logística - Rio Grande do Sul – 2014**. Grupo On Comunicação, 2014.

ANUÁRIO DE PASSO FUNDO. Passo Fundo: Gigante do Norte. **Anuário Passo Fundo 2008-2009**. Grupo On Comunicação, 2009.

_____. Passo Fundo: Gigante do Norte. **Anuário Passo Fundo 2010-2011**. Grupo On Comunicação, 2011.

_____. Passo Fundo: Gigante do Norte. **Anuário Passo Fundo 2011-2012**. Grupo On Comunicação, 2012.

_____. Passo Fundo: Gigante do Norte. **Anuário Passo Fundo 2012-2013**. Grupo On Comunicação, 2013.

_____. Passo Fundo: Gigante do Norte. **Anuário Passo Fundo 2013-2014**. Grupo On Comunicação, 2014.

ATLAS.TI. **User Guide and Reference**. Manual Version 7, 2013. Disponível em: <atlasti.com_atlasti_v7_manual_201312>. Acesso em: 27 jul. 2014.

ÁVILA, V. F. **A pesquisa na vida e na universidade: ensaio de cursos para estudantes, professores e outros profissionais**. Campo Grande: UCDB, 2000.

ÁVILA, L. V. et al. A experiência de um Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE – no Estado do Rio Grande do Sul. **Holos**. Ano 29, vol. 2, 2013.

AYDALOT, P. *Économie régionale et urbaine*. Paris: Economica, 1985. In: SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Logística Empresarial**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BENKO, G. **A Ciência Regional**. Lisboa: Ed. Celta, 1999.

BERELSON, B. *Content analysis in communication research*. Nova York. Univ. Press, 1952, Hafner Publ. Co., 1971. In: BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIANCHI, G. Requien for the Third Italy? Rise and fall of a too successful concept. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 10, p. 93-116, 1998.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 23-37, mai. 2002.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **PNDR I – Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2014a. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior**. Brasília, 2014b. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior**. Brasília, 2014c. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/153>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior**. Brasília, 2014d. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/154>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PNPB**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-que-%C3%A9-o-programa-nacional-de-produ%C3%A7%C3%A3o-e-uso-do-biodiesel-pnpb>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **Lei nº 11.368, de 28 de dezembro de 2007**. Disposições relativas às sociedades de grande porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111368.htm>. Acesso em: 17 jan. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Fernando Prestes Motta; BRESSER-PEREIRA, Carlos L. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Editora Thomson. 2. ed. revisada. Primeira edição, 1980. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=680>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável** – Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, 1999.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 1, 2003.

CAPELLO, R. Regional Economics in its 1950s: recent theoretical directions and future challenges. **The Annals of Regional Science**, Berlim, v. 42, n. 04, p. 747-767, 2008.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Avaliação Trienal 2013** – Área de Avaliação: Planejamento Urbano e Regional/Demografia. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Planejamento_Urbano_Demografia_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2014.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Aglomeraciones, cadeias e sistemas produtivos e de inovação**. Brasília: IEL, 2001. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/gei/gil>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

_____. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: Lastres, H.M.M; Cassiolato, J.E.e Maciel, M.L. (orgs) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2003.

CHANDLER A. Scale and scope: The dynamics of industrial capitalism. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 1990 In: BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento**

endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

CHANG, H. J. **Kicking away the ladder:** development strategy in historical perspective. Londres: Anthem Press, 2002.

CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; STIGLITZ, Joseph. The political economy of capabilities accumulation: the past and future of policies for industrial development. In: **Industrial Policy and Development, The Political Economy of Capabilities Accumulation**, Oxford University Press, 2009.

CITTOLIN, Marcos Alexandre. **Desenvolvimento local:** uma amostragem econômica do município de Passo Fundo no período de 2005 a 2011. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2013.

COTORRUELO MENTA, R. **Gestión estratégica y marketing de ciudades.** Madrid: INMARK, 1997.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, B. de O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; RODRIGUES JÚNIOR, W. (Org.). **Economia regional e urbana:** teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

CUNHA, André Moreira. O Paradigma do Estado Desenvolvimentista e o “Retorno” da Política Industrial. **Pesquisa & Debate/SP**, v. 23, n. 2(42), p. 291-316, jul.-dez. 2012.

D’ARCY, E.; GIUSSANI, B. Local economic development: changing the parameters? **Entrepreneurship & Regional Development**, n. 8, p. 159-178, 1996.

DIAS, Sergio Luiz Vaz; CAULLIRAUX, Heitor Mansur; ANTUNES JÚNIOR, José Antônio Valle; LACERDA, Daniel Pacheco. Alinhamento entre sistemas de produção, custo e indicadores de desempenho: um estudo de caso. **Revista Produção On Line**, v. 7, n. 2, ago. 2007.

DINIZ, F.; GERRY, C. **A problemática do desenvolvimento rural.** Compêndio de Economia Regional, p. 535-570, 2002.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DRAMÉ, Saliou. Marketing territorial: note de methode. 2008. Disponível em: <<http://echanger.unblog.fr/2008/05/13/marketing-territorial-note-de-methode>>. Acesso em: 30 mar. 2015. In: GOMES, Paulo Santana Rêgo. **Marketing Territorial como Instrumento para o Desenvolvimento Local:** O Caso de Igarapé-Açu, Pará, Brasil. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2011.

ESSER, K. et al. Competitividade sistêmica: competitividade internacional de las empresas y políticas requeridas. Berlin: IAD, 1994. In: ALBERTIN, Marcos. **O processo de governança**

em arranjos produtivos: o caso da cadeia automotiva do Rio Grande do Sul. 2003. 221 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

FEITOSA, C. O. Do regional ao local: uma transição conceitual. In: MELO, R. L. de; HANSEN, D. L. (Org.). **Desenvolvimento regional e local:** novas e velhas questões. São Cristóvão: Editora UFS, p. 131-155. 2007.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/central/licenciamento.asp>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

FERREIRA, C. M. C. As teorias da localização e a organização espacial da economia. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional:** teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/Etene, 1989.

FERRETTO, D. **Passo Fundo:** estruturação urbana de uma cidade média gaúcha. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO, A. T. L. **O papel da moeda nas teorias do desenvolvimento desigual:** uma abordagem pós-keynesiana. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

FINAMORE, E. B; MONTOYA, M. A. **Estrutura produtiva da cadeia láctea gaúcha:** perspectiva regional do Corede Nordeste. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro. **Planejamento e Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. **World Economic Forum.** Davos, 2015. Disponível em: <<http://www.weforum.org/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. In: MARTINS, Eliane Maria. **Análise de indicadores socioeconômicos para o desenvolvimento regional da área de abrangência da secretaria de desenvolvimento regional de Joinville/SC.** 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, 2007.

_____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2003. In: SIEDENBERG, D. R.; LOCK, F. do N.; LONDERO, J. C. (Org.). **Desenvolvimento regional: discussões e reflexões.** Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPel, 2011.

GAROFOLI, G. Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) Les régions qui gagnent.— Paris: 1992. In: AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 14, dez. 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GLAESER, E. L. Are cities dying? **Journal of Economic Perspectives**, v. 12, n. 2, p. 139-160, 1998.

GLAESER, E. L.; KALLAL, H. D.; SCHEINKMAN, J. A.; SHLEIFER, A. Growth in cities. **The Journal of Political Economy**, v. 100, n. 6, p. 1126-1152, 1992.

GOLDRATT, Eliyahu; COX, Jeff. **A Meta: um processo de melhoria contínua**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2003.

GUIMARÃES, N.; MARTIN, S. **Competitividade e desenvolvimento**. São Paulo: SENAC, 2001.

HAIR, Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria do diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, p. 37-84, 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 3.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Migração e Deslocamento**. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431410>> 2014. Acesso em: 29 dez. 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007- REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

KON, Anita (org.). **Unidade e fragmentação: A questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

KOTLER, P.; HAIDER, D. H.; REIN, I. **Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países**. São Paulo: Makron Books, 1994.

KRUGMAN, P. R. Industrial organization and international trade. In: SCHMALENSEE, R.; WILLIG, R. (Eds.). **Handbook of industrial organization**. New York: Elsevier, 1989.

_____. **Development, geography, and economic theory**. 4. ed. Massachusetts: MIT Press, 1998.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

LIMA, Jandir Ferrera de. A Face Obscura do Desenvolvimento Regional. In: SIEDENBERG, D. R.; LOCK, F. do N.; LONDERO, J. C. (Org.). **Desenvolvimento regional: discussões e reflexões**. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPel, 2011.

MANUAL DE OSLO. **Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica**. Brasília: FINEP, 3.ed., 2005.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

_____. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, p. 11-25, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION FILHO, P. J.; REICHERT, H. Vantagem competitiva e concentração espacial da indústria do Paraná (2000 – 2010). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. Taubaté, SP, Brasil v. 9, n. 3, p. 3-23, set-dez. 2013.

MARTINELLI, P. D.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis. Governança, política industrial e desenvolvimento. **Carta de conjuntura FEE**. Ano 21, n. 12, 2012.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEYER-STAMER, J. Systemic Competitiveness. **Mesopartner**, Berlim, 2001. Disponível em: <<http://www.meyer-stamer.de/systemic.html>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

OBAPL. **Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais**. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/gtp_apl/gtp_apl.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE-Curitiba**, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, Rosane. Alerta Aviação Infraestrutura - Aeroportos Para O Interior. **Zero Hora**, n. 18138, 20 abr. 2015.

PAIVA, C. A. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2004.

_____. Uruguaiana pode planejar e promover o desenvolvimento de Uruguaiana? **Território Paiva**, 2011. Disponível em: <http://www.territoriopaiva.com/ler/3/40/194/plano_de_desenvolvimento_de_uruguaiana> Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu: Ed. Parque Itaipu, 2013.

_____. O North esquecido: um teórico sufocado pelo cepalismo vulgar. **Território Paiva**, [2014?]. Disponível em: http://www.territoriopaiva.com/ler/8/14/47/douglass_north. Acesso em: 09 fev. 2014.

PASSOS, P. L. B. et al. **Indústria e Política Industrial no Brasil e em Outros Países – IEDI**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2011.

PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 145-156, 1977.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDHM**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 27 jan. 2015.

PRADO, L. C. D. **Seminário Internacional Desenvolvimento no Século XXI: Centenário do Nascimento de Don Raul Prebisch**, Rio de Janeiro, p. 1-26, 20 ago. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **PRODIN**. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=1843&a=2&pm=77>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

PRÓ-RS V. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018)**. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Lajeado: Editora da Univates, 2014.

QUIGLEY, J. M. Urban diversity and economic growth. **Journal of Economic Perspectives**, v. 12, n. 2, p. 127-138, 1998.

RIBEIRO, M. J. et al. **Do planejamento estratégico ao plano de marketing industrial: estudo exploratório na Petrobrás**. Piracicaba: Fac. De Gestão e Negócios, 2006.

RIBEIRO, Marcelo Gollo. **Município e incentivos fiscais**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento. **Plano de Implantação da Política Industrial**. Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.sdpi.rs.gov.br/upload/2012081508195220120810175142politica_industrial__plano_de_implantacao.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2014.

_____. **Decreto n.º 48.936, de 20 de março de 2012**. Regulamenta o Programa Estadual de Fortalecimento de Cadeias e Arranjos Produtivos Locais. Disponível em: <<http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=899>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

ROTH, Ana Lucia; WEGNER, Douglas; ANTUNES JÚNIOR, José Antônio Valle; PADULA, Antonio Domingos. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 112-123, jan./fev./mar. 2012.

SABEL, F. “L’apprentissage par le suivi et les dilemmes de la politique économique régionale en Europe”. In: OCDE. **Réseaux d’entreprises et Développement Local**. Paris: Ed. Organisation de Coopération et de Développement Economique, 1996.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. In: SILVA NETO, R. e; DIAS, R. S.; BARRAL NETO, J.; RANGEL, L. C. Desafios para o desenvolvimento sustentável no município de Macaé-RJ. **Perspectivas Online**, v. 1, n. 3, p. 60-73, 2007.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTANA, J. S.; GUEDES, C. A. M.; VILLELA, L. E. Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 847-867, set. 2011.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. da S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.

SCHUMPETER, A Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; RENAUT, Michel. Por que um novo desenvolvimentismo? **Jornal dos Economistas**, n. 186, p. 3-5, jan. 2005.

SIEDENBERG, D. R.; LOCK, F. do N.; LONDERO, J. C. (orgs.). **Desenvolvimento Regional: Discussões e Reflexões**. Ed. Universitária – PREC/UFPEL, Pelotas, 2011.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; UEDA, Vanda. Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul. In: **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, p. 379-412, 2007.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, p. 29-100, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*. **Bol. Inst. de Geografía, México**, v. 54, p. 114-139, 2004.

_____. Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras. Belém: FASE/ICSA/UFPA, v. 1, 2009. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr. - jun. 2006.

TOMASZEWSKI, Lissandra Andréa. **Processo de desenvolvimento econômico no município de Passo Fundo/RS: uma análise a partir da ótica dos ecossistemas de negócios**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

TORRAS, M. La participación de los pueblos en su desarrollo. Barcelona: Intermón, 1995. In: MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. **Desenvolvimento local e regional**. 2. ed. Curitiba: IPBEX, 2011.

VAZ, Ibes Eron Alves. **Política industrial do Rio Grande do Sul (2012-2014): uma análise crítica**. 2014. 291 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

VELTZ, P. Logiques d'entreprise et territoires: lês nouvelles règles du jeu, 1993 In: BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai.-ago. 2012.

VITTE, C. C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, p. 77-87, set. 2006.

WADE, R. After the Crisis: Industrial Policy and the Developmental State in Low-Income Countries. **Global Policy**, v. 1, n. 2, p. 150-161, mai. 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

XAVIER, T. R.; WITTMANN, M. L.; INÁCIO, R. O.; KERN, J. O estudo do desenvolvimento regional na administração: uma análise da produção científica internacional e dos “hot-topics”. **Anais do XXXVI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, set. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. Desenvolvimento territorial. Material elaborado para o curso de extensão online em Desenvolvimento e Integração Regional. AEDI-UFPA. Belém, 2008. In: GIANELLA, V.; CALLOU, A. E. P. A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 803-827, set. 2011.

ZONIN, Valdecir José. **Potenciais e limitações da indústria de biodiesel no Brasil: um estudo de caso.** 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2008.

**ANEXO A – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE PASSO FUNDO (PARTE DE APRESENTAÇÃO)**

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO



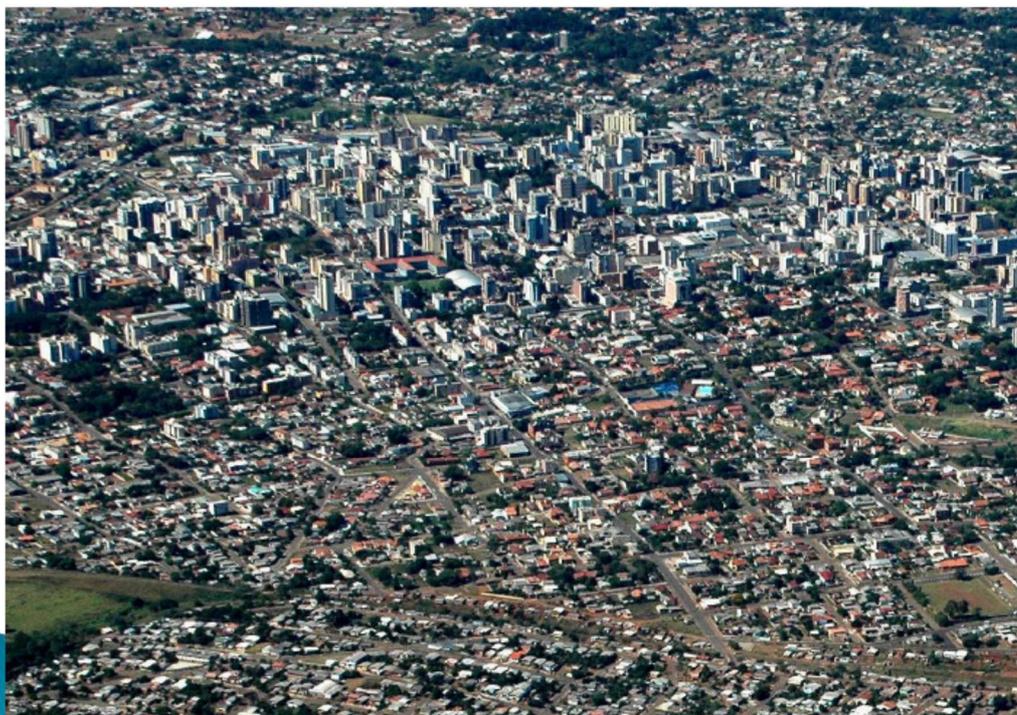
Prefeitura Municipal de Passo Fundo
Junho 2012



DESENVOLVIMENTO LOCAL

- ▶ CRIAÇÃO DE UMA SECRETARIA ESPECIALIZADA
- ▶ TOMADA DA DECISÃO
- ▶ ASSUMIR O PROTAGONISMO LOCAL
- ▶ RESPALDO
- ▶ DIAGNÓSTICO
- ▶ AÇÃO PLANEJADA
- ▶ CONEXÃO COM PROGRAMAS NACIONAIS ESTADUAIS
- ▶ ROMPER PARADIGMAS

Posicionamento Estratégico



Posicionamento Estratégico

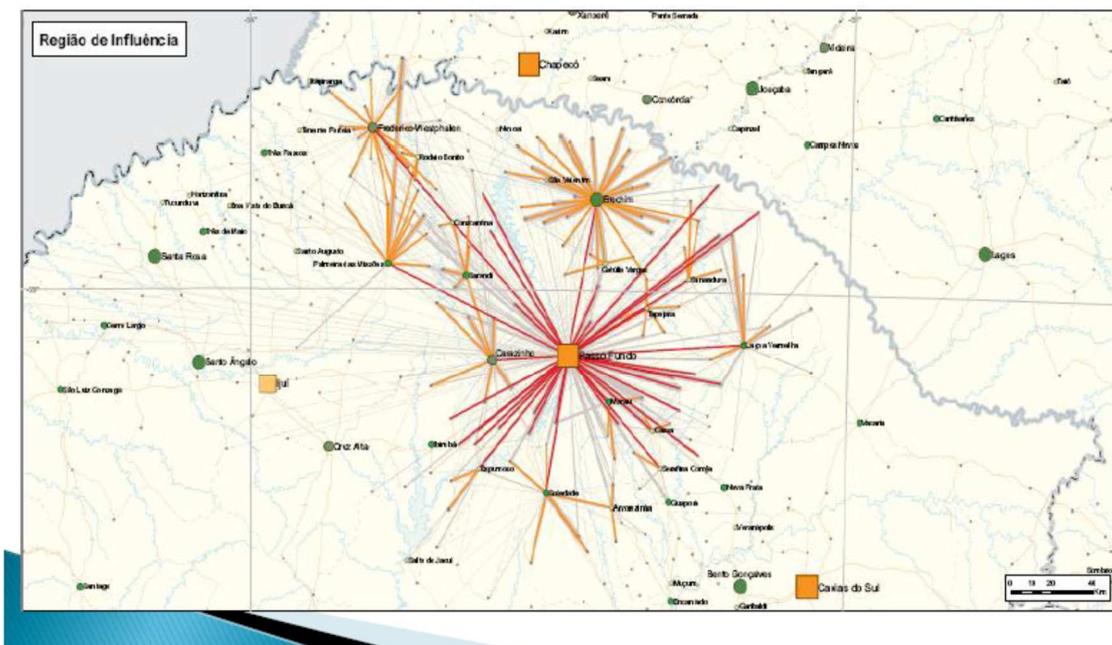


Posicionamento Estratégico

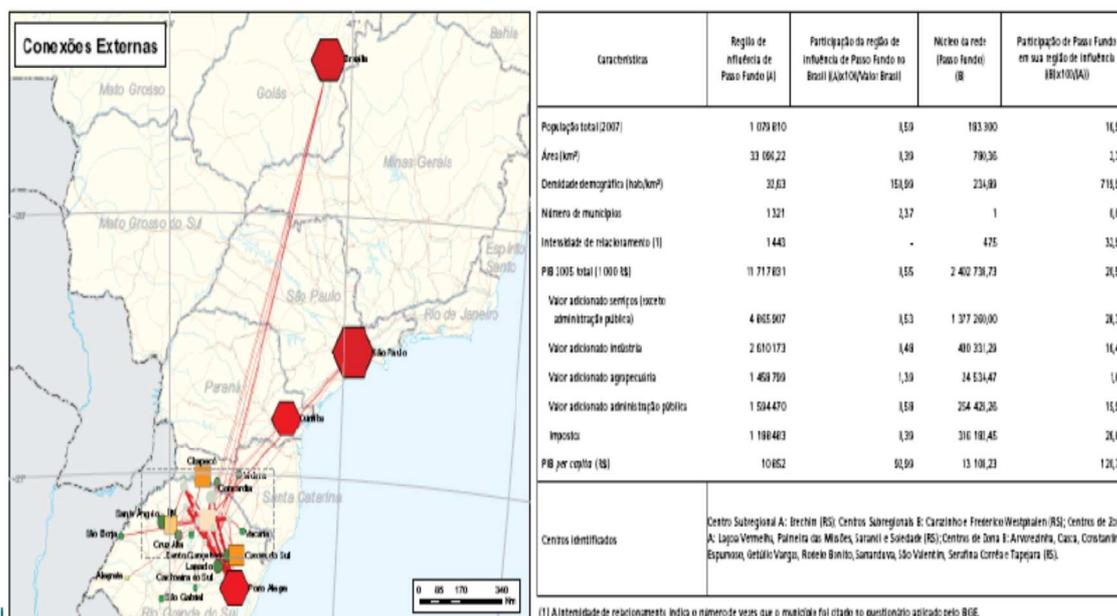


Rede de Relacionamento

Mapa 45 - Passo Fundo (RS) - Capital regional B (2B)



Dados Estatísticos IBGE



Fonte: IBGE, Contagem da População 2007; Área territorial oficial, Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/pecisoc/pesquisa/participa/default_territ_arez.htm>. Acesso em: mar. 2008; PIB dos municípios, Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorio.php?tamnho=jpu/PIB_Municipios>. Acesso em mar. 2008.

Eixos Estratégicos

Escolhidos em base às características de abrangência regional do município, bem como nas suas potencialidades e vocações



**Setor
Agronegócios**



**Setor
Metalmecânico**



**Setor de
Conhecimento
e Tecnologia**



Objetivos

Setor Agronegócios

- Acrescentar valor à produção regional
- Fomentar culturas de inverno rentáveis
- Integrar a cadeia de produção
- Diminuir os fatores críticos que impactam na produção primária e afetam a economia em geral

Eixos Estratégicos



Metas

Setor Agronegócios

- Gerar empregos
- Estabelecer uma cultura de inverno rentável
- Agregar renda ao produtor
- Diversificar a matriz produtiva, aumentando a receita pública e as oportunidades de emprego e renda
- Posicionar Passo Fundo na liderança regional de produção de alimentos

Eixos Estratégicos



Resultados

Setor
Agronegócios



Instalação da BSBIOS

- Incorporação da canola como cultura de inverno
- Sozinha beneficia próximo de 10% da soja produzida no Estado
- Faturamento previsto para 2011 de R\$ 1 bilhão
- Impacto na cadeia produtiva envolve produtores e cooperativas desde Alegrete até oeste do Paraná

Eixos Estratégicos

Pedra fundamental da BS BIOS





Resultados

Setor
Agronegócios



Eixos Estratégicos



Resultados

Setor
Agronegócios



Instalação da ITALAC

- Sustentabilidade econômica à produção primária de leite
- Aumento de renda ao produtor
- Grande capacidade distributiva na cadeia
- Geração de empregos diretos e indiretos
- Novos negócios na cadeia

Eixos Estratégicos



Resultados

Setor
Agronegócios



Eixos Estratégicos



Resultados

Setor
Agronegócios



Em construção

Instalação da AMBEV

- Consolidação da cevada como cultura de inverno
- Mais uma alternativa ao produtor
- Diversificação na cadeia produtiva
- Geração de empregos diretos e indiretos
- Aumento da receita pública

Eixos Estratégicos

Demanda da Ambev dobra e dá impulso à cevada no Sul

Valor Econômico - 19/10/11

Versão: 10.0.1411 / Banco de dados de vírus: 1522/3963 - Data de Lançamento: 10/20/11

Por Sérgio Ruck Bueno | De Porto Alegre

A área de cevada com o apoio da Ambev na região Sul supera, este ano, em 17% a de 2010; a produção esperada, de 138 mil toneladas, será 35% superior

A inauguração da maltaria de Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul, prevista para o segundo semestre de 2012, obrigará a Ambev a dobrar a aquisição de cevada nos três Estados do Sul do país. Neste ano a empresa negociou a compra da matéria-prima cultivada em 55,2 mil hectares na região, que devem render uma produção de até 138 mil toneladas, e a duplicação vai ocorrer no "médio prazo", de acordo com o diretor agroindustrial Marcelo Otto.

Cerca de 2 mil produtores diretos e indiretos (via cooperativas ou cerealistas) do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina recebem sementes, insumos e assistência técnica e fornecem cevada para a Ambev. Eles suprem 75% das necessidades de matéria-prima da maltaria da empresa em Porto Alegre (a única no país até agora), onde são produzidas 90 mil toneladas de malte por ano.

Em Passo Fundo, a capacidade inicial de produção será de 110 mil toneladas de malte por ano e enquanto o aumento da área plantada não for suficiente para garantir o abastecimento local da planta, a empresa vai ampliar a importação de matéria-prima da Argentina e do Uruguai. Conforme Otto, a Ambev mantém uma relação semelhante com produtores dos dois países, que já suprem 25% da demanda da unidade de Porto Alegre.

Na Argentina, a área contratada neste ano foi de 214 mil hectares, suficiente para abastecer com sobras a maltaria local da empresa, que produz 205 mil toneladas por ano. No Uruguai, a área chegou a 96 mil hectares, que também geram um excedente em relação à demanda das duas fábricas no país, onde a produção anual de malte alcança cerca de 240 mil toneladas.

Na região Sul do Brasil, a área contratada pela Ambev neste ano já supera em 17% a de 2010. Ao mesmo tempo, a produção esperada, de 138 mil toneladas, é 35% maior do que a do ano passado, graças ao aumento estimado do rendimento médio por propriedade de 2.170 para até 2.500 quilos por hectare no período, favorecido pelas boas condições climáticas.

O volume de produção corresponde ainda a 47,6% de toda a safra do produto no Brasil, que é concentrada no Sul do país, conforme a primeira projeção da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). De acordo com Otto, a colheita da cevada na região começa neste mês, mas o pico da safra ocorre em novembro.

Conforme o executivo, a maltaria de Passo Fundo também foi projetada para dobrar de tamanho no futuro. O investimento na primeira fase é de R\$ 100 milhões, mas poderá chegar a R\$ 200 milhões na segunda etapa. As fábricas de malte da empresa no Brasil, Argentina e Uruguai fornecem, em média, 85% a 95% do insumo utilizado na produção de cerveja pela Ambev nos três países e também no Peru, Equador, Guatemala e República Dominicana.



Resultados

Setor
Agronegócios

AmBev

Em construção



Eixos Estratégicos



Objetivos

Setor Metalmeccânico

- Fortalecer e diversificar o setor
- Criar redes sistemistas
- Diminuir vulnerabilidade do agronegócio sobre o setor metalmeccânico
- Aumentar a arrecadação municipal

Eixos Estratégicos



Metas

Setor Metalmeccânico

- Gerar empregos diretos e indiretos
- Aumentar a arrecadação municipal
- Envolver em torno dos novos empreendimentos pelo menos 10 PMES existentes em Passo Fundo

Eixos Estratégicos



Resultados

Setor
Metalmeccânico

Manitowoc



Eixos Estratégicos



Resultados

Setor
Metalmeccânico

FG GARRO FABRIL
SOCIEDAD ANONIMA

Em construção



Eixos Estratégicos



Objetivos

Setor Conhecimento e Tecnologia

- Reter talentos
- Agregar valor à Matriz Produtiva
- Fortalecer o tripé: Empresa – Universidade – Poder Público
- Criar um APL de TI
- Atrair empreendimentos de base tecnológica

Eixos Estratégicos



Metas

Setor Conhecimento e Tecnologia

- Criar um Pólo de Software
- Gerar novos empregos no setor
- Duplicar em 4 anos a arrecadação tributária referente ao setor
- Criar um Parque Tecnológico
- Atrair 1 grande empreendimento por ano a partir de 2009

Eixos Estratégicos



Resultados

Setor Conhecimento e Tecnologia



- 43 empresas e 3 instituições de ensino superior associadas
- Geração de novos empregos
- Aumento de na arrecadação tributária referente ao setor
- Captação de recursos junto ao MCT para implantação do Parque Tecnológico
- Instalação da MV Sistemas

Eixos Estratégicos



Resultados

Parque Tecnológico



Captação junto ao MCT R\$ 1.240.638,50 para a construção do Parque.

Eixos Estratégicos

Demanda de Programas Transversais e Infraestrutura associada



Programas Transversais

• Apoio à formação de mão de obra

- Setor Metalmeccânico
- Setor Construção Civil
- Setor Tecnologia da Informação

• Programa de Financiamento às Exportações

- Setor Metalmeccânico
- Setor Tecnologia da Informação
- Outros Setores

• Apoio a Feiras Setoriais

- Setor Leite
- Setor Tecnologia da Informação

Demandas

Programas Transversais

• Implantação de uma Plataforma Logística-Industrial

- Eficiência Logística
- Multimodalidade
- Organização Espacial
- Sistemistas
- Porto Seco

Projeto de Viabilidade Econômica
Em andamento

• Incubadora de empresas e projetos para o Parque Tecnológico

- Empreendedorismo
- Integração de Laboratórios e Pólos Tecnológicos Regionais
(pedras – vestiário – metalmecânico – leite – software)

Ampliação para nova sede

Demandas



Resultados

Plataforma
Logística



Programas Transversais



Objetivos Estratégicos

- ▣ Aproveitar nossas potencialidades logísticas como um dos principais diferenciais para a implantação de empresas
- ▣ Disponibilizar um espaço estratégico diferenciado para a implantação de grandes empreendimentos
- ▣ Consolidar Passo Fundo como Pólo Regional concentrador de cargas
- ▣ Atrair empresas focadas no mercado exportador
- ▣ Incluir a Cidade de Passo Fundo no sistema logístico do Mercosul

Programas Transversais

Tópicos Destaque

- ▶ Orçamento municipal
- ▶ Cidade para seguir carreira
- ▶ Bolsão de inovação
- ▶ Destaque entre as cidades médias
- ▶ Ambiente para a micro e pequena empresa
- ▶ Aumento na exportação
- ▶ Geração de postos de trabalho
- ▶ Destaque no desenvolvimento industrial

Tópicos Destaque

- ▶ Cidade de leitores
- ▶ Capital nacional da literatura
- ▶ Renda média alta



Prefeitura Municipal de Passo Fundo



Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Junho 2012

Muito obrigado!
MARCOS CITTOLIN
cittolin@via-rs.net



ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade de Pesquisa e Pós-graduação
Programa de Pós-Graduação em Administração

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Sr(a).

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresenta o discente Renato Brasil Kourrowski, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A pesquisa, sob orientação do Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Jr. (Junico), tem como tema o Desenvolvimento Regional, sendo que o foco de análise reside na promoção do desenvolvimento industrial local a partir de uma cidade média brasileira.

Para a realização deste estudo, uma das técnicas utilizadas para a coleta de dados é a entrevista com roteiro semiestruturado junto a profissionais reconhecidamente relevantes e/ou envolvidos no processo de desenvolvimento regional (empresários, dirigentes do poder público, professores e pesquisadores do tema). Sendo assim, solicito a sua participação nesta pesquisa, cujo sucesso depende da sua contribuição.

Por fim, é importante explicitar que:

- a entrevista será gravada, sendo sua identidade inteiramente preservada;
- os dados obtidos serão usados apenas para fins de investigação científica;
- você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos;
- você poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e seus resultados através do e-mail renbra@terra.com.br e/ou telefone (53) 8105-8733;
- uma via deste TCLE ficará em sua posse e a outra sob responsabilidade do aluno/pesquisador.

Local e Data:

Renato Brasil Kourrowski
Mestrando em Administração – UNISINOS

Entrevistado(a)

ANEXO C – LEI Nº 4360 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006**ACRESCENTA ALÍNEA "F" AO ARTIGO 2º DA LEI Nº [3276/97](#) QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO E DE ESTIMULOS FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

(Do Executivo Municipal)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 88 da [Lei Orgânica](#) do Município, faz saber que o Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput do artigo 2º da Lei Municipal nº [3.276](#), de 17 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo-lhe ainda acrescida a alínea "f":

"Art. 2º O incentivo ao desenvolvimento industrial consistirá, conjunta ou isoladamente, com a prévia aprovação legislativa, em:

- a) Doação de terreno, para implantação de unidade de produção e/ou operação;
- b) Prestação de serviço de aterro ou terraplanagem de terreno;
- c) Instalação de rede de águas pluviais;
- d) Instalação de rede de energia elétrica;
- e) Instalação de sistema de abastecimento de água potável;
- f) Cessão de imóvel locado, às expensas do município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, para instalação imediata da indústria."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, Centro Administrativo Municipal, 15 de dezembro de 2006.

AIRTON LÂNGARO DIPP
Prefeito Municipal

ANEXO D - LEI COMPLEMENTAR Nº 170 DE 09 DE OUTUBRO DE 2006 (PARTE)

DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - PDDI DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO.

(Do Executivo Municipal)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 88 da [Lei Orgânica](#) do Município, faz saber que o Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS

Art. 1º Esta lei institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI - do Município de Passo Fundo.

Art. 2º O PDDI é o principal instrumento da política de desenvolvimento municipal de Passo Fundo, de observância obrigatória a todos os agentes públicos e privados que atuam no Município.

Parágrafo Único - A legislação orçamentária deverá incorporar as normas definidas neste Plano Diretor.

Art. 3º Este PDDI se fundamenta nas seguintes premissas:

I - redução das desigualdades sociais, através da ampliação da oferta de terra urbana, moradia, saneamento, infra-estrutura, transporte, serviços públicos, trabalho, renda, cultura e lazer para os passo-fundenses;

II - supremacia do interesse público sobre o interesse individual;

III - desenvolvimento municipal e regional sustentável;

IV - participação e controle social sobre as políticas públicas;

V - autonomia municipal e cooperação federativa.

Art. 4º Os princípios norteadores do desenvolvimento local são os seguintes:

I - a função social da propriedade é o núcleo fundante do próprio direito de propriedade, sem o qual esta não se constitui, consoante as disposições deste Plano Diretor;

II - concretização de uma cidade sustentável através da harmonização do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;

III - planejamento participativo das ações governamentais;

IV - efetivação dos direitos fundamentais, especialmente os direitos sociais.

Art. 5º São objetivos deste PDDI:

I - planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável local e regional;

II - distribuição dos benefícios e ônus decorrentes de obras e serviços, reduzindo as desigualdades sócio-espaciais;

III - estimular o acesso à propriedade e à habitação, especialmente para a população socialmente vulnerável;

IV - reduzir as desigualdades através de políticas públicas que minimizem as diferenças sociais;

V - universalizar a mobilidade territorial e a acessibilidade;

VI - aumentar a eficiência econômica do município com o fortalecimento das funções de planejamento, regulação, controle e execução de políticas públicas;

VII - possibilitar a participação e o controle da população nas políticas públicas;

VIII - melhoria da qualidade de vida da população.

TÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO SISTEMA PRODUTIVO LOCAL E REGIONAL

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES GERAIS

Art. 6º O desenvolvimento econômico de Passo Fundo deve ser promovido através da dinamização e diversificação das atividades produtivas, observando-se as premissas da diminuição das desigualdades sociais e do desenvolvimento sustentável.

Art. 7º São objetivos para o desenvolvimento econômico:

I - dinamizar o fortalecimento e a diversificação da economia local e regional;

II - identificar e estimular novas vocações econômicas;

III - fomentar novos investimentos nos segmentos produtivos;

IV - potencializar os benefícios das atividades do agronegócio, comércio, serviços, indústria e tecnológicas.

Art. 8º São diretrizes para o desenvolvimento local:

I - organização da produção local, especialmente através de arranjos produtivos e das entidades representativas;

II - diversificação das atividades produtivas;

III - estabelecimento de pólos produtivos vocacionados;

IV - cooperação entre os agentes públicos, privados e de ensino/pesquisa;

V - cooperação interfederativa;

VI - qualidade dos bens e serviços locais;

VII - regulação do setor informal para a sua incorporação à economia formal;

VIII - qualificação profissional e o desenvolvimento humano;

IX - estímulo ao turismo e às novas tecnologias como importante estratégia de desenvolvimento;

X - descentralização das atividades econômicas;

XI - integração e complementariedade das atividades urbanas e rurais;

XII - estímulo ao incremento da produção local e aos micros, pequenos, médios e grandes estabelecimentos produtivos;

XIII - estímulo à produção industrial, inclusive através de cooperativas;

XIV - incentivo à produção agrícola em busca da autosuficiência de hortifrutigranjeiros;

XV - estímulo à criação de cooperativas;

XVI - integração da produção agropecuária com o abastecimento local;

XVII - busca de novos empreendimentos.

SEÇÃO II DA GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 9º As diretrizes para a política e gestão do sistema produtivo serão implementadas através:

- I - elaboração do plano de desenvolvimento econômico de Passo Fundo, integrado pelos planos setoriais do agronegócio, industrial-logístico, serviços, comércio, turismo e novas tecnologias;
- II - formulação de projetos de desenvolvimento econômico para a captação de financiamentos públicos e privados, com o apoio de órgão específico na Administração Pública para este fim;
- III - apoio técnico-operacional às atividades produtivas;
- IV - estudo das potencialidades econômicas, especialmente na efetivação de um pólo logístico, turístico e de novas tecnologias;
- V - realização de eventos para a promoção e divulgação de serviços e bens produzidos em âmbito local e regional, resguardando espaços para as produções culturais e tradicionais e priorizando eventos temáticos.

SUBSEÇÃO I DAS MICROS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Art. 10 São medidas específicas para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas:

- I - estímulos ao empreendedorismo e às atividades associativas e cooperadas;
- II - apoio ao microcrédito para a produção econômica e de cursos de capacitação profissional-empresarial;
- III - efetivação de parcerias de entes públicos e privados com os serviços sociais autônomos - SEBRAE, SESI, SENAI, SESC e outros - e instituições de ensino superior e de pesquisa;
- IV - estabelecimento de incubadoras empresariais plurais e segmentadas.

SUBSEÇÃO II DO SETOR DE AGRONEGÓCIO

Art. 11 São medidas específicas para o desenvolvimento do agronegócio:

- I - elaboração de um plano setorial de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura de subsistência;
- II - estímulo às atividades rurais com base na agroecologia;
- III - estudos para a produção de hortigranjeiros e cereais consumidos no município e na região, especialmente os que advêm de outros estados da federação;
- IV - implantação de projetos economicamente viáveis de diversificação da produção primária local;
- V - melhoria dos serviços públicos e da infra-estrutura rural, inclusive viária.

SUBSEÇÃO III DO SETOR INDUSTRIAL E LOGÍSTICO

Art. 12 São medidas específicas para o desenvolvimento industrial e logístico:

- I - elaboração de um plano setorial de desenvolvimento industrial e logístico de Passo Fundo;

- II - disponibilização de áreas e infra-estrutura necessárias para a implantação e ampliação de estabelecimentos industriais, especialmente em distritos para tal fim;
- III - incentivos fiscais para o desenvolvimento industrial;
- IV - divulgação das potencialidades locais e regionais para a atração de investimentos industriais;
- V - incentivos à constituição de plataformas logísticas intermodais.

SUBSEÇÃO IV DO SETOR DE SERVIÇOS E COMÉRCIO

Art. 13 São medidas específicas para o desenvolvimento do comércio e serviços:

- I - elaboração de um plano setorial de desenvolvimento comercial e de serviços;
- II - divulgação dos atrativos comerciais e de serviços potencializadores de Passo Fundo como pólo regional.

SUBSEÇÃO V DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Art. 14 São medidas específicas para o desenvolvimento tecnológico:

- I - elaboração de um plano setorial tecnológico, especialmente para a constituição de uma tecnópole regional;
- II - instituição de incubadoras de empresas, pólos de modernização, parques e pólos tecnológicos;
- III - identificação e implementação de inovações tecnológicas passíveis de potencialização para o desenvolvimento local e regional.

SEÇÃO III DO TURISMO

Art. 15 São medidas específicas para o desenvolvimento do turismo:

- I - elaboração de um plano setorial de desenvolvimento do turismo local e regional;
- II - criação de rotas turísticas municipais e regionais;
- III - desenvolvimento e ampliação das ofertas turísticas para os diversos segmentos, tais como:
 - a) lazer;
 - b) terceira idade;
 - c) científico;
 - d) negócios/eventos;
 - e) cultural;
 - f) tradicionalista;
 - g) rural;
 - h) ecológico.
- IV - incentivos para a potencialização do complexo da Roselândia;
- V - integração do turismo com a tradição gaúcha;
- VI - fortalecimento do turismo cultural e científico com dinamização dos centros de excelência de ensino e pesquisa.

CAPÍTULO II DA QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

SEÇÃO I DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES GERAIS

Art. 16 O desenvolvimento municipal deve estar embasado na valorização do patrimônio ambiental, visando a sustentabilidade e a promoção dos valores históricos e culturais de Passo Fundo, compreendendo a necessidade de uma relação equilibrada entre ambiente construído e natural.

~~Parágrafo Único – O patrimônio ambiental abrange o patrimônio histórico e cultural e o patrimônio natural e paisagístico.~~

Parágrafo Único - Entende-se por Patrimônio Ambiental o conjunto de políticas, ações e instrumentos legais referentes à proteção e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural e do patrimônio natural e paisagístico, incluindo a preservação de bens móveis e imóveis, parques, praças e manifestações diversas da cultura imaterial, entre outros. (Redação dada pela Lei Complementar nº [299/2012](#))

Art. 17 Integra o patrimônio histórico e cultural o conjunto de bens imóveis e móveis de valor significativo, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais entendidas como tradições, práticas e referências, que confirmam identidade ao município.

Art. 18 Integra o patrimônio natural e paisagístico os elementos naturais, tais como o ar, a água, o solo, o subsolo, a fauna, a flora, as amostras significativas dos ecossistemas do município de Passo Fundo e as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar novas condições de equilíbrio urbano.

Art. 19 São diretrizes gerais para a qualificação ambiental do Município de Passo Fundo:

- I - visão ambiental integrada às políticas de desenvolvimento, considerando-se a posição geográfica estratégica de Passo Fundo quanto às bacias hidrográficas;
- II - valorização da identidade cultural da população;
- III - priorização de ações que minimizem os processos de degradação ambiental;
- IV - valorização do patrimônio ambiental com ocupação e utilização disciplinadas de forma a garantir a sua perpetuação proporcionando à população melhor qualidade de vida;
- V - estabelecer normas específicas de uso e ocupação do solo para a proteção dos recursos naturais em áreas de mananciais e recursos hídricos;
- VI - considerar a paisagem urbana e os elementos naturais como referência para a estruturação do território;
- VII - promover a inclusão, valorizando o patrimônio natural, histórico e cultural de forma a reforçar o sentimento de cidadania e da identidade local;
- VIII - integrar as potencialidades do patrimônio natural, paisagístico, histórico e cultural com o turismo municipal e regional.

SEÇÃO II DO PATRIMÔNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

Art. 20 O município de Passo Fundo tem como pressuposto a localização geográfica estratégica do Município, como divisor das Grandes Bacias Hidrográficas do Uruguai e do Atlântico SuLE integrante das Bacias Hidrográficas do Alto Jacuí, Passo Fundo, Várzea, Apaue-Inhadava e Taquari-Antas.

Art. 21 Constituem-se diretrizes para a gestão do patrimônio natural e paisagístico de Passo Fundo:

- I - preservação dos espaços de relevante potencial paisagístico e natural em vista da sua importância para a qualidade de vida e para as atividades voltadas ao lazer;
- II - preservação e recomposição da mata ciliar ao longo dos rios e arroios;
- III - recuperação e adequação de áreas degradadas e de preservação permanente, especialmente as nascentes e margens de rios, arroios e banhados;
- IV - educação ambiental com enfoque na proteção do meio ambiente.

Art. 22 A implementação das diretrizes para a gestão do patrimônio natural e paisagístico de Passo Fundo será realizado através da elaboração do Plano do Patrimônio Natural e Paisagístico, que abrangerá:

- I - requalificação das praças, parques e demais integrantes do sistema de áreas verdes públicas;
- II - preservação e recuperação dos espaços de interesse ambiental e paisagístico;
- III - proteção e requalificação dos recursos hídricos;
- IV - requalificação da arborização urbana, em áreas públicas e privadas;
- V - incentivos fiscais para as atividades destinadas à recuperação e conservação do ambiente natural e paisagístico;
- VI - normas para o controle da poluição ambiental.
- VII - estudos para a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nas áreas de ocorrência das nascentes do Arroio Miranda, do Rio Passo Fundo e do Rio Jacuí.

SEÇÃO III DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

SUBSEÇÃO I DAS DIRETRIZES E DO PLANO SETORIAL

Art. 23 São elementos referenciais do patrimônio histórico e cultural de Passo Fundo o conjunto de bens materiais e imateriais, históricos e culturais, composto por:

- I - os imóveis e os espaços identificados com a história e a cultura local e regional;
- II - a tradição gaúcha;
- III - a tradição das diversas etnias formadoras da identidade cultural local;
- IV - os bens móveis, os costumes e as manifestações populares, incluindo a culinária e o artesanato, dentre outros.

Art. 24 São diretrizes da gestão do patrimônio histórico e cultural do município de Passo Fundo:

- I - fortalecer a identidade e a diversidade cultural pela valorização do patrimônio cultural e histórico, incluindo a cultura e as tradições locais;

- II - relevar o patrimônio histórico e cultural como fator humanizador e de inclusão social;
- III - implementar a gestão democrática do patrimônio histórico e cultural, integrando as ações executadas pelas entidades governamentais e não-governamentais;
- IV - descentralização das atividades artístico-culturais, envolvendo o espaço urbano e rural;
- V - apoio aos eventos culturais e tradicionalistas.

Art. 25 A implementação das diretrizes para a gestão do patrimônio histórico e cultural será realizada através da elaboração do Plano do Patrimônio Histórico e Cultural, que abrangerá:

- I - o inventário de bens relevantes para o patrimônio histórico e cultural do município;
- II - tombamento dos bens relevantes para a história e a cultura local, definindo os limites urbanísticos para o seu uso;
- III - sistema integrado de gestão do patrimônio histórico e cultural;
- IV - construção de parcerias com a iniciativa privada e a população para o controle, monitoramento e execução de obras no patrimônio cultural e histórico edificado;
- V - criação de um programa de educação focado no patrimônio histórico, cultural e tradições locais;
- VI - criação de incentivos para a conservação do patrimônio histórico e cultural e para as atividades culturais.

SUBSEÇÃO II DOS INCENTIVOS

Art. 26 O estímulo à conservação das unidades de preservação histórico-cultural se dará mediante:

- I - instrumentos da política urbana, como a transferência do direito de construir e operações consorciadas;
- II - incentivos fiscais;
- III - divulgação dos fatos históricos e culturais relacionados ao patrimônio.